

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LUIS FERNANDO DE LIMA RONCHI

VIOLÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA: A INTER-RELAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS  
DE LUTA ARMADA E O FECHAMENTO DITATORIAL: 1964-1969

MARINGÁ  
2011

LUIS FERNANDO DE LIMA RONCHI

VIOLÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA: A INTER-RELAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS  
DE LUTA ARMADA E O FECHAMENTO DITATORIAL: 1964-1969

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.

MARINGÁ  
2011

LUIS FERNANDO DE LIMA RONCHI

VIOLÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA: A INTER-RELAÇÃO ENTRE AS PROPOSTAS  
DE LUTA ARMADA E O FECHAMENTO DITATORIAL: 1964-1969

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias (orientador)  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. Antonio Ozaí Silva  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz  
Universidade Estadual de Londrina

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a meus pais, por terem me apoiado moralmente e financeiramente durante todo o tempo desta pesquisa.

A minha esposa Lourdes, por ter me ajudado a suportar diariamente as pedras do caminho.

Ao meu irmão Yuri e minha cunhada Lucélia, por terem me acolhido em sua casa durante minhas pesquisas na cidade de Campinas.

Ao meu orientador, o professor Reginaldo Dias, pela compreensão das dificuldades em que realizei este trabalho e também pelas valiosas sugestões e críticas feitas ao longo destes anos.

Registro também meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou outra, me auxiliaram na árdua tarefa de trabalhar como professor de educação básica e ao mesmo tempo me dedicar à pesquisa acadêmica.

## RESUMO

A pesquisa discute o problema das inter-relações entre o golpe de 1964, a consolidação da Ditadura Militar no Brasil e o surgimento de grupos armados de oposição, particularmente aqueles surgidos antes da promulgação do Ato Institucional n.º 5 e que seguiam a tradição marxista-leninista de vanguarda. Trata-se, especificamente, das influências e determinações do golpe e da evolução da Ditadura Militar nas razões que levaram parte da esquerda brasileira à decisão de protagonizar ações armadas como caminho revolucionário. Parte-se do pressuposto de que os dois processos citados possuem autonomia relativa e, portanto, refutam-se as tentativas de explicação da luta armada como simples reflexo do fechamento ditatorial e/ou da falta de espaços de atuação legal oposicionista, mesmo porque, importantes estudos historiográficos têm destacado a existência de brechas e possibilidades de ação política, embora restritas, na fase de consolidação da Ditadura Militar (1964-1968), período em que ocorre o surgimento dos principais grupos guerrilheiros. Esta pesquisa defende a hipótese de que o Golpe de 1964 e a instauração de um regime militar-autoritário tenham desempenhado importante papel na opção de setores da esquerda, pelo caminho armado ao frustrar o projeto, hegemônico até 1964, de revolução pacífica defendido pelo Partido Comunista Brasileiro. Além do Golpe, a própria existência de um regime arbitrário, que alterava sistematicamente as regras do jogo político segundo seus interesses, também teria contribuído para o influxo das esquerdas ao desacreditar as instituições e a própria atuação política legal então existente.

Palavras-chave: Ditadura militar. Luta armada. Fechamento institucional. Golpe de 1964.

## ABSTRACT

The research discusses the problem of the Interrelations between the 1964 coup, the consolidation of the Military dictatorship in Brazil and the emergency of armed opposition groups, particularly those appeared before the promulgation of the Institutional Act n.º 5 and those one that followed the Marxist-Leninist tradition of vanguard. It is specifically from the influences and determination of the coup and the evolution of the military dictatorship in the reasons that lead part of the Brazilian left to the decision of taking part of the armed actions as revolutionary way. It has set off the assumption that two cited processes have relative autonomy and, therefore, the attempts of explanation of the armed struggle as simple consequence of the dictatorial closing and/or the lack of opposition legal performance spaces, even that, important historiography's studies have detached the existence of gaps and possibilities of political actions, even so restricted, in the phase of the Military dictatorship consolidation (1964-1968), period where it occurs the emergence of the main guerrilla groups. This research defends the hypothesis of that the 1964 coup and the instauration of a military authoritarian regime, have played important role in the option of the left sectors , by the armed way when it frustrated the project, hegemonic up to 1964, from the pacific revolution, defended by the Brazilian Communist Party. Beyond the Coup, the proper existence of an arbitrary regime, that modified systematically the rules of political game according to its interests, it also would have contributed to the influx of the left when discredited the institutions and the proper existing legal political performance.

Word-key: Military dictatorship. Armed Struggle. Institutional closing. 1964 coup d'état.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI: Ato Institucional  
ALN: Ação Libertadora Nacional  
AP: Ação Popular  
ARENA: Aliança Renovadora Nacional  
C. C.: Comitê Central  
CENIMAR: Centro de Informações da Marinha  
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores  
CIE: Centro de Informações do Exército  
CISA: Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica  
CODI: Centro de Operações de Defesa Interna  
COLINA: Comandos de Libertação Nacional  
DI's: Dissidências do PCB  
DI-GB: Dissidência do PCB da Guanabara  
DI-RJ: Dissidência do PCB do Rio de Janeiro  
DI-SP: Dissidência do PCB de São Paulo  
DOI: Destacamento de Operações Internas  
DSI: Divisão de Segurança e Informações  
GTA: Grupo Tático Armado  
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPM: Inquérito Policial-Militar  
MDB: Movimento Democrático Brasileiro  
MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário  
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro  
OBAN: Operação Bandeirante  
OLAS: Organização Latino-americana de Solidariedade  
ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária  
PC do B: Partido Comunista do Brasil  
PC do B-AV: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha  
PC's: partidos comunistas  
PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCR: Partido Comunista Revolucionário  
PCCh: Partido Comunista Chinês  
PE: Polícia do Exército  
POC: Partido Operário Comunista  
PTB: Partido trabalhista Brasileiro  
SAPPP: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco  
SISNI: Sistema Nacional de Informações  
SISSEGIN: Sistema de Segurança Interna  
SNI: Serviço Nacional de Informações  
UDN: União Democrática Nacional  
ULTAB: União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UNE: União Nacional dos Estudantes  
VPR: Vanguarda Popular revolucionária  
ZDI: Zona de Defesa Interna



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. POSSÍVEIS ABORDAGENS SOBRE AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A DITADURA MILITAR E A LUTA ARMADA</b> .....	13
<b>3. A CONJUNTURA DE 1961-1969: PANORAMA POLÍTICO</b> .....	21
3.1 O GOVERNO JOÃO GOULART .....	21
3.2 O GOLPE DE ESTADO E O REGIME MILITAR .....	26
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DITADURA MILITAR E O ADVENTO DOS ANOS DE CHUMBO.....	34
<b>4. A CONJUNTURA 1961-1964: REVOLUÇÃO PACÍFICA E PROPOSTAS DE LUTA ARMADA</b> .....	44
4.1 O PCB E A “NOVA POLÍTICA” .....	44
4.2 CISÕES: PC DO B .....	47
4.3 CONTRAPONTO: AS LIGAS CAMPONESAS .....	50
4.4 CONSIDERAÇÕES .....	55
<b>5. AS ESQUERDAS APÓS O GOLPE: CONTINUIDADES, RUPTURAS, PONTOS EM COMUM E DIVERGÊNCIAS.</b> .....	57
5.1 O GOLPE DE 1964 E A LUTA INTERNA NO PCB.....	665
5.1.1 <i>Ação Libertadora Nacional: negação da via pacífica e influência cubana</i> .....	665
5.1.2 <i>O PCBR entre a mobilização de massas e a luta armada</i> .....	76
5.2 CONSIDERAÇÕES .....	79
<b>6. O PC DO B SOB A DITADURA MILITAR: DISSIDÊNCIAS E LUTA ARMADA</b> ..	81
<b>7. DA POLOP AOS COLINA</b> .....	93
7.1 INSURREIÇÃO DE MASSAS E GUERRA DE GUERRILHAS NA TRAJETÓRIA DA POLOP .....	93
7.2 OS COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A LUTA ARMADA .....	103
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1960, no Brasil, foi uma época de contrastes: foram anos de efervescência política e intensa mobilização popular, seguidos por um tempo de autoritarismo, marcado pelo sistemático desrespeito aos direitos humanos. Também foi um período de expectativa e agitação em torno de diferentes projetos políticos para um país que se transformava velozmente, tão rápido que engolia e frustrava estes mesmos projetos e esperanças. Dividindo esta década politicamente conturbada em duas grandes partes está o golpe de 31 de Março de 1964, que marca a implantação de um regime militar autoritário no Brasil.

A presente pesquisa tem a sua delimitação temporal/espacial inserida no período maior, conhecido como o da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). E embora o objetivo desta pesquisa seja o entendimento de uma problemática específica contida nesse período, cabe aqui iniciar esta introdução com uma explanação necessária de toda a época de dominação castrense, para, em seguida, delimitar o tema e a problemática que serviram de ponto de partida para esta pesquisa.

Os militares, ao lado de seus aliados civis, tomaram o poder utilizando-se de um golpe de Estado em março de 1964 e implantaram uma ditadura que durou duas décadas. Em seu objetivo de prolongamento do recém-conquistado poder político, o governo militar recorreu, em todo o período ditatorial, a diversos mecanismos coercitivos os quais variaram da repressão policial às manifestações de rua até a sistematização de todo um aparelho de espionagem, policiamento político e censura.

Embora o regime pós-1964 tenha adquirido uma característica duradoura, ou seja, o monopólio do poder político pela alta hierarquia das Forças Armadas durante toda a extensão do regime, observa-se que esses anos também demonstraram um aspecto mutável em sua constituição, pois o regime apresentou-se de várias formas, ora endurecendo, ora progredindo em direção a uma abertura política. Assim, considerando esse aspecto de mutabilidade, historiadores e outros estudiosos do tema têm dividido o período em três ou quatro grandes fases.

A primeira fase situa-se entre o ano do golpe civil-militar, 1964, e o ano da decretação do Ato Institucional nº. 5, 1968. Nesse interregno ainda se discutia a

necessidade ou não da prorrogação do governo “revolucionário”. Além do que, durante alguns intervalos de tempo, as oposições ainda tiveram uma razoável liberdade de ação política.

O segundo momento teve como marco a decretação do AI-5 e se estendeu até o princípio do governo Ernesto Geisel em 1974. Nessa fase o país conheceu a formação de uma estrutura legal-institucional de repressão, na qual, de um lado irá se formar o Sistema Nacional de Informações (SISNI), a “comunidade de informações” cuja tarefa era a produção de informações e espionagem em prol do comando militar, seu principal órgão era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Constituiu-se também nessa época o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), tendo como base os Destacamentos de Operação de Informações (DOI), órgãos de repressão política intensamente denunciados pelas violações dos direitos humanos ocorridas nas suas dependências tais como torturas, assassinatos, etc.

Uma terceira fase iniciou-se em 1974 com a posse do então presidente Ernesto Geisel e terminou com a extinção do regime em 1985. Este período ficou marcado pelo processo de abertura política e liberalização progressiva do regime. Foi a época da anistia, da revogação do AI-5 e da eleição de um civil depois de duas décadas de dominação militar.

Esse aspecto mutável do governo militar também afetou em grande parte a atuação dos grupos de oposição ao regime. Ser contrário ao *status quo* passou a significar uma série de ações: da assinatura de um manifesto; a permanência em tempo integral na atuação armada clandestina, por exemplo. Tudo isso dependia de vários fatores, sendo a fluidez do regime um fator importante.

Pretendeu-se analisar nesta pesquisa a confluência de dois processos políticos ocorridos numa mesma conjuntura:

Em princípio trata-se do processo de consolidação e institucionalização da Ditadura Militar no Brasil (1964-1968) que se finaliza com a decretação do Ato Institucional nº. 5 e na formação de todo um sistema legal-institucional de repressão materializado, principalmente, na estruturação das chamadas comunidade de informação e comunidade de segurança (1970).

O segundo processo ocorreu, concomitantemente, ao primeiro, porém com sentido antagônico, uma vez que trata-se da ascensão efêmera dos grupos de esquerda armada, os autointitulados revolucionários. Estes consistiam-se de grupos e organizações de esquerda que protagonizaram ações armadas numa perspectiva

revolucionária. Dentre as organizações citam-se: a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) entre outras que enfatizaram a necessidade da ação revolucionária imediata. Essas lançaram-se em projetos de Guerrilha Urbana e Rural. O período entre 1967 e 1974 ficou marcado por uma série de atos como sequestros, assaltos e atentados com finalidades políticas, ou seja, aquilo que foi rotulado pela linguagem da Ditadura Militar como terrorismo.

Considerando todos esses aspectos acerca da conjuntura política mencionada apresenta-se a base da problemática desta pesquisa: que relações existiram, além da cronológica, entre estes dois processos supracitados; qual seria a natureza destas relações: a luta armada seria um reflexo da implantação da ditadura, do AI-5 e da escalada repressiva que o seguiu, já que a atuação legal ficaria inviabilizada por tais ocorrências, ou estas relações teriam se dado sob outras formas?

Com base nessa inter-relação entre os processos políticos que esta pesquisa se situa, ou seja, investigar o quanto um processo se ligou ao outro, mais especificamente, compreender as influências e as determinações provocadas pela instauração da ditadura militar na opção, de parte das esquerdas brasileiras, pelo engajamento imediato na luta armada.

Em princípio apresentam-se algumas explicações difundidas a respeito das influências da ditadura militar na adesão das esquerdas à luta armada, também resgata-se algumas reflexões críticas feitas por pesquisadores do assunto em obras de caráter mais geral, que não tem como eixo específico a problemática aqui proposta.

Na sequência da pesquisa, descreve-se de maneira resumida a turbulenta conjuntura política dos anos 1961 a 1964, o Golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Militar, bem como sua consolidação no final da década de 1960, explicitando uma abordagem que considera o período da ditadura militar como dividido em fases diferenciadas.

No quarto capítulo, analisa-se a orientação política do PCB a partir de 1958, e sua negação por duas organizações que sinalizaram com propostas de luta armada, o PC do B e as Ligas Camponesas, demonstrando a maneira que a proposta de um caminho revolucionário não pacífico esteve presente nas ideias políticas dos

referidos grupos antes mesmo da Ditadura Militar, e qual foi o impacto destas propostas na conjuntura 1961-1964.

Os capítulos 5 a 7 compreendem o período de 1964 a 1968. E, em seus textos constam análises do desenvolvimento dos projetos de luta armada das organizações surgidas e ressaltam os motivos por que levaram os grupos de esquerda armada a se posicionarem a favor do enfrentamento à Ditadura Militar promovendo a Guerrilha Urbana e Rural. Incluiu-se ainda, nesses capítulos, os registros dos resultados do Golpe de 1964 e dos bloqueios institucionais. Isso no desenvolvimento das propostas de luta armada. Ainda, no capítulo 7 desta pesquisa, encontra-se a análise da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP). E, observa-se que, embora essa organização, não tenha realizado ações armadas, merece destaque pela influência ideológica nos debates das esquerdas, e por ser matriz de duas organizações guerrilheiras; COLINA e VPR, as quais exerceram intensa atuação armada.

O sexto capítulo, retoma a trajetória do PC do B, o qual embora já defendesse um caminho não pacífico no período pré-1964, teve suas táticas melhor definidas diante das conjunturas políticas sequentes (1964-1968).

## 2. POSSÍVEIS ABORDAGENS SOBRE AS INTER-RELAÇÕES ENTRE A DITADURA MILITAR E A LUTA ARMADA

A problemática a que se propõe nesta pesquisa, isto é, as relações entre o Golpe, a Ditadura Militar e as propostas de luta armada é frequentemente respondida com base no que denominarei como *explicações reflexivas*: construções discursivas que entendem a eclosão da luta armada a partir da segunda metade da década de 1960 como reflexo, resultado ou consequência do bloqueio institucional imposto à participação política de amplos setores da sociedade brasileira pela Ditadura Militar. Assim, por considerar essas explicações reflexivas simplistas e equivocadas, busco apresentar uma análise aprofundada referente às relações entre o Golpe, a Ditadura Militar e as propostas de luta armada.

No entanto, faz-se necessário demonstrar como e onde se manifestam essas explicações reflexivas, bem como apresentar seus principais elementos sob diferentes aspectos, no intuito de, posteriormente, apontar suas falhas e limitações. Não se pôde detectar com precisão o início do aparecimento das explicações reflexivas. Mas, é certo que essas construções ganharam fôlego e disseminação com depoimentos e publicações intensamente propagados pelos ex-militantes da esquerda armada reincorporados à cena pública após a anistia política de 1979. Como exemplo dessa constatação pode-se citar trechos escritos em 1979 do prefácio de *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis, antigo militante da Vanguarda Popular Revolucionária:

Gostaria que nunca mais na história do Brasil se repetisse uma situação de opressão sangrenta, sufoco total e fechamento brabo que levasse uma geração de jovens a tomar as armas.<sup>1</sup>

No desenvolvimento de sua narrativa Sirkis volta à questão, desta vez tentando “compreender” as razões dos adeptos da luta armada:

Achávamos que o momento ainda não era de luta armada. Mas compreendíamos as razões deles. Em muitos casos, era gente que vinha sendo perseguida desde 1964. [...] Esses já estavam em guerra há tempos. Há muito, também não tinham nenhuma possibilidade de atuação política legal. Será que era também o nosso destino? O AI-5 estava ali para dizer que sim.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. p. 35.

<sup>2</sup> Ibid., p. 42

Na década de 1990, o ex-militante do MR-8, Franklin Martins, prefaciando o livro *Viagem à Luta Armada* - de autoria de outro antigo participante da luta armada, Carlos Eugênio Paz – afirma que a opção guerrilheira também provém da impossibilidade de atuação legal:

Acuado, o regime militar reagiu com o AI-5, endurecendo ainda mais a ditadura: Congresso fechado por uns tempos, ministros do Supremo afastados, mais deputados e senadores cassados, censura prévia na imprensa, prisões em massa e utilização sistemática da tortura contra os presos políticos. ***A instalação do regime de terror, se paralisou parte da oposição, radicalizou outra. Milhares de jovens, julgando que não tinham qualquer possibilidade de atuação legal contra o regime, escolheram o caminho das armas.***<sup>3</sup>

É interessante notar que a “radicalização” do próprio Carlos Eugênio Paz - ao contrário dos milhares de jovens citados por Franklin – “parece” ter ocorrido sem a interferência do AI-5, pois no mesmo prefácio aparece a seguinte informação sobre o autor:

Carlos Eugênio Paz ***participou intensamente da luta armada entre os anos de 1967*** e 1973. Aos 17 anos, ainda estudante secundarista, integrou-se à Ação Libertadora Nacional, organização revolucionária dirigida por Carlos Marighella, que se propunha a derrubar a ditadura militar através da guerra de guerrilhas.<sup>4</sup>

De qualquer forma, as citações mencionadas apontam para o fator determinante da eclosão da luta armada: a impossibilidade de atuação legal decretada pela Ditadura Militar intensificada com o AI-5. Portanto, os homens e as mulheres que optaram pela guerrilha urbana ou rural, certamente, não o fariam se estivessem sob condições de se manifestarem legalmente contra o regime, ou seja, a luta armada foi resultado de uma falta de opções...

Essas explicações reflexivas, malgrado às críticas que se têm produzido nos últimos tempos, parecem ser ainda as mais divulgadas fora dos meios especializados no assunto. Em um livro didático de 2007, distribuído às escolas públicas pelo Ministério da Educação, pode-se perceber a seguinte explicação do surgimento da luta armada:

---

<sup>3</sup> PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. pp. 10-11. (grifo nosso)

<sup>4</sup> Ibid., p. 07 (grifo nosso)

Para muitos, o AI-5 representava um golpe dentro do golpe. Com o endurecimento da ditadura, milhares de pessoas foram presas e torturadas, e muitas outras seguiram para o exílio no exterior. Nesse clima repressivo, um grande número de jovens, muitos dos quais sob a liderança de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, decidiram deixar de lado os protestos pacíficos e partir para a luta armada. Surgiram, assim, grupos guerrilheiros que tentavam derrubar o governo por meio das armas...<sup>5</sup>

Outra vertente de explicações reflexivas aborda as relações entre ditadura/luta armada que insere os dois fenômenos em relações de causa e efeito. O defensor dessa posição, João Quartim de Moraes, em texto de 1989, o procura afirmar a preponderância dos fatores internos na eclosão da luta armada e declara que esta tem como “*causas históricas fundamentais*” o golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar:

A pré-condição histórica fundamental do desencadeamento da luta armada no Brasil foi o golpe de 1964, assim como sua condição política fundamental foi a consolidação da ditadura militar — sob a forma auto-limitada do regime definido pela Constituição outorgada de 1967. Por pré-condições entendemos aqui os fatores que contribuíram indiretamente para o desencadeamento da luta armada, isto é, que criaram as condições que a tornariam possível. A expulsão dos sargentos e marinheiros envolvidos na mobilização política dos subalternos das Forças Armadas entre 1961 e 1964 constituiu uma destas pré-condições. Como se sabe, foi um núcleo de ex-sargentos e ex-marinheiros, agrupado em torno do ex-sargento Onofre Pinto, que iniciou a luta armada no Brasil. O nexos entre os dois fatos é evidente. A expulsão (pré-condição) *condicionou* o agrupamento de algumas dezenas de companheiros de expurgo, animados pela solidariedade recíproca na amarga situação de politicamente derrotados, profissionalmente discriminados e socialmente marginalizados em que se encontravam, desde o golpe de 1964, os protagonistas e os figurantes dos extintos movimentos dos sargentos e Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros. Muitos deles haviam sofrido prisão e brutalidades policiais. O próprio Onofre havia sido hóspede do famigerado navio-prisão Raul Soares, onde amontoaram-se, nos dias que se seguiram ao triunfo da sedição reacionária, numerosos presos políticos. Ao *condicionar* tal agrupamento, a expulsão *pré-condicionou* a formação, três anos mais tarde, do grupo do “Ali”, mais tarde do “Augusto”, pseudônimos adotados sucessivamente por Onofre Pinto. (O pseudônimo “Ali” refletia provavelmente a simpatia de Onofre pela Revolução Argelina).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> SERIACOPI, Gislaine Azevedo. **História – Volume único**. São Paulo: Ática, 2007. p. 482.

<sup>6</sup> MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 1989. p. 141. Grifos do autor.



O raciocínio de Moraes contém nas entrelinhas um determinismo histórico que concebe a ação dos sujeitos como resultado único e exclusivo dos condicionantes internos e externos, pois, como afirma o autor: “A tese de que a condição política essencial da luta armada foi a ditadura militar significa que sem ditadura, não teria havido luta armada no Brasil a partir de 1968”.<sup>7</sup>

Procurarei, em devido momento, contestar tais análises baseadas em explicações reflexivas, por ora cabe ressaltar que a historiografia sobre a ditadura militar tem apresentado críticas a estes tipos de explicações. Embora não tenha encontrado trabalhos especificamente voltados para o tema, muitas obras de caráter mais geral tem pontualmente focado e discutido a questão.

O sociólogo Marcelo Ridenti, em sua obra *O Fantasma da Revolução Brasileira*, dedica algumas páginas à problemática das explicações reflexivas, embora sua proposta central seja a de desvendar o “significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente armados, entre 1964 e 1974”.<sup>8</sup> O autor se detém de forma pontual na crítica do que chama de análises por uma perspectiva institucional. Mesmo concordando que o bloqueio institucional teve importante papel no desenvolvimento das lutas de classe, Ridenti encara as visões institucionalizantes como limitadas e mistificadoras:

A visão institucionalizante pouco avança na compreensão das lutas de classes na sociedade brasileira da época. Seria limitado pensar os golpes de Estado, as revoltas ou as revoluções como falhas dos mecanismos reguladores das instituições sociais. [...] As lutas de classes, de que as organizações de esquerda forma uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar, nem pelas falhas das instituições desse regime, ou das anteriores ao golpe de 64, senão teríamos subjacente a idéia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria luta de classes.<sup>9</sup>

O autor retomou o tema vários anos depois, desta feita colocando mais ênfase na associação entre a opção da luta armada e a instauração da Ditadura Militar, ressaltando que “com o golpe, as esquerdas ficaram socialmente isoladas” e “disseminou-se uma crise sem precedentes dos partidos tradicionais de esquerda,

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 142.

<sup>8</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 15.

<sup>9</sup> Ibid. p. 62

defensores da revolução dentro da ordem institucional”,<sup>10</sup> chegando desse modo à seguinte conclusão:

O fato é que se constituiu em 1964 um regime militar e civil que inviabilizou o projeto até então hegemônico de tomada institucional do poder pelas esquerdas, que foram duramente reprimidas após o golpe. A ditadura duraria mais de vinte anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na vigência do regime militar em sua primeira década, de modo que elas são impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la.<sup>11</sup>

No entanto, não se pode afirmar que Ridenti conceba a luta armada como reflexo do golpe e da ditadura militar, pois na obra citada, admite a probabilidade de que “haveria um processo armado no Brasil, independente do regime político, como ocorreu em quase todos os países da América Latina” e que o exemplo da tentativa, por parte das Ligas Camponesas, de criar um esboço de guerrilha, “permite fazer a conjectura de que provavelmente haveria alguma luta guerrilheira no Brasil mesmo se o golpe tivesse sido derrotado”, embora ressalte que “a experiência teria sido outra” e que “há poucos indícios de que viesse a ser significativa”.<sup>12</sup>

A historiadora Denise Rollemberg, autora de importante estudo sobre o apoio cubano à luta armada, também critica as explicações reflexivas destacando a atuação precoce das Ligas Camponesas:

A relação das Ligas Camponesas com Cuba, por exemplo, traduzida no apoio material, logístico e ideológico, evidencia a definição de uma parte das esquerdas pela luta armada no Brasil, ainda no governo democrático, antes da ditadura civil-militar. Embora consideremos que o golpe e a implantação da ditadura redefiniram o quadro político, é importante perceber que esta possibilidade fazia parte das opções de esquerda e que esta buscava realizá-las antes de 1964. Mesmo que não se trate de uma novidade, as esquerdas tenderam – e tendem ainda – a deslocar o marco da opção pela luta armada para o pós-1964. É interessante notar como esta tese reaparece, mesmo no período da ditadura. Assim, outro marco importante seria 1968, mais exatamente o AI-5, em 13 de dezembro. Impedida toda e qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado. Na verdade o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre de 1968. a necessidade de contê-los foi uma justificativa da repressão para o AI-5, o que historicamente não se verifica. Se o AI-5 explicou e justificou a luta armada, jogou um véu sobre uma opção

<sup>10</sup> Idem. Esquerdas armadas revolucionárias nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. (As esquerdas no Brasil; vol. 3). p. 27.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibid. p. 26

substancial que parte das esquerdas brasileiras vinha assumindo, antes de 1968, ainda mesmo nos anos 1950.<sup>13</sup>

Reginaldo Dias em trabalho enfocando a experiência da Ação Popular no Paraná, também destaca a falsa causalidade entre a eclosão da luta armada e o endurecimento pós AI-5:

Com o advento do Ato Institucional n. 5, conhecido como golpe dentro do golpe, e com o fechamento do limitado espaço institucional que e ainda havia, a nova esquerda mergulhou na luta armada. Não há relação de causalidade direta entre um fato e o outro, visto que a preparação para a luta armada já vinha ocorrendo. A nova conjuntura não levou, assim, a uma ruptura com a compreensão e a prática das organizações, mas acentuou determinadas características existentes.

Dentre as obras citadas nesta pesquisa acerca das explicações reflexivas, observa-se que foi o historiador Carlos Fico quem melhor se aprofundou nestas questões, apesar de não ter produzido trabalhos específicos sobre elas. Justifica-se essa afirmação, visto que muito desta pesquisa se apoiou em seu livro *Como Eles Agiam*,<sup>14</sup> que embora se destine a analisar a construção das duas maiores estruturas repressivas da Ditadura Militar – as comunidades de segurança e informação – também enfoca as questões aqui discutidas e fornece elementos para a formulação de certos pressupostos que acompanharão o desenvolvimento desta pesquisa.

Em primeiro lugar, ressalta-se que não se pretendeu enquadrar os fenômenos da luta armada e da instauração da ditadura militar e seu fechamento em relações de causa e efeito, pois como aponta Fico:

Não se pode esperar que a história estabeleça explicações lineares, fundadas em relações simplistas de causa e efeito, muito menos quando se trata de explicar fenômenos que expressam o enfrentamento de posições antagônicas.<sup>15</sup>

Uma segunda consideração deve ser a de que os dois processos mencionados possuem uma dinâmica interna própria e que, portanto, possuem autonomia relativa:

---

<sup>13</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; vol. 4). pp. 48-49.

<sup>14</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record. 2001.

<sup>15</sup> Ibidem. p. 62.

...para setores da esquerda, lutar pelo comunismo, tendo como estratégia o estabelecimento de uma “guerra popular”, deflagrada a partir de focos de guerrilha rural e preparada por ações de guerrilha urbana (geradora de recursos financeiros e clima político para a conflagração geral), não era, obviamente, apenas uma decorrência do endurecimento do regime militar brasileiro, mas um projeto geral que os animava. Seria concepção igualmente redutora explicar a criação do sistema de segurança do regime militar com base em fatores reativos: na verdade, a montagem de um “setor especificamente repressivo”, paralelamente à constituição do sistema de informações, era um projeto que, apoiado em outros instrumentos (como a censura e a propaganda política), pretendia eliminar ou ocultar do país tudo o que constituísse divergência em relação à diretriz geral da “segurança nacional”.<sup>16</sup>

Acrescenta-se ainda que apesar de suas autonomias relativas, os processos nos quais se desenvolveram a ditadura militar e a luta armada estiveram ligados por inter-relações, e estas estão presentes nesta pesquisa, que procurou acima de tudo, descobrir o quanto e como a repressão política influenciou ou contribuiu para opção de parte da esquerda ao enfrentamento armado com o regime.

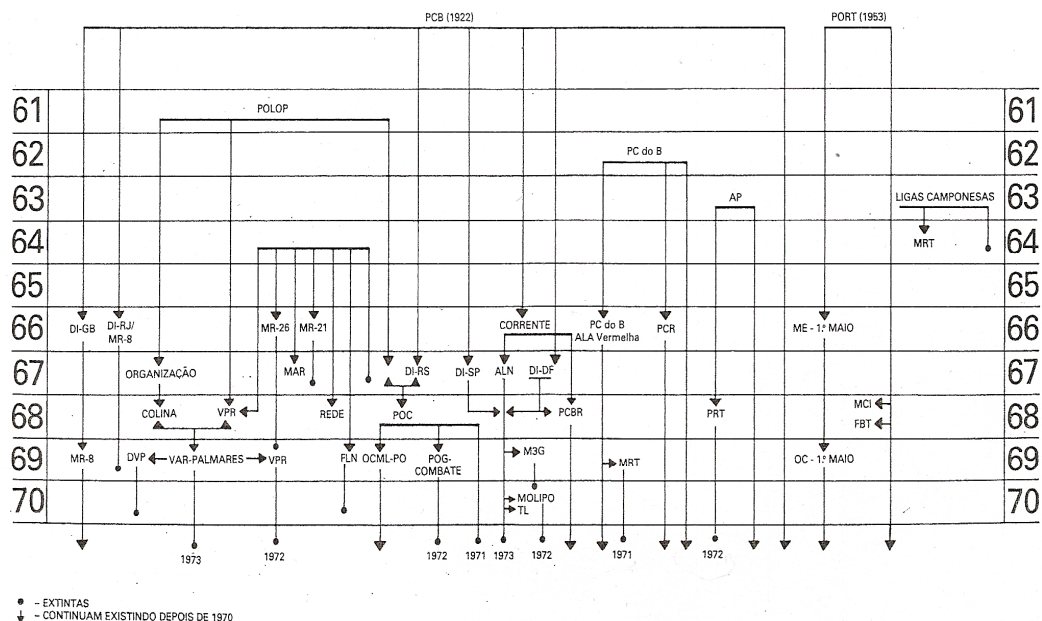
Para compreender tais relações reconstitui-se, principalmente, por meio da leitura crítica dos documentos das organizações de esquerda, os argumentos e análises políticas que levaram vários militantes de esquerda a optar pelo caminho armado deixando em segundo plano a descrição de suas ações, visto que o fundamental é compreender a luta armada como inserida em um projeto que a conceba como tarefa imediata e imprescindível para a estratégia revolucionária. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa baseada na análise de conteúdo dos documentos, buscando compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto destas construções discursivas.

Em relação às organizações enfocadas, procurou-se analisar unicamente aquelas que surgiram antes de 1969, pois até esta data, já havia se formado uma considerável gama de siglas com propostas claras de luta armada como exemplificado pelo quadro abaixo:

---

<sup>16</sup> Ibid. pp. 62-63.

## As organizações de esquerda – 1971/1970



fonte: REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 13.

Não se pôde abordar todas as organizações do período focado, e isso se deve a uma série de motivos, por exemplo: no caso da VPR e da Dissidência da Guanabara (DI-GB posteriormente MR-8) a falta de documentos programáticos anteriores a 1969 foi decisiva. No entanto foi possível acumular um número de casos suficientes para uma análise mais ampla (PCB, PC do B, POLOP, PCR, ALA VERMELHA, PCBR, ALN, COLINA).

Também se faz necessária a abordagem do contexto político e social, pois os sujeitos históricos fazem suas opções, inseridos numa relação dialética entre os sujeitos e a sociedade em que vivem. Nesse sentido cabe apresentar, mesmo que de forma sumária, a conturbada trajetória política do Brasil dos anos 1960.

### 3. A CONJUNTURA DE 1961-1969: PANORAMA POLÍTICO

O Golpe de 1964 e o Regime Militar vêm sendo deixados de serem abordados somente na perspectiva dos conflitos de memórias para se tornarem cada vez mais temas historiográficos. Não se afirma aqui que as “disputas de memória” tenham se arrefecido ou que a história venha sepultar a memorialística por supostamente ter acesso garantido à verdade imparcial e neutra. O que se entende aqui é que a produção historiográfica sobre a ditadura já se encontra avançada e que essa produção pode ser crítica e metodologicamente criteriosa, embora não seja repetitivo dizer que “os historiadores, há quase um século, abandonaram qualquer pretensão de imparcialidade e objetividade totais”<sup>17</sup>.

Diante da quantidade de material publicado, não se apresenta neste trabalho uma análise, mesmo que concisa, da produção referida; pretende-se, portanto, tão somente situar-se nas vertentes interpretativas necessárias à compreensão da problemática geral proposta. Assim como boa parte dos trabalhos relativos ao período da Ditadura Militar, esta pesquisa parte do conturbado governo João Goulart, que se encerrou no Golpe Civil-Militar de 1964.

#### 3.1 O GOVERNO JOÃO GOULART

Segundo Caio Navarro Toledo, “o governo Goulart *nasceu, conviveu e morreu* sob o espectro do golpe de Estado”.<sup>18</sup> Após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os três ministros militares manifestaram-se contra a posse do vice-presidente João Goulart, sob a alegação de que ela significaria grande ameaça à ordem e às instituições. Com o apoio de importante parcela das forças armadas e de um grupo de civis antigetulistas, vetaram a posse do vice-presidente gerando uma crise e ameaça de golpe no país.

As pretensões golpistas dos militares não se concretizaram devido a uma série de obstáculos; o principal deles, encontrava-se no Rio Grande do Sul, onde o então governador Leonel Brizola organizou uma campanha pela posse de Goulart.

<sup>17</sup> FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 68.

<sup>18</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 24, n.º47, 2004. pp. 17-18.

Para tanto organizou-se uma rede de mais de cem emissoras de rádio que exortava a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart; no Congresso Nacional parlamentares rejeitaram o pedido de impedimento de Jango e, em seguida, propuseram a adoção de uma solução conciliatória: a implantação do regime parlamentarista. Assim, no dia 2 de setembro, aprovou-se a emenda parlamentarista e, finalmente, no dia 7, João Goulart foi empossado na presidência da República.<sup>19</sup>

O breve governo Goulart (1961-1964) foi marcado por uma intensa crise econômico-financeira, originada durante os últimos anos do mandato de Juscelino Kubitschek:

O Brasil não conseguia mais manter as elevadas taxas de crescimento, principalmente no setor industrial, as finanças públicas estavam desequilibradas, gerando déficits e, conseqüentemente, inflação; e os salários não aumentavam na mesma proporção que o custo de vida.<sup>20</sup>

Diante dessa conjuntura, os conflitos e tensões sociais tenderam a aumentar. Durante os primeiros três primeiros anos de Goulart foram deflagradas mais de 430 paralisações operárias<sup>21</sup>; a situação do campo foi marcada por conflitos armados, principalmente, no Nordeste, onde camponeses e latifundiários se enfrentavam e assassinatos de lideranças ocorriam.

As tensões sociais tinham como pano de fundo um amplo debate político-ideológico que polarizava a sociedade brasileira há tempos: o debate em torno das *reformas de base*. Sob essa denominação se encontrava uma série de iniciativas políticas como as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária; a extensão do voto aos analfabetos e as patentes subalternas das forças armadas; a legalidade do PCB, além de uma série de medidas nacionalistas como uma maior intervenção do Estado na economia e o controle dos investimentos estrangeiros no país.

O que definitivamente pesou na conjuntura tensa do período em questão foi a vultosa mobilização social originada em torno da perspectiva das reformas de base:

---

<sup>19</sup> DE PAULA, Christiane Jalles. **O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O\\_segundo\\_mandato\\_e\\_a\\_crise\\_sucessoria](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria)> acesso em 30 jan. 2011.

<sup>20</sup> NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. São Paulo: Editora Atual, 1998. p. 06.

<sup>21</sup> TOLEDO, op. cit. p. 18.

“Logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo”.<sup>22</sup>

Reunidas numa coalizão pró-reformas, diversas forças políticas e sociais participaram ativamente das lutas políticas do período. Entre esses grupos podemos destacar as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro — PCB, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores — CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha, os estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes — UNE e, também, uma pequena organização trotskista, o Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR(T).<sup>23</sup>

No lado oposto às forças reformistas, grupos conservadores mobilizavam-se em uma frente social formada, principalmente, pelo campo militar conservador, lideranças civis antivarguistas, setores do empresariado nacional, grande parte das classes médias, etc. Todos esses grupos se aglutinavam muito mais em torno de objetivos conservadores do que de um programa construtivo. Nesse sentido, diante da mobilização pró-reformas se propunham a salvar o país da “subversão”, do “comunismo” e da “corrupção”.

Desde a posse de Goulart em 1961, ele exerceu seu mandato sob um sistema parlamentarista que, implantado às pressas, visava impedir que o presidente exercesse seus poderes políticos, portanto durante todo o governo parlamentarista, a agenda das reformas não avançou.

Uma semana antes do plebiscito (6 de janeiro de 1963) que decidiu pelo retorno ao sistema presidencialista de governo, Goulart anunciou ao país seu plano de governo: O *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Elaborado pelo economista Celso Furtado, o plano tinha como metas principais combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em seguida, implementar reformas no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária.<sup>24</sup> Contestado pelas esquerdas e por setores do empresariado, o Plano Trienal esgotou-se rapidamente. Não ocorrendo nem desaceleração da inflação, nem aceleração do crescimento, Goulart decide

---

<sup>22</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 24, n.º47, 2004. p. 184.

<sup>23</sup> Ibidem. pp. 184-185.

<sup>24</sup> Ibid. p. 193.



então voltar-se para o programa das reformas e, particularmente à reforma agrária, tida como carro-chefe das bandeiras de seu governo.

No primeiro semestre de 1963, Goulart apresentou às lideranças políticas para debate, um anteprojeto de reforma agrária que previa a desapropriação de terras com títulos da dívida pública, o que forçosamente obrigava a uma alteração constitucional. Para o governo, era impossível concretizar a reforma agrária sem que o artigo 146 da Constituição de 1946 - que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas - fosse alterado.

O projeto acabou inviabilizado pela intransigência dos grandes partidos políticos: A UDN, como esperado, rejeitou majoritariamente a proposta, o PSD aceitava a emenda desde que os títulos recebidos pelas desapropriações sofressem correção, e o PTB recusava-se a negociar alterações na proposta inicial. Mesmo sob pressão de intensa campanha nas ruas patrocinada pelas esquerdas, o congresso recusou o projeto de reforma agrária do PTB.

Diante do fracasso, Goulart tentou reorganizar outro ministério insistindo em reativar a aliança histórica entre trabalhistas e pessedistas. Aliás, o governo João Goulart foi, em grande parte, uma tentativa frustrada de conciliar partes inconciliáveis pela radicalização do período; como resultado, o governo acabou isolado à direita, à esquerda e ao centro.

Não bastasse o momento difícil em que o presidente passava, um grupo civil-militar golpista, atuante desde a posse de Goulart, cada vez mais ganhava terreno no plano conspiratório. Políticos, empresários e militares “articulavam-se em instituições para conspirarem contra o governo de maneira mais organizada”<sup>25</sup>. Sabiam que, desde a tentativa frustrada de 1961, não era suficiente conspirar, precisavam de bases políticas, sociais e, sobretudo, militares para levarem adiante seus propósitos.

Por meio de atividades de propaganda política variada, iniciou-se uma prolongada campanha de desestabilização do governo Goulart. Tal campanha, baseada na afirmação de incompetência e tendência esquerdista do governo, foi capitaneada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.<sup>26</sup> O chamado complexo Ipês/Ibad também teve o

---

<sup>25</sup> Ibid. p.197

<sup>26</sup> FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

papel de “apontar aquela que, do ponto de vista do grande capital, viria ser a perspectiva de desenvolvimento para o país: a associação com o capital multinacional”.<sup>27</sup>

No final de 1963, a conspiração contra o governo se expandia e Goulart tinha plena consciência dela. Combatido pela direita, que se preparava para derrubá-lo, e sem o respaldo do PSD para a implementação das reformas que desejava, só podia contar com as forças de esquerda para se manter fiel à política em que baseara toda sua carreira. Afinal, o tempo era curto, “passaria a faixa presidencial como a maior liderança trabalhista depois de Getúlio Vargas, sem ter realizado as reformas que pregava desde o início da década de 1950”.<sup>28</sup>

O ano de 1964 iniciou-se com o isolamento de Goulart. Nessa situação, a nova estratégia foi organizar uma ofensiva política apoiada pelos principais grupos de esquerda para garantir o apoio às reformas de base. O plano de ação era o seu comparecimento a uma série de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a população brasileira em favor das reformas.

No dia 13 de março de 1964, na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, tem início o primeiro (e único) comício pelas reformas. Goulart discursa proclamando a necessidade de mudar a Constituição e anuncia dois decretos, o primeiro encampando as refinarias particulares de petróleo e o segundo, o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), considerado o primeiro passo na implementação das mudanças no campo.

Embora o comício das reformas tenha significado uma importante guinada de Goulart para a posição das esquerdas, pois para estas o evento marcava o fim da política de “conciliação” do presidente, foram as crises da área propriamente militar que vieram a precipitar o desfecho do golpe.

Em 25 de março de 1964 um grupo de marinheiros e fuzileiros navais comparece a uma reunião comemorativa do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Esse ato - considerado subversão da hierarquia por esta associação ser ilegal - gera, por parte

---

<sup>27</sup> DIAS, Reginaldo B. **Sob o signo da revolução**: a experiência da AP no Paraná. Maringá: Eduem, 2003. p. 40.

<sup>28</sup> FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, vol. 3). p. 380

da Marinha, uma ordem de prisão dos seus principais organizadores. Em contrapartida Goulart proíbe a invasão do local e posteriormente anistia os revoltosos. Isso provoca o pedido de demissão do ministro da Marinha e a rebelião passiva dos oficiais dessa arma que, reunidos no Clube Naval, recusavam-se a embarcar nos navios.

Acontecimentos como a revolta dos sargentos em setembro de 1963 e o episódio dos marinheiros relatado acima - bem como a atitude do presidente frente aos revoltosos - faziam o grupo golpista ampliar suas bases de apoio no meio castrense. Segundo Jorge Ferreira:

...foi a revolta dos marinheiros o momento em que os militares legalistas cederam aos argumentos dos conspiradores (...). Tratou-se, para a oficialidade, de uma questão de sobrevivência para a própria instituição.<sup>29</sup>

A precipitação do movimento golpista se concretiza após o comparecimento do presidente à festa de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março. O ato, considerado imprudente por pessoas próximas a Goulart, selaria seu destino, pois no dia 31 de Março de 1964 iniciava-se, em Minas Gerais, o movimento militar com o deslocamento de tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho.

### 3.2 O GOLPE DE ESTADO E O REGIME MILITAR

No dia 1º de abril, as principais posições estratégicas já estavam sob controle dos golpistas, Goulart viaja do Rio de Janeiro para Brasília e em seguida Porto Alegre, algum tempo depois sairia do Brasil sem articular qualquer resistência. Ainda no dia 2, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, mesmo sabendo da presença do presidente em território nacional, declara a vacância da presidência em sessão tumultuada no Congresso. Estava consumado o golpe. O deputado Ranieri Mazzili assume a Presidência da República apenas formalmente já que o poder de fato se encontrava nas mãos do recém criado “Comando Supremo da Revolução”, órgão transitório formado e presidido por um dos conspiradores: o general Costa e Silva.

---

<sup>29</sup> Ibidem. p. 396.

Os eventos de abril de 1964 marcaram uma ampla ruptura na história política brasileira não somente por iniciar e dar o tom ao regime militar que perduraria até 1985, mas também por representar o fracasso e a desarticulação do movimento nacional-popular que ganhava enorme projeção a partir do início da década de 1960.

Convém explicitar alguns elementos básicos do regime de dominação castrense iniciado, bem como traçar uma periodização para melhor entender o processo de evolução política:

Há certo consenso entre analistas do período militar em dividir este período em pelo menos três fases<sup>30</sup>: A primeira iniciada com o golpe e encerrada com o Ato Institucional nº5. Esse interregno foi marcado por incertezas e pelos conflitos entre os vencedores da frente golpista. Isso em relação aos rumos que deveria tomar o regime. Essa fase também foi caracterizada pela tentativa maciça de desmobilização das forças de esquerda da fase “populista”. Quando novas forças de oposição se articularem, estas serão, como veremos, assentadas sob novas bases.

A segunda fase compreende o período que vai do AI-5, até o início do governo Ernesto Geisel (1974). É nessa fase que ocorre o aprofundamento da Ditadura Militar. Época caracterizada pelo fechamento da cena política e pela transformação interna do regime, particularmente, a criação de um poderoso aparelho repressor ancorado nas comunidades de segurança e informação.

A terceira fase, em que ocorreu a *reversão do processo revolucionário*,<sup>31</sup> e que, de acordo com o tipo de análise, pode ser subdividida em dois momentos (1974-1979 e 1979-1985), não será abordada neste trabalho, uma vez que a temática proposta compreende somente fatos das duas primeiras fases.

Uma característica essencial do regime militar brasileiro e que ilustra o desenvolvimento das fases supracitadas, é o caráter cíclico da repressão política durante os 21 anos de dominação castrense. Como pode ser observado na tabela abaixo,<sup>32</sup> na primeira fase do período militar ocorreram dois ciclos de “repressão” e dois ciclos de “liberalização” enquanto que a segunda fase (1969-1973) abrange unicamente o mais longo ciclo repressivo do período.

---

<sup>30</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; vol. 4). p. 22.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 24.

<sup>32</sup> Adaptado de CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, 2004. Editora UFPR. p. 14.

Ciclos de “repressão”	Ciclos de “liberalização”
1) 1964-1965: eliminação dos atores políticos ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a posições de “esquerda” em geral (AI-2);	1) 1965: adoção de uma “política de retorno à normalidade” pelo governo Castello Branco, a fim de “constitucionalizar” o regime (AI-4);
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em outubro de 1965;	2) 1967-1968: adoção da “política de alívio” pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a luta armada e constituição de um aparelho repressivo-militar;	3) 1974-1976: “política de distensão”, adotada no início do governo Geisel;
4) 1975-1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição	4) 1977-1979: retomada da “distensão” pelo governo Geisel após o “pacote de abril” de 1977, tendo como objetivo final a revogação do Ato
5) 1979-1984: repressão aos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente o novo movimento sindical.	5) 1979-1984: continuidade da “política de distensão” na “política de Abertura” do governo Figueiredo.

O caráter cíclico da primeira fase abriu espaço para a organização e atuação das oposições dentro e fora do sistema político; atuação esta que foi brutalmente reduzida com o fechamento da cena política pós-AI-5.

Conforme notificamos, a primeira fase da Ditadura Militar foi marcada pela aparente indefinição dos rumos do movimento militar. Isso se deveu, em grande parte a ausência de um programa construtivo consensual entre os grupos que apoiaram e participaram do Golpe de Estado, pois como assinala Carlo Fico:

No que se refere a planos de governo detalhadamente estabelecidos, há consenso historiográfico sobre a sua inexistência: além da ânsia punitiva, existiam quando muito, diretrizes de saneamento econômico-financeiro traçadas por alguns ipesianos. Tudo o mais seria improvisado.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 74.

No entanto essas incertezas não impediram o desenrolar de um penoso processo de militarização do campo político simultaneamente à ascendência do poder executivo sobre o legislativo e o judiciário; bem como a centralização das decisões políticas em nível federal.<sup>34</sup>

Para entendermos o processo de consolidação da Ditadura Militar no Brasil devemos nos ater mais aos processos políticos que levaram a tal situação do que a planos e doutrinas elaboradas no período pré-golpe. Tais processos têm de ser encarados sob duas perspectivas, a primeira está ligada à investigação das lutas internas entre propostas políticas no seio das forças armadas, já que nos regimes ditatorial-militares, estas assumem o papel dominante porque controlam os “postos de comando essenciais do aparelho de estado”.<sup>35</sup> A segunda perspectiva relaciona-se aos fatores da cena política externos ao Estado, em nosso caso, as ações e o comportamento das oposições.

Para bem compreender os processos intramilitares que levaram ao fechamento ditatorial, é necessário frisar a história do surgimento e consolidação dos grupos militares chamados ainda no princípio do regime de *linha-dura*. Tais grupos se definiriam no período em questão a partir de duas características: “nas reivindicações de maior rigor na depuração do sistema político” e “nas expectativas de influenciar diretamente o processo de tomada de decisões do governo militar”.<sup>36</sup>

Com a promulgação do primeiro Ato Institucional (AI-1), iniciou-se a chamada *operação limpeza*, primeiro ciclo repressivo marcado por prisões, expurgos na burocracia civil e militar, cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos dos inimigos da “Revolução”. Baixado pelo “Comando Supremo da Revolução” o ato concedia a este órgão prerrogativas de cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos e deliberar sobre a demissão e aposentadoria dos que tivessem “atentado” contra a segurança nacional. Tais prerrogativas seriam transferidas por sessenta dias ao Presidente da República eleito de forma indireta no dia 11 de abril para mandato até 31 de janeiro de 1966, data de expiração do próprio ato.

O Marechal Castelo Branco assumiu a presidência em 15 de Abril, seu nome foi escolhido em tumultuadas reuniões entre o Comando e os governadores que

---

<sup>34</sup> CODATO, op. cit. p. 20.

<sup>35</sup> Ibidem. p. 13.

<sup>36</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995. p. 54.

apoiaram o golpe. Pouco tardou para que o presidente enfrentasse pressões provenientes da área militar. Os oficiais encarregados das investigações sobre as atividades políticas do regime anterior (IPMs), frustrados com a morosidade das punições aplicadas por Castelo e pela conquista de *habeas corpus* por alguns punidos, “faziam ouvir suas exigências de ampliação das cassações e suspensões dos direitos políticos”.<sup>37</sup> Segundo Carlos Fico, aí estaria a origem da linha-dura:

Capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que, com um discurso anticomunista e anticorrupção (...) ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos. Em Carlos Lacerda admiravam a retórica retumbante e as atitudes audaciosas; em Costa e Silva enxergavam não apenas o chefe militar de maior antiguidade, mais o líder que logo iniciou o processo de punições.<sup>38</sup>

O fracasso do governo Castelo Branco em conter a linha-dura fez com que nos anos seguintes os radicais deixassem de ser um simples grupo de pressão para gradativamente imporem à tese de que era necessário um endurecimento do regime. As pressões da linha dura estiveram presentes em momentos cruciais, como na crise que originou o Ato Institucional nº2, na escolha de Costa e Silva para a presidência e no conturbado desfecho de 1968.

Na compreensão da fase de consolidação da Ditadura Militar (1964-1968) devemos também atentar ao comportamento das oposições, pois segundo Maria Helena Moreira Alves, o “Estado de Segurança Nacional” foi “emergindo do relacionamento dialético entre as forças no poder e a oposição organizada”, e que “formas específicas de controle tiveram de ser criadas em resposta a desafios apresentados pela sociedade civil”.<sup>39</sup>

Emblemático para as oposições do período foi o impacto da repressão, no alvorecer do novo regime, aos grupos ligados a mobilização popular pelas chamadas “reformas de base”. Focaremos atenção nos movimentos sociais, particularmente o sindical e o estudantil, já que análise do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Política Operária (Polop) será apresentada em outra parte deste trabalho.

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>38</sup> FICO, Carlos. Como eles agiam. op. cit. p. 39.

<sup>39</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 315.

No que se refere à repressão as organizações dos trabalhadores, a antiga legislação sindical serviu para a interdição direta do governo nos sindicatos. No período que compreende 1964 e 1970 ocorreram 536 intervenções sindicais sendo que destas, 19% se deram em 1964 e 61,1% em 1965.<sup>40</sup> Tais medidas visavam à “correção do papel desempenhado anteriormente pelo movimento sindical e à sedimentação do terreno para a consecução de nova política trabalhista”.<sup>41</sup>

De fato o movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu, na conjuntura 1961-1964, grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional. Contudo, a partir do Golpe:

A prisão de lideranças, a perseguição de militantes, bem como a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas, desbarataram atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas. Em termos do movimento operário, o que restou, como tradicionalmente restava em períodos como esse, foi o trabalho pequeno e silencioso no chão de fábrica.<sup>42</sup>

Outros grupos sociais também viriam a sentir o choque da mudança de regime político iniciado com o golpe, entre eles os estudantes, que veriam todo um ciclo de atividades se interromper com o advento do 1º de abril.

Desde a década de 1950 os estudantes vinham politizando-se sob uma perspectiva de esquerda, na conjuntura anterior ao golpe tiveram importante papel nas manifestações pró-reformas, mesmo tendo como bandeira principal a reforma universitária, o movimento estudantil procurou aliar-se com os trabalhadores, sua manifestação mais emblemática seria a UNE-Volante, “caravana que percorreu o país promovendo agitação e propaganda em favor da reforma universitária”.<sup>43</sup>

Em 27 de outubro de 1964, o Congresso aprova a lei Suplicy, que extingue a UNE e as uniões estaduais de estudantes, em seus lugares surgiriam Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs) e um Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Não se tratava apenas de mudança na nomenclatura, pois as novas entidades, submetidas à tutela do estado, deveriam estar “circunscritas a atividades administrativas e promoção de eventos recreativos”,<sup>44</sup> além de se absterem de

---

<sup>40</sup> FIGUEIREDO, Argelina C. apud DIAS, Reginaldo B. op. cit. p. 47.

<sup>41</sup> DIAS, Reginaldo B. op. cit. p. 47.

<sup>42</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política e Sociedade**. Nº13, UFSC. 2008. p. 279.

<sup>43</sup> DIAS, Reginaldo B. op. cit. p. 33.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 46.



qualquer atividade política. Essas e outras medidas visavam à clara despolitização dos estudantes e o encerramento de seu movimento.

Mesmo com a repressão política inicial, os movimentos sindical e estudantil voltariam a se reorganizar, a princípio de forma molecular, para posteriormente fazerem parte de um conjunto de oposições que, em 1968, adquiriram o caráter de massa.

Tal rearticulação pode ser explicada *em parte* pelo segundo ciclo de “liberalização” ocorrido em 1967-1968. Segundo Maria Helena Moreira Alves a própria Constituição de 1967, embora também incorporasse os instrumentos de controle dos Atos anteriores, dava “à oposição alguma margem de manobra”<sup>45</sup>, além disso, o Marechal Costa e Silva - empossado na presidência em 15 de março de 1967 - comprometia-se com aquilo que foi chamado de “política de alívio”, em tal política “realizaram-se reuniões com setores da oposição para identificar pontos de discordância” e “no setor do trabalho, o governo encetou uma ativa política de organização dos sindicatos e controle e cooptação de suas lideranças”.<sup>46</sup>

Em 1968, a maior mobilização popular contra o regime militar foi encabeçada pelos estudantes, tendo maior força nos meios universitários, o movimento estudantil saiu às ruas reivindicando reformas que democratizassem o ensino superior e também contestando a ditadura militar e o cerceamento das liberdades democráticas.

A radicalização do movimento inicia-se a partir de 28 de março no então estado da Guanabara. Durante a repressão a uma manifestação estudantil no restaurante Calabouço, a polícia militar mata com um tiro o estudante secundarista Edson Luís Souto, a partir daí, atos de protesto e manifestações se espalharam pelo país durante praticamente todo o primeiro semestre do ano.

Embora tais manifestações tivessem como vanguarda os estudantes, outros setores sociais descontentes também se uniram a elas. Como evento representativo vale ressaltar a Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho no Rio de Janeiro, evento que “resume a disposição de vários setores sociais para confrontar o processo de militarização do estado, a política econômica recessiva e a restrição das liberdades”.<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> ALVES, op. cit. p. 111.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>47</sup> CODATO, op. cit. p. 15.

Os operários também se mobilizaram contra o arrocho salarial e fizeram algumas greves importantes. Entre elas, podemos destacar a que se realizou em Contagem, Minas Gerais, mobilizando 1700 trabalhadores da siderúrgica Belgo-Mineira, e posteriormente milhares de trabalhadores de outras empresas. O governo federal, surpreendido pelo ressurgimento do movimento operário, acabou fazendo concessões trabalhistas.

No mês de julho, outra greve eclode em Osasco, mas desta vez o governo estava decidido a não fazer concessões, a repressão abateu-se duramente sobre os grevistas:

Antecipando-se à greve geral que se indicava para outubro de 1968, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos, a direção sindical de Osasco visualizava a possibilidade de estendê-la para outras regiões do país. Iniciada no dia 16 de julho, com a ocupação operária da Cobrasma, a greve atingiu as empresas Barreto Keller, Braseixos, Granada, Lonaflex e Brown Boveri. No dia seguinte o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no Sindicato e as forças militares passaram a controlar todas as saídas da cidade de Osasco, além do cerco e a invasão das fábricas paralisadas.

A partir de então, desestruturou-se toda e qualquer possibilidade de manutenção e ampliação da greve. No seu quarto dia os operários retornaram ao trabalho e encerravam a greve. Estava derrotada a mais importante greve até então deflagrada contra a ditadura militar.<sup>48</sup>

As relações entre executivo e legislativo também se tornam tensas, o Governo não conseguia controlar nem mesmo seu partido de sustentação, a ARENA. As oposições parlamentares utilizavam frequentemente comissões parlamentares de inquérito como instrumento de controle das atividades do governo e uma frente foi formada para impedir a aprovação de certos projetos do executivo de natureza econômica.<sup>49</sup>

Em meio a esse processo, cresce no seio do governo a pressão para um maior fechamento institucional e repressão às agitações. Em 15 de outubro, em meio ao refluxo do movimento estudantil, o XXX Congresso da UNE é desbaratado, sendo alvo das prisões boa parte das lideranças do movimento que se achavam reunidas no evento.

---

<sup>48</sup> ANTUNES, Ricardo.; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**. V. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3319/2719>> Acesso em 14 dez. 2010.

<sup>49</sup> CODATO, op. cit. p. 21.

Em 13 de dezembro, a Ditadura Militar dava um fim definitivo à agitação política do período e acabava com qualquer espaço de oposição legal, utiliza um incidente na Câmara Federal como pretexto para baixar novo Ato Institucional, no dia 12 de dezembro, a Câmara recusou, com anuência de integrantes da própria ARENA, o pedido de licença encaminhado pelo governo para processar o deputado Marcio Moreira Alves acusado de ofender “os bríos e a dignidade” das forças armadas. Decidindo desfechar a crise com uma alternativa autoritária, o governo edita o Ato Institucional n.º 5, episódio conhecido posteriormente como o “golpe dentro do golpe”.

O AI-5 englobava uma série de medidas, por meio dele, o presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (Art. 2º); suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (Art. 4º); suspender as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (Art. 6.º) e suspender a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (Art. 10).<sup>50</sup>

A partir daí uma nova fase se iniciará, marcada pela prisão, tortura e censura dos opositoristas. Concluindo com as palavras de Marcelo Ridenti; os “anos de chumbo” viriam suceder o “ano rebelde” de 1968.<sup>51</sup>

### 3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA FASE DA DITADURA MILITAR E O ADVENTO DOS ANOS DE CHUMBO.

Quando nos referimos às diferentes fases que dividiram o período de 21 anos de regime militar, não estamos afirmando que, no período entre 1964 e 1968, a Ditadura Militar já não fosse uma ditadura de fato. O que pretendemos demonstrar é uma diferenciação entre períodos que se faz necessária à compreensão de nossa problemática proposta. Como todos os períodos históricos subsequentes entre si, as

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>51</sup> RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio. (orgs.) **Rebeldes e contestadores**. 1968. Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

duas primeiras fases da Ditadura Militar também foram épocas inseridas em relações temporais de continuidade e ruptura.

Os acontecimentos posteriores ao AI-5, quando o regime assume sua forma ditatorial mais acabada, fizeram com que se desse pouca importância às formas de violência desencadeadas ainda no alvorecer do regime.<sup>52</sup> Já destacamos as medidas desmobilizadoras impostas pelo regime ao movimento estudantil e ao sindical, porém, à guisa de esclarecimento, podemos ainda observar certas tendências de fechamento institucional e disseminação da violência contra opositores ainda na fase de consolidação da ditadura.

A primeira onda de repressão política do novo regime é esclarecedora nesse sentido. Embora não se possa ter certeza, estimativas apontam que em consequência do golpe foram detidas entre 10.000 e 50.000 pessoas.<sup>53</sup> Em relação aos expurgos, em 60 dias o governo “revolucionário” suspendeu os direitos políticos e/ou cassou os mandatos eleitorais de 441 brasileiros.<sup>54</sup> Durante o ano de 1964, 1.408 pessoas foram expurgadas da burocracia civil e 1.200 militares foram afastados das Forças Armadas.<sup>55</sup>

Segundo o clássico estudo de Maria Helena Moreira Alves, todo este empenho em expurgar da política e da burocracia civil e militar, os elementos considerados “subversivos”, tinha a função de eliminar diretamente a oposição e abrir espaço para os elementos mais afinados com a “Revolução”, no entanto, a autora também destaca o “efeito demonstrativo” criado pelas punições, ou seja, a própria ameaça de expurgos bastaria para silenciar muitos protestos que poderiam advir de potenciais opositores do regime.<sup>56</sup>

Deve-se também ressaltar que os casos de presos políticos torturados não foram exclusividade dos “anos de chumbo”, segundo obra do jornalista Elio Gaspari, no ano de 1964, somaram-se 203 casos de denúncias de suplícios e pelo menos nove “suicídios” teriam ocorrido em decorrência da repressão política neste mesmo ano.<sup>57</sup> Tais denúncias de torturas começaram a ocorrer logo nos primeiros meses da nova situação, jornalistas como Carlos Heitor Cony e Marcio Moreira Alves estiveram

---

<sup>52</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 142.

<sup>53</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 58.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>55</sup> ALVES, Maria Helena M. *op. cit.* pp. 63-65.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>57</sup> GASPARI, Elio. *op. cit.* p. 302.

entre os primeiros a denunciar as violências ocorridas pelo país afora, e principalmente na região Nordeste.

Diante das acusações, o presidente Castello Branco decidiu enviar o então chefe da casa militar, Ernesto Geisel, em uma viagem pelo Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo para avaliar pessoalmente a procedência das denúncias, a impunidade que se seguiu a esta missão seria um dos primeiros casos de conivência da alta hierarquia militar com as violações dos direitos humanos ocorridas nos “porões”.

Além da presença da violência de estado disseminada por meio das prisões, expurgos e torturas, o período de 1964 a 1968 também conheceu uma sucessão de manobras jurídicas impostas pelos militares a fim de limitar de forma drástica qualquer espaço potencialmente utilizável para atuação oposicionista. Atos institucionais, decretos-lei e atos complementares foram constantemente outorgados com o intuito de estreitar a participação da sociedade civil nas decisões políticas e, por outro lado, garantir o máximo controle do processo político pela alta hierarquia das Forças Armadas.

As medidas ditatoriais adotadas na primeira fase do regime militar visavam, além de desmobilizar politicamente a sociedade, marginalizar as lideranças civis em relação aos processos decisórios, agigantar o poder Executivo Federal frente aos demais poderes e à autonomia dos estados e, por fim, exercer rígido controle sobre os processos eleitorais a nível federal, estadual ou municipal.

Do início ao fim da Ditadura Militar, a supremacia castrense fez-se sentir sobre os políticos civis que, por sua vez, foram relegados ao um papel coadjuvante na nova situação política. Como exemplos dessa relação desigual, podemos citar dois eventos marcantes do imediato pós-golpe: a escolha do substituto de Goulart e a edição do Ato Institucional. Como notou João Roberto Martins Filho, “no primeiro, os políticos foram atores coadjuvantes; no segundo, ficaram totalmente afastados das decisões, (...) desde cedo, o bloco golpista cindiu-se em dois mundos”.<sup>58</sup>

As lideranças civis aglutinadas no Congresso Nacional, salvo em alguns momentos, não conseguiram manter uma relação de poder equilibrada com os generais-presidentes da nova ordem. O Congresso teria seus poderes esvaziados pelos Atos Institucionais, pelas cassações de mandatos e até mesmo pela interrupção do funcionamento da instituição em 1966.

---

<sup>58</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**. op. cit. p. 47

Até a edição do Ato Institucional nº. 2 em 1965, o Poder Judiciário ainda conseguiu manter um alto grau de independência. Embora não tenha escapado do expurgo de 49 juízes em 1964, o Judiciário acabou sofrendo menos interferência nos primeiros anos da ditadura que o Legislativo.<sup>59</sup> Esta situação alterou-se de forma acentuada a partir do AI-2. Segundo Maria Helena Moreira Alves, as medidas destinadas a diminuir o poder do Judiciário contidas no Ato podem ser sistematizadas da seguinte forma:

a) aumentava para dezesseis o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, a serem indicados pelo Presidente da República; b) estipulava que os juízes federais também seriam nomeados pelo presidente; e c) determinava que os crimes políticos contra o Estado só poderiam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal se não estivessem sob jurisdição direta dos Tribunais Militares. O *Artigo 8º* previa que os civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam processados em Tribunais Militares. Além disso, seria eliminado o foro especial para governadores e secretários de Estado, que também passariam a ser julgados pelo Superior Tribunal Militar. O *Artigo 14* suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes. Esta medida, naturalmente, abriu caminho a mais expurgos no Judiciário. Finalmente, o *Artigo 19* determinava que não seriam passíveis de apreciação judicial os atos e resoluções baseados no Ato Institucional nº. 2.<sup>60</sup>

O Ato Institucional nº. 2, além de limitar os Poderes Legislativo e Judiciário, também visou atingir o processo eleitoral, principalmente depois da derrota dos candidatos governistas em dois importantes estados da federação nas eleições de outubro de 1965, o *artigo 9º*, por exemplo, estabelecia que o presidente e o vice-presidente fossem escolhidos indiretamente por um colégio eleitoral composto pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Com Ato Institucional nº. 3, de 5 de fevereiro de 1966, também se estenderiam as eleições indiretas para os governos estaduais e estipulava-se que os prefeitos de capitais fossem nomeados pelos governadores dos respectivos estados.

O AI-2 determinaria ainda o fim das velhas estruturas partidárias surgidas após 1945, pois declarou extintos todos os partidos políticos existentes e cancelou seus respectivos registros. Novos partidos seriam criados segundo rígidas condições fixadas no Estatuto dos Partidos de 15 de junho de 1965, sendo regulamentados por novos atos complementares.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> ALVES, op. cit. p. 61.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>61</sup> Ibid. p. 93.

Diante de tais regras e com a proibição da utilização das velhas siglas, criou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista que em sua fundação cooptou 250 dos 409 deputados da Câmara e 40 das 66 cadeiras do Senado,<sup>62</sup> a minoria restante de parlamentares formou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição legal que, por muito tempo, teve sua ação limitada por sua incapacidade de se organizar em todos os estados, pelo cancelamento em larga escala dos registros de seus candidatos e por ser alvo de expurgos no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais.<sup>63</sup>

Pretendemos demonstrar até aqui as características ditatoriais presentes no período 1964 - 1968, porém algumas observações devem ser realizadas com o intuito de diferenciar a primeira e a segunda fases da Ditadura Militar, diferenciação necessária para evitar o risco de cairmos em uma generalização demasiado ampla que oculte particularidades significativas presentes nos períodos em questão.

Em primeiro lugar, devemos novamente ressaltar o caráter cíclico da repressão política do período 1964-1968. Até o fatídico 13 de dezembro de 1968, os Atos Institucionais ainda eram limitados por prazos de vigência; estas autolimitações do próprio regime, aliadas os períodos de diminuição relativa da repressão política, criavam “intervalos” que, por um lado propiciavam brechas para a articulação oposicionista, e por outro, inquietavam a oficialidade mais radical sempre desejosa de mais punições, como demonstrou Carlos Fico a este respeito:

Os pudores de Castelo Branco seriam paulatinamente vencidos. Embora tenha conseguido manter a data-limite de 15 de junho (rejeitando a proposta de prolongamento que o general Estevão Taurino de Resende Neto fez), aceitou “levemente constrangido” a prorrogação do mandato presidencial até 15 de março de 1967, estabelecida pela Emenda Constitucional nº. 9, de julho de 1964. Com isso se criou um interregno do “poder revolucionário”, pois o Ato Institucional vigoraria apenas até 31 de janeiro de 1966. Eram justamente esses “vazios” que incomodavam o grupo da linha-dura: a partir de 15 de junho não seria mais possível completar a “operação limpeza” de maneira sumária e, depois de 31 de janeiro de 1966, a “Revolução” não teria mais instrumentos que permitissem cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos etc.<sup>64</sup>

Pode-se afirmar que a Constituição de 1967 tornou permanentes muitas das medidas excepcionais decretadas nos atos institucionais, porém, também vale

---

<sup>62</sup> SKIDMORE. op. cit. p. 105.

<sup>63</sup> ALVES, op. cit. pp. 100-101.

<sup>64</sup> FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre o golpe de 1964 e Ditadura Militar. op. cit. 73.

lembrar que esta mesma carta incluiu direitos individuais e civis importantes como “o *Hábeas Corpus*, contra a invasão de domicílio, o direito de defesa e julgamento por júri e os de reunião, associação e expressão”.<sup>65</sup> Outra medida importante foi a incorporação do direito dos legisladores à imunidade parlamentar, descartando a cassação automática de mandatos eleitorais dos parlamentares opositores. A Constituição de 1967 estipulava que qualquer membro do Congresso Nacional ou das assembleias legislativas estaduais só poderia perder seu mandato, ou mesmo ser processado por crime contra a Segurança Nacional, com permissão do corpo ao qual pertencesse.<sup>66</sup>

Estes elementos “democráticos” da Constituição se mostrariam importantes no avanço das oposições, pois segundo Maria Helena Moreira Alves, tais elementos se tornariam fundamentais para o desencadeamento da crise institucional dos anos seguintes, cujo ápice se deu em 1968:

A crise institucional sobreveio porque os elementos democráticos da Constituição davam à oposição alguma margem de manobra, graças a qual podia invocar os altos objetivos democráticos e exigir maior participação popular nas decisões do governo – negadas por restrições contidas em outros trechos da Constituição. O clima de liberalização que se seguiu à promulgação da Constituição, em março de 1967, também permitiria que os sindicatos se reorganizassem e protestassem contra o declínio dos salários e das condições de vida provocado pelas medidas econômicas do governo.<sup>67</sup>

Em relação à violência da repressão política, podemos comparar qualitativamente e quantitativamente a primeira e a segunda fase da Ditadura Militar. Em relação ao número de indiciados em processos contra a segurança nacional, os dados expostos no livro *Brasil: Nunca Mais* demonstram que entre 1964 e 1966 somaram-se 2.127 nomes de cidadãos processados, já no período entre 1969 e 1974, após a avalanche repressiva que seguiu a decretação do AI-5, registraram-se os nomes de 4.460 denunciados. Foi neste último período que também ocorreu a maior parte das denúncias de tortura sofridas por presos políticos, os dados do livro citado apontam que 1.558 das 1.918 denúncias presentes nos processos do BNM referem-se ao período 1969/1974, ou seja, nada menos do que 81% do total.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> ALVES, op. cit. p. 109.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>67</sup> Ibid., p. 111.

<sup>68</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 85-88.



Ao mesmo tempo em que notamos o aumento quantitativo da violência do Estado, também se faz possível observar que a segunda fase da Ditadura Militar também representou uma alteração drástica, na natureza e nas formas dos órgãos destinados a combater e vigiar os brasileiros considerados “subversivos”. A partir de 1970 inicia-se o funcionamento das duas maiores estruturas repressivas do período militar: as “comunidades de segurança e informação”.

O Ato Institucional nº.5 além de iniciar - desta vez por tempo indeterminado - uma nova onda de expurgos, prisões e censura, também atribuiu condições e poderes necessários ao governo militar para a implantação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), e do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN), sendo o primeiro uma complexa rede de espionagem e inculpação, e o segundo, um conjunto de órgãos de repressão que se encarregariam da eliminação física das organizações clandestinas através de investigações, prisões, interrogatórios e extralegalmente, execuções e “desaparecimentos” de presos políticos.

O SISNI não era um sistema destinado a operações de segurança e sim de informação e contra-informação, ou seja, não era de sua competência efetuar prisões e interrogatórios, por exemplo. Em seu pleno funcionamento era composto por uma série de órgãos e subsistemas interligados cujo centro era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Competia a este órgão, superintender e coordenar as atividades de informação em todo território nacional, e posteriormente, o serviço também buscou recolher informações no exterior, sobretudo na América Latina. Seu chefe tinha status de ministro e assessorava diretamente o presidente da república.<sup>69</sup>

O SNI foi criado ainda em 1964, portanto antes da estruturação e da institucionalização dos sistemas de informação e segurança. Faz-se necessário, no entanto, evidenciar as diferentes fases que marcaram a existência do serviço.

Nos seus primeiros anos de funcionamento o SNI foi chefiado pelo General Golbery do Couto e Silva, militar “moderado” e distante do perfil da linha dura, sob sua chefia o serviço teria inicialmente como principal função, a de “subsidiar a Presidência da República com dados indispensáveis à tomada de decisões”.<sup>70</sup> Com a ascensão ao poder de militares mais radicais o SNI teria suas funções alteradas e paulatinamente passaria às mãos da linha-dura.

---

<sup>69</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam**. op. cit. p. 81.

<sup>70</sup> Idem. **Além do Golpe**. op. cit. p. 77.

Com o início do mandato de Costa e Silva em 1967, o SNI passou a ser dirigido pelo futuro presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, general muito diferente de Golbery. A postura de Médici era tão próxima a dos radicais que alguns dias após a “Passeata dos Cem Mil”, sugeriu um instrumento assemelhado ao AI-5, que somente viria ao final do ano. Durante sua chefia, o SNI passaria de simples órgão de assessoria para uma instância de função consultiva capaz de vetar nomes para cargos públicos.<sup>71</sup>

O “endurecimento” do SNI prosseguiria com a presidência de Médici (1969-1974), quando o general Carlos Alberto Fontoura assume a chefia do órgão até 1974. Sob a chefia de Fontoura as antigas e inexpressivas “seções de segurança nacional”, inseridas nos ministérios civis, transformaram-se nas operantes “divisões de segurança e informações” (DSI). Sob superintendência do SNI, estes poderosos órgãos de informação presentes nos ministérios civis, formavam, juntamente com outros sistemas setoriais, uma abrangente rede de espionagem. Esta “comunidade de informações” também assume a partir de então, a função de assessorar a polícia política e disseminar por toda estrutura governamental um discurso de legitimação das ações desta mesma polícia.<sup>72</sup>

Até o final da década de 1960 as operações de “segurança” – a prisão e interrogatório de elementos opositoristas, bem como o desmantelamento de suas organizações – estiveram em sua maior parte, a cargo de alguns órgãos de polícia política, como as delegacias ou departamentos estaduais de ordem política e social (DEOPS ou DOPS). Havia ainda o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), um órgão “misto” que efetuava tanto operações de informação quanto de segurança, em maio de 1967 o Exército também ganha um similar, o Centro de Informações do Exército (CIE).

As ações destes órgãos de repressão não foram suficientes para atender a ânsia punitiva dos militares mais radicais, a maior visibilidade das ações armadas de esquerda em 1969 jogou mais combustível na “utopia autoritária” dos setores duros das forças armadas, e como apontou Elio Gaspari, “havia nesse cenário um condimento catastrofista, resultante da instrumentalização da ameaça, pois quanto maior ela fosse, mais estariam justificados o AI-5 e todas as suas seqüelas”.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>72</sup> Cf. FICO, Carlos. **Como eles agiam**. op. cit.

<sup>73</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 59.

Uma das principais justificativas apontadas pelos militares radicais para uma modificação nas formas do aparato repressivo, pode ser expressa na seguinte fala de 1969, do então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, Jayme Portella:

Os organismos policiais nas áreas estaduais mostram-se despreparados e insuficientes. A falta de coordenação e de uma ação maciça de repressão à onda de violência parece constituir o principal fator de êxito do plano subversivo.<sup>74</sup>

Em julho de 1969 surgiria uma novidade em termos de polícia política, inaugurava-se em São Paulo a *Operação Bandeirante* (OBAN). Tratava-se de uma unidade de centralização e integração das atividades repressivas que operavam na área de São Paulo e Mato Grosso. Segundo Carlos Fico, o funcionamento da OBAN supunha um trabalho coordenado de diversas instâncias:

Todas as quartas-feiras, era feita uma reunião no quartel-general do II Exército, na qual eram discutidas e avaliadas as ações da guerrilha da semana. Participavam dessas reuniões o chefe da 2ª Seção do II Exército, o comandante da OBAN, major Waldyr Coelho, um representante da 2ª Seção do II Exército, o oficial chefe da 2ª Seção do Distrito Naval, o chefe da 2ª Seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um representante da Polícia Federal, um representante da Divisão de Ordem Social e outro da Ordem Política, ambos do DOPS.<sup>75</sup>

A estrutura e funcionamento da OBAN inspiraram a criação do chamado sistema CODI-DOI, que se espalhou pelo país a partir de meados de 1970. Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) eram órgãos de planejamento e controle das medidas de defesa interna e tinham a responsabilidade pela articulação dos órgãos de repressão presentes numa determinada Zona de Defesa Interna (ZDI). Inspirados nas reuniões semanais da OBAN, os CODI eram compostos por representantes do distrito naval, da força aérea, do SNI e do DOPS, e eram dirigidos pelo chefe do estado-maior do Exército da área.<sup>76</sup>

Os Destacamentos de Operações de Informação (DOI) eram por sua vez os órgãos executantes das operações de segurança, seus membros faziam, entre outras coisas, a cobertura de “pontos”, a neutralização de “aparelhos”, a coleta de dados para o levantamento de “subversivos” e o interrogatório dos presos políticos.

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 59

<sup>75</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam**. op. cit. 117.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 122.

Os DOI eram geralmente comandados por um tenente-coronel do exército, porém, podiam ser compostos por elementos de diversas forças. O trabalho destes destacamentos foi em grande parte responsável pela aniquilação da esquerda armada no início dos anos 1970, através do uso sistemático da tortura, se tornaram os grandes símbolos da violência do período militar.

Procuramos até agora realizar uma comparação entre as duas primeiras fases da Ditadura Militar. Pudemos observar que o período entre 1964 e 1968, embora já apresentasse elementos ditatoriais consideráveis, se diferenciou dos “Anos de Chumbo” em vários pontos, tais como o caráter cíclico da repressão política, que possibilitou a rearticulação oposicionista, a permanência de certas garantias individuais como o *habeas corpus* e a inexistência de sistemas bem estruturados de repressão e espionagem como o SISNI e os CODI-DOI.

Para confirmar e exemplificar estas diferenças, finalizaremos este tópico com o depoimento de Flávio Tavares em seminário de 1998, que narra os três momentos em que este ex-militante da esquerda armada foi preso pela ditadura:

A ditadura brasileira já tinha perdido a vergonha e se assumia como tal. Minha própria experiência pessoal o demonstrava. Primeiro, em 1964, uma prisão de três dias com pedido de desculpas pela “Voz do Brasil”. Logo, em 1967, uma prisão de oito meses, sem tortura mas com *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal. Mas em 1969 não havia *habeas corpus* nem ninguém que interferisse. Em 1967, até alguns políticos governistas, que eram meus amigos, interferiram em Brasília tentando me ajudar. Mas em 1969 não houve ninguém. O país estava amedrontado. A ditadura tinha chegado ao ápice, à sua última forma exponencial.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio. (orgs) **Rebeldes e contestadores**. 1968. Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. pp. 101-102.

## 4. A CONJUNTURA 1961-1964: REVOLUÇÃO PACÍFICA E PROPOSTAS DE LUTA ARMADA

O Partido Comunista do Brasil fundado em 1922 teve uma trajetória errática e marcada por profundas rupturas ao longo de sua história, em meio as constantes modificações teóricas e praticas deste partido, analisaremos aqui as resoluções e intervenções políticas do PCB no período 1958/1964. Pretende-se compreender as discussões e cisões resultantes da “Nova Política” do PCB e o seu esvaziamento das propostas de luta armada, que por um lado levou o partido a certo antagonismo com as Ligas Camponesas, e por outro a formação do PC do B, organizações que já se encaminharam em direção ao confronto armada antes mesmo de 1964.

### 4.1 O PCB E A “NOVA POLÍTICA”

Nos primeiros anos da década de 1960, o PCB orientou suas intervenções no que foi denominada “nova política”, este conjunto teórico-prático fruto de fatores externos (impacto do XX Congresso do PCUS de 1956) e internos (estabilidade democrática e nova dinâmica de desenvolvimento no governo JK, etc.), encontra-se sintetizado basicamente em dois documentos, *A Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro* de março de 1958, e as resoluções seu V congresso realizado em setembro de 1960.

Estes documentos representam sem dúvida, uma renovação importante nas concepções teóricas e práticas do PCB, mas também revelam a permanência de elementos pretéritos fundamentais em sua elaboração, o que indica a inexistência de uma ruptura radical com resoluções anteriores. José Antônio Segatto sintetiza superiormente alguns pontos da nova política, a citação é longa, porém esclarecedora:

O projeto político definido na “nova política” estava todo montado em função do desencadeamento da “revolução brasileira”. De extração terceiro-internacionalista, informada pelo “marxismo-leninismo” e calcada na concepção de etapas e da hierarquia das contradições (principal, fundamental, secundária), a teoria da revolução pecebista continha também as noções (militares) de tática e estratégia.

Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialistas antifeudal, nacional e democrática, a tática se encarregaria da organização das lutas e da intervenção política momentânea (“soluções positivas”). A tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos “marcos do regime vigente”. Paralelamente, a superação da contradição principal (entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas), permitiria a realização de uma revolução “democrático-burguesa de novo tipo”. Tal revolução, por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena burguesia, burguesia nacional), na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda (o partido), deveria deter a hegemonia. Efetuada esta etapa, possível pela “via pacífica” – “aproximação as metas revolucionárias” -, o caminho do socialismo estaria aberto. Impunha-se avaliar se era conveniente ou não, ativar ou moderar o processo em direção á ruptura final, à tomada do poder estatal, através de uma intervenção súbita.<sup>78</sup>

Destacamos aqui, primeiramente, a priorização da via pacífica para transformação do regime, segundo a *Declaração* de 1958 :

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.<sup>79</sup>

Reconhecia-se ainda a importância da participação eleitoral na democracia liberal, no mesmo documento:

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade e influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas.<sup>80</sup>

Com a sua concepção evolucionista da transformação social o PCB ainda considerava reformas e revolução como elementos complementares, para o partido,

<sup>78</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil republicano v. 3). p. 231.

<sup>79</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração Sobre a Política do PCB (1958). Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=163](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=163)> Acesso em: 15 jan. 2011.

<sup>80</sup> Ibidem.

naquela conjuntura, a luta pelas reformas era um meio de acumular forças e avançar no processo revolucionário.<sup>81</sup>

Lutar por reformas e participar de uma ampla frente política para realização de uma revolução nacional e democrática - e que deveria ser feita preferencialmente através do caminho pacífico – foram elementos marcantes da “nova política” do PCB, contudo o tema da violência revolucionária ainda se fazia presente mesmo que de forma secundária, “se a classe dominante utilizasse a violência, as forças revolucionárias teriam que estar preparadas para o enfrentamento;” e “se surgissem circunstâncias propícias ou uma correlação de forças favorável, o PCB não poderia perder a oportunidade de tomar o poder ou o Estado por meios não pacíficos”.<sup>82</sup>

A posse de João Goulart na presidência foi tomada pelo PCB como uma vitória das forças nacionalistas e progressistas, pois as propostas reformistas do presidente eram bastante próximas do programa pecebista.<sup>83</sup> Esta proximidade não deve ocultar a ambiguidade da intervenção política do PCB durante o governo de Goulart, “ora criticando as vacilações do presidente, ora aplaudindo os seus avanços” os pecebistas atuavam em duas frentes, “ao mesmo tempo em que negociavam com a cúpula governista, incentivam as massas a pressionar o governo, para exigir mudanças na sociedade”.<sup>84</sup>

Ao pressionar o presidente através das massas o PCB visava liquidar com a chamada “política de conciliação” de Goulart, mas um outro obstáculo emperraria a trajetória reformista: o arcabouço institucional. Para que as reformas se realizassem – sobretudo a agrária – seriam necessárias modificações na Constituição com a aprovação de 2/3 do Congresso. Isso as tornava pouco prováveis já que os interesses da maioria dos parlamentares eram anti-reformas.<sup>85</sup>

Levando em conta esse impasse, entre o final de 1963 e início de 1964 começa a ganhar força no PCB “a hipótese de uma solução extra legal”,<sup>86</sup> se “Congresso reacionário” impedia as reformas então o executivo teria que fazê-las por vias não institucionais. Segundo o próprio Luis Carlos Prestes, o grande trunfo seria o dispositivo militar, “capaz não só de barrar um golpe ou uma reação da

---

<sup>81</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Comunistas e o Golpe. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) **21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994. p. 74.

<sup>82</sup> SEGATTO, op. cit. p. 236.

<sup>83</sup> PANDOLFI, op. cit. p. 74.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>85</sup> SEGATTO, op. cit. p. 235.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 236.

direita, mas através de uma ação enérgica e com apoio das massas, desencadear o processo de reformas”.<sup>87</sup>

Para o PCB a conjuntura imediatamente anterior ao golpe revelava-se pré-revolucionária, “era preciso não perder o bonde da história”.<sup>88</sup> Embora o caminho pacífico continuasse como preferencial, a opção pela luta armada ganhava uma dimensão maior, segundo a publicação comunista *Novos Rumos*:

Ao ter em vista a possibilidade de realização da revolução pelo caminho pacífico, a frente nacionalista e democrática acumula forças, que precisam estar política e ideologicamente preparadas a fim de mudar a tática e empregar a luta armada, se as circunstâncias impuserem a necessidade do caminho não pacífico para a conquista do poder revolucionário.<sup>89</sup>

## 4.2 CISÕES: PC DO B

Antes da formulação oficial da “nova política”, o PCB seria impactado por um evento externo que lhe traria importantes conseqüências: o já citado *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* de 1956. Nesta ocasião, o secretário geral do PCUS, Nikita Khrutchev, faria severas denúncias aos crimes praticados por Josef Stalin além de propor mudanças profundas nos rumos da política internacional soviética. O PCB viu-se pressionado a enfrentar o problema a partir de “um artigo publicado em seu jornal *Imprensa Popular*, sem a autorização do Comitê Central, que tinha o sugestivo título de ‘Não se pode adiar uma discussão que já está em todas as cabeças’, de autoria do jornalista João Batista Lima e Silva”.<sup>90</sup>

Das discussões travadas no interior do partido, saíam grupos cindidos por posições diferenciadas, o grupo de dirigentes liderados por Agildo Barata e que propunha uma renovação drástica diante da situação, é expulso do partido. Já o grupo composto principalmente por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade, manteve-se na defesa da ortodoxia partidária contra os que defendiam um aprofundamento tanto nas críticas a Stalin,

<sup>87</sup> Apud MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994. p. 119.

<sup>88</sup> PANDOLFI, op. cit. p. 81.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>90</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de doutorado (História). Campinas, IFCH-UNICAMP, 2005. p. 56.



quanto nas mudanças que o partido deveria sofrer para resolver seus problemas políticos e organizacionais.<sup>91</sup>

Tal grupo conservador, fazendo a partir de então duras críticas aos rumos que o PCB estava tomando, é posto em isolamento, seus principais integrantes acabaram perdendo espaço político na estrutura partidária e os cargos mais importantes que ocupavam. O cisma propriamente dito viria a ocorrer em 1961 quando o Comitê Central eleito durante o V Congresso modifica os estatutos partidários para facilitar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB), o grupo dissidente lança seu manifesto contrário na chamada *Carta dos Cem*, o que levaria a sua expulsão pelo grupo dirigente do partido sob a acusação de fracionismo.<sup>92</sup>

Em fevereiro de 1962, o grupo que fora expulso decide “reorganizar” o partido, convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um novo Comitê Central, aprova novos estatutos e publicam o *Manifesto Programa*, porém na prática fundam um novo partido. “A partir desse momento, o Brasil passou a conviver com dois partidos comunistas, o PCB e o PC do B”.<sup>93</sup>

Do *Manifesto Programa* podem ser extraídos alguns elementos chave para a compreensão das definições político-ideológicas do PC do B. Lançado durante o governo parlamentarista de João Goulart, o documento daria feições ideológicas e pautaria as intervenções políticas do novo partido em seus primeiros anos de atuação.<sup>94</sup>

Mantiveram-se nos marcos da Revolução Democrático-burguesa e sobre o regime político do país naquele momento (1962), o PC do B o considerava, por maiores que fossem “os disfarces utilizados para iludir as massas”, um regime reacionário e que se contrapunha “às aspirações populares e à completa independência nacional”, para eles o Estado brasileiro e suas instituições

---

<sup>91</sup> Idem. O PC do B nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL/Tempo de ditadura: do golpe aos anos 70**. Campinas, Unicamp, vol 8, no 14/15, p. 13-49, 2001. p. 19.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>93</sup> Ibid., p. 19.

<sup>94</sup> Ibid., p. 20.

constituíam “uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos”.<sup>95</sup>

Em vista de tal situação o partido considerava ser “impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime”<sup>96</sup> e propunha a “instauração de um novo regime, antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista” que representaria “as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas”.<sup>97</sup>

Desacreditavam as reformas de base da maneira que eram propostas naquele momento, pois não poderiam ser realizadas nos marcos do regime vigente, “seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma forma ou outra, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação dessa natureza, que iria contrariar seus próprios interesses”<sup>98</sup>. Também não viam alternativas na da troca dos governantes, ministros ou gabinetes, pois estes deveriam executar a política das classes dominantes e a não execução acarretaria a deposição dos cargos.

A proposta do caminho da revolução, que é o ponto que mais nos interessa, seria o da violência revolucionária. A luta armada aqui não aparece com clareza, definindo-se mais pela negação do caminho pacífico, do que da formulação uma proposta tática concreta, para eles as classes dominantes tornavam o caminho pacífico inviável:

Os atuais beneficiários da ordem imperante no país voluntariamente não cederão suas posições. Para se manter no poder, usam a demagogia, a corrupção e a violência. Admitem, em certa medida, a luta por reivindicações parciais, mas, quando tais lutas podem atingir, no mínimo que seja, o regime, tratam de esmagá-las impiedosamente.<sup>99</sup>

A opção pelas armas, além de hesitante, também não é colocada como único caminho, embora considerassem o que chamavam de “luta decidida e enérgica” e “ações revolucionárias de envergadura” como elementos principais:

---

<sup>95</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto Programa. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2006. p. 39.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>97</sup> Ibid., p. 43.

<sup>98</sup> Ibid., p. 41.

<sup>99</sup> Ibid., p. 45

...as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta – a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo.<sup>100</sup>

Embora tenha se orientado por propostas radicais em comparação ao PCB, ou mesmo por causa delas, o PC do B teve uma atuação política no período que antecedeu o golpe militar bastante limitada, para Jean Rodrigues Sales a presença mais significativa do partido no debate político “se deu através de seu jornal e não através da inserção nos movimentos sociais da época”.<sup>101</sup>

Se para o autor citado a crítica ao projeto nacionalista e a defesa teórica de um governo popular e revolucionário nas páginas de seu jornal *A Classe Operária*, parecem ter representado o que houve de mais significativo na atuação do PC do B entre 1962 e 1964, o mesmo ressalta que apesar do isolamento, o partido não ficou completamente paralisado naquele momento, e é possível mesmo que tenha tido algum êxito pelas bandeiras radicais que agitava. Embora não tenha elaborado uma definição clara do caminho armado “o partido parece ter feito algumas discussões na tentativa e se preparar efetivamente nesse campo, ainda que de forma bastante embrionária e política e militarmente impotentes para qualquer confronto naquele momento”.<sup>102</sup>

#### 4.3 CONTRAPONTO: AS LIGAS CAMPONESAS

Se para o PC do B a luta armada ainda estava distante na prática, o mesmo não pode se pode dizer das Ligas Camponesas, movimento político de base rural que, na conjuntura 1961/1964 criou o primeiro e único esboço de guerrilha no período,

---

<sup>100</sup> Ibid., p. 46.

<sup>101</sup> SALES, Jean Rodrigues. O PC do B nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política. op. cit. p. 32.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 27.

por isso se faz necessária a análise de seu posicionamento e de suas formulações ideológicas.

As Ligas Camponesas, que desempenhariam um papel importante no cenário político brasileiro entre 1955-1964, surgiram no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. Nesta localidade têm início a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), liderada por ex-militantes comunistas, tinha como objetivo inicial a resistência ao processo de expulsão dos posseiros do já citado engenho. A sociedade ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia, numa clara alusão às antigas Ligas dirigidas pelo PCB na área rural nos 1940.<sup>103</sup>

Assessorados juridicamente e apoiados politicamente pelo então deputado Francisco Julião, os posseiros da região vieram a conquistar seu objetivo em 1959 com a desapropriação do engenho e a repartição da terra entre os foreiros. A partir disso, as Ligas se expandiram por Pernambuco e outros estados do país, passando a ser um ator importante nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira no início dos anos sessenta.

A primeira fase de atuação das Ligas Camponesas (1955-1959) esteve marcada pela luta jurídica contra a expropriação de foreiros e arrendatários que ocorria na área agroindustrial de Pernambuco e pela mobilização de segmentos urbanos em prol da luta dos camponeses.<sup>104</sup> No tocante ao programa de reforma agrária as Ligas reivindicavam inicialmente um tipo de transformação no campo que fosse amparado pelo Código Civil, “chegando no máximo a propor a mudança da constituição, como o artigo a respeito das indenizações aos proprietários, para tornar a reforma agrária econômica e politicamente viável”.<sup>105</sup>

Nos documentos produzidos pela organização até o final de 1961, não aparece qualquer referência a propostas de cunho revolucionário,<sup>106</sup> exemplo do panfleto *Carta de Alforria do camponês*, escrito por Francisco Julião, tinha o objetivo de explicar a maneira que os camponeses poderiam se libertar da opressão do latifúndio:

---

<sup>103</sup> AZEVEDO, Fernando. Revisitando as Ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João R. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2006. p. 31.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>105</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 130.

<sup>106</sup> Ibidem.

Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida seu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos por onde poderás viajar com os teus irmãos. Eles começam em lugares diferentes, mas vão todos para o mesmo lugar. Que caminhos são esses? Esses caminhos são: 1) A democracia para o camponês. 2) O sindicato para o camponês. 3) A cooperativa para o camponês. 4) Uma lei justa e humana para o camponês. 5) E o voto para o analfabeto.<sup>107</sup>

No início da década de 1960 as Ligas Camponesas sofrem uma virada ideológica, lançar-se-iam como contraponto ao PCB, abraçariam uma proposta revolucionária inspirada no modelo cubano e levantariam a bandeira de uma reforma radical (“na lei ou na marra”).

Em 1961 durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, as Ligas conseguiriam aprovar a tese de uma reforma agrária radical, derrotando o PCB, que por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), defendiam uma reforma agrária moderada e pactuada, além de priorizarem a organização de sindicatos rurais e lutas salariais.<sup>108</sup>

O episódio do Congresso ressalta a autonomia das Ligas Camponesas e como estas se apresentaram como contraponto ao governo e às outras esquerdas no movimento social rural já que:

O governo Goulart incentivava e legalizava a sindicalização rural como forma de neutralizar a ação política das ligas e reduzir sua influência no campo. Essa sindicalização em massa foi realizada, em sua maior parte, sob a liderança dos comunistas, que apoiavam o governo Goulart, e, em menor escala, por setores da Igreja Católica, tanto de direita (agrupados no Serviço de Orientação Rural- SORPE) quanto de esquerda, (vinculadas à Ação Popular) que atuavam na área rural, especialmente no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, (Cadernos do Povo Brasileiro, 1), 1962. pp. 71-72. Disponível em: <[http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive\\_r\Trbs\Shad\\_BibliotLT\BibliotLT.DocPro&PagFis=1629](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\Shad_BibliotLT\BibliotLT.DocPro&PagFis=1629)> Acesso em 20 jan. 2011.

<sup>108</sup> AZEVEDO, Fernando. op. cit. p.33.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 34.

A mudança do projeto político das Ligas Camponesas, que aparece explicitamente no Congresso de Belo Horizonte, esteve ligada a acontecimentos que remontam aos anos de 1960 e 1961 e principalmente a influência da revolução cubana que desempenhou um papel fundamental na mudança do rumo e da natureza das Ligas Camponesas.

A trajetória de Francisco Julião e de outra importante liderança, Clodomir de Moraes, que de formas diferentes se deixaram levar pelo impacto causado pelas idéias defendidas pelos revolucionários cubanos, são os maiores exemplos da influência da revolução cubana nas Ligas Camponesas.<sup>110</sup> Como relata o próprio Julião:

Eu mesmo fui a Cuba várias vezes e senti a força, o peso, a importância que tinha o movimento de Fidel Castro. Isso, de certo modo, me influenciou. Creio que, naquela fase, isso não foi bom para o movimento camponês, porque levou a um radicalismo, que poderia haver sido evitado para ampliar mais as bases do movimento. Poderíamos ter seguido uma linha mais tradicional, utilizando aqueles instrumentos etc.<sup>111</sup>

Como vimos, Julião como principal representante do movimento na segunda metade dos anos cinqüenta, defendia um projeto de reformas que se adequava às leis vigentes no país. Porém, entre 1960 e 1961 percebe-se a mudança de suas propostas, “nas quais a experiência cubana, principalmente no que diz respeito ao papel dos camponeses e da questão agrária no processo revolucionário, aparecem como elementos fundamentais de seu novo posicionamento político”.<sup>112</sup>

Em março de 1960 Clodomir de Moraes e Francisco Julião, a partir do convite do então candidato à presidência Jânio Quadros, partem em viagem oficial a Cuba, Antes de aceitar o convite, Clodomir, que era do Comitê Municipal do PCB em Recife, teve que consultar o partido, afinal a viagem acompanhava o adversário do candidato apoiado pelo PCB, General Lott.

Após voltarem da viagem a Cuba, e impressionados pela reforma agrária cubana, os dirigentes das Ligas organizariam Comitês de solidariedade a Cuba em Pernambuco, fato este que criou uma relação estreita entre as Ligas e os cubanos,

<sup>110</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 134.

<sup>111</sup> JULIÃO, Francisco. **Depoimento**. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. FGV, 1982. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista101.pdf>> Acesso em 20 fev. 2011. p. 112.

<sup>112</sup> SALES, loc. cit.

“abrindo caminho para futuras articulações políticas em conjunto, como o treinamento guerrilheiro de alguns de seus membros na ilha de Fidel Castro” .<sup>113</sup>

Clodomir de Moraes começa a partir de então se indispor com a proposta de reforma agrária do seu partido o PCB, conclui que a reforma cubana, feita sem a receita dos partidos comunistas, foi a que mais se a aproximou da uma verdadeira distribuição social da terra, em texto publicado em *Novos Rumos* de 14/07/1960 Clodomir ressalta que:

Em Cuba a tese defendida pelo Movimento 26 de Julho e pelos comunistas foi outra. O economista revolucionário Pino Santos a desenvolveu considerando o feudalismo no campo, o latifúndio, como uma mera deformação econômica imposta pelo próprio imperialismo. Não subordinou a luta camponesa à luta antiimperialista; a revolução democrática subordinada à revolução nacional. O combate ao imperialismo foi sobretudo uma bandeira de luta dos camponeses que viam na Reforma Agrária a liquidação dos sustentáculos ianques em Cuba. A reação popular partia sobretudo do campo. A bandeira da Reforma Agrária que, antes de mais nada, é uma consigna da Revolução Burguesa, reuniu a maioria da população cubana, os camponeses. E quando as classes dominantes pensaram em frear a ascensão revolucionária com uma junta governativa, os exércitos de rebeldes de milhares de camponeses entraram na capital. E não teve mais quem, com manobras, fizesse parar o vendaval. Resultado: Reforma Agrária radical; política de desenvolvimento industrial com preparação de bases para a passagem ao socialismo e guerra sem quartel à política imperialista.<sup>114</sup>

Em 1962, Clodomir Santos de Moraes foi expulso do PCB, dentre os motivos: durante o Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, esteve junto com Julião na apresentação da Tese de uma “Reforma agrária na lei, ou na marra”, que derrotou as propostas apresentadas pelo PCB e sua implicação na implantação de campos de treinamento guerrilheiro na região centro-oeste, o que era contrário às propostas partidárias para o período.

Sobre os campos guerrilheiros, relataria Clodomir de Moraes:

Os três primeiros dispositivos guerrilheiros seriam focos de guerrilha rural: Serra da Saudade, Mato Grosso, nascente do rio Juribo e Tiquira e na Mata Petrovina, organizado por Aduino Freire da Cruz; a profissão de fogueteiro ajudou muito a Freire no dispositivo de sabotagem e bombas plásticas das Ligas no Rio de Janeiro; era o principal responsável pelo transporte das

<sup>113</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 133.

<sup>114</sup> Apud SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. pp. 137-138.

armas para os focos guerrilheiros; o segundo foco, na Serra dos Aimorés, entre Bahia e Minas Gerais, em Água Preta, seria organizado por Mariano da Silva; o terceiro foco guerrilheiro seria instalado por Amaro Luís de Carvalho, no Piauí, nascente do rio Gurguéia, em Gilbués. Os responsáveis se instalariam comprando pequenos sítios, conheceriam o terreno provável de operações e fariam um trabalho de recrutamento entre os camponeses. As Ligas também tentaram se instalar no Boqueirão de Rio da Conceição (Dianópolis-GO), São João dos Patos (Maranhão), Rio Preto (Petrópolis, Rio de Janeiro), Toledo (Paraná). Cada dispositivo tinha duas etapas de implantação: a inicial e a definitiva.<sup>115</sup>

Como se vê todo esse “dispositivo militar” não se restringia ao campo de treinamento organizado - e posteriormente desmantelado por forças federais - em Goiás. “A idéia era ter, espalhados pelo país, diversos esquemas militares que deveriam se juntar no momento da eclosão da guerrilha, como mapeamento de áreas, campos de pouso, estoque de armas etc.”<sup>116</sup>

Ao mesmo tempo em que se radicalizavam as Ligas Camponesas perdiam cada vez mais influência no conjunto do movimento social do campo, a partir de 1963 se encaminhavam cada vez para um partido revolucionário e de massas. Na composição política diversificada das ligas, todos os grupos compartilharam de uma visão negativa da democracia representativa e advogavam por uma revolução socialista fundamentada na clássica aliança operário-camponesa, e alguns grupos, como vimos, acreditavam que o caminho da luta armada seria inevitável para mudar o sistema econômico e político.<sup>117</sup>

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES

Embora o PCB tenha mantido em seus programas a possibilidade de luta armada, a trajetória do partido a partir de 1961 e a derrota sem reação em 1964, demonstram que a proposta de um caminho violento não passava de retórica. Mas isso não confirma a hipótese de que a luta armada no Brasil surgiu exclusivamente

---

<sup>115</sup> Apud MIR. op. cit. p. 64.

<sup>116</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 142.

<sup>117</sup> AZEVEDO, Fernando. op.cit. p. 35.



como resposta ao golpe de 1964, ou ao fechamento da ditadura com o Ato Institucional número 5.

O caso da aproximação de setores das Ligas Camponesas de idéias oriundas da revolução cubana, e, principalmente, a criação dos campos de treinamento guerrilheiro no governo de João Goulart, demonstram que a opção, ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964.

Não se trata de negar a influência da conjuntura no favorecimento de processos revolucionários pacíficos e na valorização dos processos de atuação institucionais, pois o próprio exemplo do PC do B demonstra que o isolamento social desse grupo se deveu em grande parte ao radicalismo e a desconsideração dos projetos políticos “reformistas” daquela conjuntura, que ao que tudo indica aglutinaram e empolgaram consideráveis setores da sociedade brasileira.

Tampouco podemos negar a importância do golpe militar como um elemento importante no desencadeamento da luta armada nos anos sessenta, mas devemos considerar o debate interno das organizações que surgiram antes de 1964, que não descartavam a utilização da luta armada para a transformação da sociedade brasileira.

## 5. AS ESQUERDAS APÓS O GOLPE: CONTINUIDADES, RUPTURAS, PONTOS EM COMUM E DIVERGÊNCIAS.

Se o golpe militar representou um divisor de águas na história brasileira, para as esquerdas o dramático evento marca um decisivo ponto de inflexão. Questões relativas ao significado do golpe, as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política, marcada pelo domínio castrense, esmigalharam uma esquerda(s) que já convivia com orientações diversas na situação pré-golpe. Isto significa que praticamente todas as organizações de orientação comunista viriam a sofrer um acentuado processo de fragmentação durante os primeiros anos do regime militar.

Vários foram os motivos desta fragmentação, entre eles podemos citar o próprio impacto da derrota seguido da desmobilização do movimento popular, o desmoronamento das antigas referências, o cerco implacável da polícia, além das diferentes leituras do processo revolucionário adequado às condições do país e das influências estrangeiras.<sup>118</sup>

Impulsionadas por estes e outros fatores as esquerdas se apresentam durante as duas primeiras fases da Ditadura Militar (1964-1974) como um emaranhado conjunto de siglas desdobradas de alguns troncos fundamentais: Do PCB surgiram a ALN, o PCBR e o MR-8, do PC do B a Ala Vermelha, o PCR e o MRT, e da ORM-POLOP o COLINA, a VPR e a VAR-Palmares. Ainda podemos citar os grupos surgidos do chamado nacionalismo revolucionário, que não podemos chamar propriamente de comunistas, eram grupos formados por militares expulsos das forças armadas e exilados políticos, muitos deles seguidores do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, foram os primeiros a efetuar ações armadas contra o regime militar e seus principais agrupamentos foram o MNR, o MAR e a FLN. A esta lista – incompleta, pois seria exaustivo citar todas as dezenas de grupos – poderíamos ainda incluir a AP e os trotskistas ortodoxos do POR (T), que não se envolveram de fato em ações armadas, mas que se enquadraram como esquerdas radicais.

---

<sup>118</sup> Cf. REIS FILHO. Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 51-52.

Para melhor compreender as diferenças desta “constelação” de esquerdas faremos uso da abordagem proposta por Marco Aurélio Garcia e utilizada por Marcelo Ridenti, que analisa as diferenciações destes grupos sob três grandes coordenadas: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para chegar ao poder, e o tipo de organização necessária à revolução.<sup>119</sup>

Entre as posições referentes ao caráter atribuído à revolução brasileira, a mais difundida ainda era aquela do PCB, que por sua vez fora extraída da análise do VI Congresso da III Internacional Comunista realizado em 1928. Tal análise previa a revolução em duas etapas, na primeira uma frente de classes sociais progressistas se uniria para superar os entraves do capitalismo brasileiro representados pelas relações feudais remanescentes no setor agrário, e pela presença do imperialismo na economia nacional. Portanto, a primeira revolução seria “burguesa” ou de “libertação nacional” posteriormente seguida por outra que eliminaria a secular contradição entre burguesia e proletariado, esta sim, uma autêntica revolução socialista.

Embora a maior parte dos grupos surgidos do PCB e PC do B, que também adotava esta posição, tenha se mantido na concepção de revolução em duas etapas, algumas alterações podem ser notadas nas análises destes grupos em relação as suas velhas matrizes. A ALN, por exemplo, discordava da condução do processo revolucionário pela burguesia nacional, tese proposta de forma não explícita pelo PCB. O PCBR, por sua vez, previa uma primeira etapa muito mais avançada em direção ao socialismo, propunha uma “Revolução Popular” que já seguisse um caminho socialista de desenvolvimento.<sup>120</sup>

Uma segunda posição em relação ao caráter da revolução brasileira propunha a adoção imediata do socialismo e se contrapunha ao estabelecimento de uma situação intermediária que cumprisse as tarefas necessárias da etapa “democrático burguesa”. Entre as organizações que se definiram a favor desta posição estava o MR-8 e aquelas originárias do POLOP como a VPR, a VAR e o COLINA, que embora a sigla correspondesse ao nome Comando de Libertação Nacional, definia em seu documento uma perspectiva de transformações “já sob a perspectiva do

---

<sup>119</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

<sup>120</sup> *Ibidem*, pp. 31-32.

socialismo”.<sup>121</sup> A alternativa de revolução socialista imediata provinha das teorizações do POLOP anteriores ao golpe de 1964, mas também foi influenciada pelo foquismo cubano e por obras de autores críticos das teses pecebistas como Gunder Frank e Caio Prado Júnior, este último, em seu livro *A Revolução Brasileira* de 1966, contestou abertamente a existência de uma burguesia nacional antiimperialista e a suposta existência de um passado feudal no Brasil e seus resquícios remanescentes.<sup>122</sup>

Outra grande coordenada de divisão das esquerdas se referia ao tipo de organização necessária às ações revolucionárias. Neste ponto, os grupos tendiam a se dividir entre aqueles que se propunham assumir a forma de partidos marxistas-leninistas clássicos e os que criticavam este tipo de estrutura.

Grupos como PCBR, a ALA, o PRT, o POC e o PC do B defendiam a necessidade de um partido de vanguarda que dirigisse o processo revolucionário, coordenando ao mesmo tempo a luta armada e as ações de massa. Entre os que se demonstraram avessos a esta necessidade estavam a VPR, MNR, o COLINA e a organização mais radicalmente contrária à estrutura partidária no período: a ALN.

Marcado pela luta interna no PCB e pela participação em 1967, na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, Marighella defenderia a criação de uma organização que, segundo ele, seria mais apta a desempenhar ações de luta armada que tanto priorizava e distante do imobilismo e da burocracia que acreditava estarem presentes nos partidos comunistas. A ALN estruturou-se então como um conjunto de grupos com imensa liberdade de ação, seguiam um planejamento estratégico, mas só eram coordenados ou comandados em ações de grande envergadura que exigiam a participação de mais de um grupo.<sup>123</sup>

Estas divergências organizacionais foram importantes por serem em parte responsáveis pelo fracionamento das esquerdas no pós-1964, no entanto em uma observação mais profunda, percebe-se que elas não eram de fato tão acentuadas como pareciam. Como bem percebeu Ridenti, “algumas organizações que tinham uma visão clássica de partido, na prática estruturavam-se [...] em grupos de certo

---

<sup>121</sup> Ibid., p. 36.

<sup>122</sup> Cf. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 73.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 97.

modo similares aos que criticavam...”<sup>124</sup> Por outro lado, o fato de vários grupos não prescreverem a necessidade imediata de um partido, não significava “que eles não vissem a emergência do partido numa segunda fase”.<sup>125</sup>

A terceira coordenada de fragmentação das esquerdas refere-se às formas de luta necessárias ao combate à ditadura no processo revolucionário. Afora o Comitê Central do PCB, todas as esquerdas do período pós 1964 consideraram o caminho pacífico inviável,<sup>126</sup> a luta armada tornou-se obsessão para estes grupos, porém a série de divergências que já apontamos inviabilizou a unificação em vista a uma luta comum. Entre os elementos de desunião podemos citar as diferentes influências estrangeiras na construção de propostas táticas das organizações de esquerda.

Descartando a influência soviética que preconizava a revolução pacífica, devemos tomar a China comunista e a Cuba pós-revolução como os dois grandes centros de irradiação de “receitas” para a luta armada, estas incorporadas de diferentes formas pelas esquerdas brasileiras. Destacando a influência cubana ou chinesa sobre os debates das esquerdas, não se pretende afirmar que houve uma simples cópia de modelos estrangeiros, pois nenhuma das organizações estudadas quis simplesmente transplantar as experiências revolucionárias dos referidos países.

A *Teoria do Foco* ou *Foquismo* foi o modelo de revolução proposto e difundido por Cuba a partir da década de 1960. Os adeptos do foquismo defendiam uma revolução continental e diretamente socialista para toda a América Latina, partiam dos pressupostos de que nessa região estariam amadurecidas as condições objetivas necessárias para a revolução, e de que o imperialismo norte-americano não se enganaria novamente como o fez em relação às intenções dos revolucionários cubanos. Conforme os ensinamentos marxistas, presentes as condições objetivas, faltariam apenas as condições subjetivas para o desencadeamento do processo revolucionário, e estas, por sua vez, poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros.<sup>127</sup>

O foco se originaria a partir de um grupo de guerrilheiros atuando junto a camponeses em uma região que facilitasse a defesa contra ataques de um inimigo numericamente superior. Posteriormente os guerrilheiros se deslocariam para outras

---

<sup>124</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. op. cit. p. 37.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>126</sup> GORENDER, op. cit. p. 79.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 80.

regiões disseminando a luta armada e formariam um exército rebelde capaz de derrotar definitivamente o inimigo.<sup>128</sup>

Todo esse conjunto tático se originou e buscou legitimar-se em uma determinada visão histórica da Revolução Cubana. Tal interpretação encara este evento como resultado da ação heroica de doze ou dezessete homens que, instalados na Sierra Maestra, lograram iniciar uma luta - posteriormente vitoriosa - a partir do zero. Segundo Jacob Gorender esta interpretação tratar-se-ia de um mito, pois:

Não há começo a partir do nada, exceto o que os crentes atribuem a Deus na teologia judaico-cristã. O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada à Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. É que, desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento.

A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou ganhando a direção. Esta campanha nacional contra a ditadura de Batista, de que participavam o Movimento 26 de Julho chefiado pelo próprio Fidel Castro e por Frank País, o Diretório Revolucionário, o Partido Comunista, sindicatos operários e mesmo correntes políticas burguesas, é que reduziu consideravelmente a eficiência do Exército de Batista e forneceu aos guerrilheiros elementos materiais e morais para as suas façanhas.<sup>129</sup>

O foquismo entrou no Brasil através das viagens de militantes a Cuba e da disseminação dos textos *Guerra de Guerrilhas* (1960) de Ernesto “Che” Guevara e *Revolução na Revolução?* (1967) de Régis Debray. A influência do foquismo esteve presente em praticamente todos os debates e divergências das esquerdas principalmente após o Golpe de 1964. Em primeiro lugar, por contestar a ideia de que a revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, e na qual a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário. Em segundo lugar porque subordinava o fator político ao fator militar, ou seja, a prioridade do foco sobre o partido e a crítica a um suposto burocratismo e corrupção de certos partidos comunistas.<sup>130</sup> E por fim, a Teoria do Foco cubana questionava a idéia hegemônica na maior parte dos partidos comunistas, principalmente a partir de 1957, sobre as

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibid., p. 81.

<sup>130</sup> Ibid., pp. 80-81.

possibilidades da transição pacífica ao socialismo, importante ponto de atrito dos grupos da esquerda radical brasileira em relação às teses pecebistas.

Excetuando a Dissidência do Rio de Janeiro – DI-RJ – e o Colina, praticamente todas as demais organizações que se propuseram à luta armada se negaram a aceitar o rótulo de “foquistas”.<sup>131</sup> Caso exemplar foi o da ALN em que “Marighella se declarou contrário aos focos e... apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis”,<sup>132</sup> porém como salientou o próprio Gorender a respeito da ALN: “o foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política”.<sup>133</sup> Portanto, é possível afirmar que várias das organizações que recusaram a nomenclatura ainda assim se mantiveram no pressuposto básico do foquismo, a possibilidade de se criar as condições subjetivas da revolução a partir do nada.

Uma segunda grande influência presente nos debates das esquerdas foi a proposta de “Guerra Popular Prolongada” baseada na experiência revolucionária chinesa. Diferentemente da Teoria do Foco, afirmava que o partido precede a guerrilha e deve dirigi-la de forma absoluta e, por outro lado, a proposição chinesa mantinha-se na tese da revolução em duas etapas mantendo ainda a defesa da aliança com a burguesia nacional durante a fase antiimperialista e antifeudal. Apesar das diferenças, a *Guerra Popular Prolongada* e a *Teoria do Foco* possuíam pontos em comum, ambas as proposições privilegiavam o campesinato e a guerrilha rural, acentuavam o caráter revolucionário dos povos do chamado Terceiro Mundo e também reforçavam o predomínio da tendência para a luta armada imediata.<sup>134</sup>

Com exceção do POR(T), que se manteve sob a perspectiva insurrecional de massas, todos os grupos de esquerda radical privilegiaram o campo como local de ação guerrilheira, tal proposição provinha da crença de que este era o local que sofria mais a fundo a espoliação e a miséria, sendo também uma área de difícil atuação para os órgãos repressivos. A guerrilha rural tornou-se então a grande meta da esquerda armada durante as primeiras fases da ditadura. Isto não significou a ausência de ações armadas nas cidades, em 1966 um grupo ligado à Ação Popular, agindo de forma autônoma, explodiu uma bomba no aeroporto do Recife, matando e

---

<sup>131</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. op. cit. p. 45.

<sup>132</sup> GORENDER, op. cit. p. 97.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 83.

ferindo pessoas numa tentativa frustrada de atentar contra a vida do então “candidato” à presidência, general Artur da Costa e Silva.

Em dezembro de 1967 começaram os assaltos com a finalidade de angariar fundos para a guerrilha rural, no decorrer de 1968 seriam pelo menos 21 assaltos a banco,<sup>135</sup> excluindo desta conta os carros pagadores assaltados e roubo de armas em instalações militares. Também em 1968, a ALN explode uma bomba no consulado dos EUA em São Paulo. Em junho é a vez da VPR que, também em São Paulo, lança um veículo carregado de explosivos em direção ao Quartel General do II Exército, matando um soldado de sentinela na ocasião.

Embora tomassem como meta a guerrilha rural, as organizações radicais de esquerda nunca conseguiram passar da fase de sua preparação. Acabaram se destacando mesmo pelos assaltos, atentados, sequestros de representantes estrangeiros e os assassinatos de membros e colaboradores da repressão, tais “justiçamentos”, como eram chamados, por vezes atingiam militantes das próprias organizações acusados de “traidores” ou por supostamente virem a ser.

Um caso de exceção a esta regra veio a ser o PC do B que, seguindo mais estritamente os princípios da Guerra Popular Prolongada, se absteve das ações armadas nas cidades. No entanto, o partido maoísta vinha preparando, desde 1966, bases de militantes que atuavam disfarçadamente na região sul do Pará até o início da guerrilha rural, precipitada em 1972 pela descoberta da área pelos órgãos de segurança. Milhares de homens das forças armadas foram deslocados para região combatendo a guerrilha durante três grandes campanhas, no final de 1973 praticamente todos os militantes do PC do B estavam dizimados, sobrando alguns poucos que posteriormente figurariam nas listas de “desaparecidos” políticos.

Detivemos-nos até agora nas divergências entre as esquerdas radicais e nas rupturas que pretenderam efetuar em relação as suas organizações matrizes, cujas orientações consideravam superadas. Devemos nos focar agora nos elementos comuns e nos pontos de convergência destes grupos que pretenderam ser revolucionários na teoria e na prática.

Um ponto a considerar é que muitas das similaridades entre as esquerdas radicais também o são em relação aos agrupamentos e partidos que pretendiam superar. Exemplo disso é fato de que:

---

<sup>135</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. op. cit. p. 388.



Toda a esquerda armada compartilhava a idéia de uma vanguarda detentora do caminho de libertação, onisciente das leis da História, que sabe melhor do que os próprios trabalhadores, os caminhos da revolução, encarnando uma consciência de classe preestabelecida.<sup>136</sup>

Se vários grupos ainda não se consideravam uma nova vanguarda, certamente imaginavam que viriam a desempenhar um papel chave em sua formação. Esta ideia compartilhada pela esquerda armada nada mais é do que uma continuação da velha concepção de vanguarda leninista, assim sendo, “todos pretendiam agora encarnar, pelas ações de massas, ou pelas ações armadas, o papel supostamente assumido pelos bolcheviques na Rússia pré-revolucionária”.<sup>137</sup>

A esquerda radical também compartilhava daquilo que Daniel Aarão Reis Filho denominou *Utopia do Impasse*, uma perspectiva catastrofista que entendia que a economia brasileira estivesse inserida num processo de estagnação irreversível e com suas forças produtivas bloqueadas, daí as ideias de que:

...o governo não tinha condições históricas de oferecer alternativas políticas ao país e de que as grandes massas populares, desiludidas com os programas reformistas, tenderiam a passar para expectativas e posições radicais de enfrentamento armado, revolucionário.<sup>138</sup>

Recusando-se a perceber que o capitalismo brasileiro recuperava-se amparado nas políticas econômicas “saneadoras” do primeiro governo militar, as esquerdas radicais continuaram atadas a uma concepção de sociedade bloqueada em um impasse, e que a revolução capaz de desobstruir os caminhos do desenvolvimento era uma questão de tempo.

Embora as organizações surgidas em oposição ao PCB tentassem se distinguir do PCB rejeitando o caminho pacífico, o jogo eleitoral e os acordos com os setores descontentes da burguesia, continuaram de certa forma se mantendo sob um mesmo universo de análise pecebista, como percebeu Daniel Aarão Reis Filho:

Este otimismo assume, muitas vezes, inconscientemente, uma dupla herança do PCB. De um lado a concepção dos “entraves” – a presença do latifúndio e do imperialismo inviabilizam, a partir de certo ponto, o desenvolvimento econômico. Ora, agora eles estavam no centro do poder. Como removê-los? O PCB aferrava-se à nostalgia: propunha a mesma Frente e os mesmos métodos para restaurar a situação anterior ao golpe. Mas as demais organizações comunistas desejavam extrair as consequências do impasse. Enfrentá-lo com

<sup>136</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. op. cit. p. 42.

<sup>137</sup> Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. op. cit. p. 52.

<sup>138</sup> Idem. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. p. 50.

violência e não com novas ilusões. **Ou seja, embora as alternativas fossem muito diferentes, as premissas eram comuns.**<sup>139</sup>

A meu ver, foi também Daniel Aarão Reis Filho quem sintetizou as derrotas e os equívocos da esquerda radical, que ao prever uma situação catastrófica, distanciou-se das realidades do processo histórico então em curso:

De modo que aquela luta desigual acabou em massacre. Encurralados por uma polícia política crescentemente sofisticada e profissional, os grupos e organizações revolucionárias, quase sempre inexperientes e amadores, dispendo apenas da vontade e da ousadia, foram escoraçados da história. A rigor, longe de se constituírem forças radicalmente inovadoras, como desejavam ser, não passaram de um último suspiro das propostas ofensivas, construídas no âmbito dos grandes movimentos sociais anteriores a 1964. autoritários e soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico – e pagaram com a existência, física e política, pelos erros cometidos.<sup>140</sup>

## 5.1 O GOLPE DE 1964 E A LUTA INTERNA NO PCB

Entre os debates provocados na nova conjuntura, interessa-nos aqueles ligados à definição de um projeto de enfrentamento armado contra a ditadura militar e à negação de propostas “pacíficas” como forma adequada para a revolução brasileira. Neste capítulo optamos por escolher alguns grupos da esquerda radical derivados de cisões do PCB, que seriam a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) com o enfoque no período 1964-1969.

Com isso, pretendemos analisar o desenvolvimento de suas respectivas propostas de luta armada, os argumentos deste desenvolvimento bem como suas relações com o novo contexto político iniciado com o golpe, finalizaremos tentando entender o impacto causado pela decretação do AI-5 e o fechamento ditatorial subsequente nas perspectivas dos dois grupos.

### 5.1.1 Ação Libertadora Nacional: negação da via pacífica e influência cubana

<sup>139</sup> Idem. **A revolução faltou ao encontro**. op. cit. p. 71 (grifo nosso).

<sup>140</sup> Idem. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. p. 54.

Como várias outras análises sobre a ALN, recorreremos primeiramente ao debate interno no PCB pós-golpe e também aos documentos escritos por Carlos Marighella, dirigente da ALN e que se confunde com a própria organização, uma vez que enquanto esteve vivo foi seu principal “teórico”.<sup>141</sup>

Entre os primeiros esboços de avaliação no PCB, destaca-se o documento *Esquema para discussão*, elaborado em maio de 1964 pela Comissão Executiva do partido, refletia na verdade o posicionamento de Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Orlando Bonfim e Marighella, pois Prestes e os outros dirigentes do organismo estiveram impossibilitados de comparecerem as primeiras reuniões da Executiva.<sup>142</sup>

O *Esquema* serviria como primeiro passo para o exame da derrota do partido em 1964, e apontava como erros a “subestimação das forças da reação (...) ao mesmo tempo que se superestimava a força e a capacidade de luta do dispositivo militar de Goulart” e acentuava a falta de preparo do partido para o fatídico desfecho:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do Partido se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um novo governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das forças armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático. (...)

É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada.<sup>143</sup>

Em maio de 1964, os dirigentes comunistas reuniram-se (todos) pela primeira vez após o golpe em uma reunião do Comitê Central. No encontro a linha do V Congresso fora salva sob a alegação de que fora somente mal aplicada. No caso, teria ocorrido um “desvio de esquerda”, ou seja, uma superestimação das próprias forças, ações precipitadas, sectarismo e golpismo.<sup>144</sup> O informe político apoiado pela maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias saiu-se vencedor, mas a dissidência já estava instalada no PCB, como relata Jacob Gorender:

<sup>141</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 200.

<sup>142</sup> GORENDER, op. cit. p. 87.

<sup>143</sup> Apud MIR, op. cit. pp. 157-158

<sup>144</sup> GORENDER, op. cit. p. 89.

Até setembro de 1967, ainda compareci a seis reuniões do Comitê Central. Nelas e em conversas laterais em São Paulo e no Rio, nossas posições se esclareceram, Marighella, Mário Alves – afastado da Comissão Executiva e deslocado para Minas, após passar um ano na prisão - Jover Telles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos e eu estávamos dispostos a levar a oposição até o rompimento. Decidimos permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão em triunfo. Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de *Corrente Revolucionária* ou simplesmente *Corrente*.<sup>145</sup>

O PCB passa a perder significativamente militantes entre operários, camponeses e intelectuais que, ora eram cooptados por outros grupos, ora formaram novas organizações políticas. Exemplo disso ocorreu no setor estudantil quando as chamadas dissidências começaram a atuar de forma autônoma, pois seguiam orientações políticas independentes e cooptavam membros para si mesmas e não mais para o partido.

Toda essa dissidência não ocorreu de forma abrupta e radical, mas formou-se de maneira paulatina e gradual como atesta a evolução das proposições políticas de Carlos Marighella, expressas nos seus escritos.

No segundo semestre de 1965, vem a público *Por Que Resisti à Prisão* (1995), livro em que dezesseis dos dezoito capítulos, relatam a prisão, o ferimento que sofreu, a passagem pelo hospital e o processo que respondeu enquanto estava sob poder da polícia. Os seis últimos capítulos trazem um corte em relação ao resto da obra, pois neles Marighella faz uma análise das possibilidades de luta contra a ditadura e as proposições críticas aparecem.

No capítulo 13, Marighella conclama à resistência, “Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril ou se conformam com ela. O conformismo é a morte”.<sup>146</sup> Mas a crítica ao caminho pacífico é o que mais chama a atenção. Ao analisar a democracia existente antes do golpe, Marighella é enfático:

Tal democracia – pela sua própria estrutura – constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais – as chamadas reformas de base. E por mais que oferecesse oportunidades – amparando os direitos individuais - sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou, e acabou golpeada.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> Ibidem. loc cit.

<sup>146</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Porque resisti à prisão**. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995. p 98.

<sup>147</sup> Ibidem, loc cit.

Marighella assume a via armada como modo possível de oposição à ditadura e deixa em aberto a possibilidade de várias formas de atuação, inclusive o “aparecimento de guerrilhas”. Para ele, “a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade” e de forma mais clara: “A ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares...”<sup>148</sup> Ainda assim, insiste que “se trata de realizar uma luta revolucionária de massa, extensa e profunda” e que “nenhuma possibilidade legal pode ser desprezada”.<sup>149</sup>

Em 1966 sai *A Crise Brasileira*, documento no qual se aprofundaram as questões que ele havia apenas esboçado em *Porque resisti à prisão*, principalmente no que diz respeito à atuação política do partido e a tentativa de definir uma estratégia de luta na situação pós golpe. A importância do escrito está na afirmação de que a luta armada apresenta-se como único caminho possível para derrotar a ditadura, instaurar um outro governo, chegar às reformas de base e prosseguir com a luta até uma vitória posterior do socialismo. Sua posição é clara:

Os fatos indicam que o proletariado – em face do tremendo impacto da *abrilada* – não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da ‘insurreição armada popular’. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração.<sup>150</sup>

No afã de confirmar a luta armada como caminho correto, Marighella dedica boa parte de seu escrito em demolir a viabilidade do caminho pacífico, legalista e de subordinação aos interesses da burguesia nacional. Exporemos aqui alguns deles.

Dentre os argumentos utilizados por Marighella, está o de que o caminho pacífico concorreria para a institucionalização da ditadura, para ele o “único efeito de um novo caminho pacífico, (...), seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e uma inevitável colaboração com a ditadura...”<sup>151</sup>. Alerta também para a resposta repressiva do governo:

---

<sup>148</sup> Ibid., p.140.

<sup>149</sup> Ibid., p.140.

<sup>150</sup> A crise brasileira. In: MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979. p. 61.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 61

A adoção - mais uma vez - de um uma vez de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa, nem desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. E isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição.<sup>152</sup>

Outros perigos se apresentariam com a execução de uma nova via pacífica, tais como o “efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo e minar o moral das forças populares e nacionalistas” que precisariam de um “estimo revolucionário” e que a via pacífica faria com que os marxistas ajudassem a “transformar o Brasil num país social-democrático (...) exercendo um papel de freio do movimento de libertação da América Latina”.<sup>153</sup>

Sobre as eleições Marighella era enfático, para ele o caminho da derrubada da ditadura não poderia ser feito por via eleitoral, pois em seu pensamento o regime militar através da força, teria transformado as eleições em uma farsa:

Depreende-se daí algo de curioso: a tática que citamos (via pacífica) ainda não considera suficientes os instrumentos já adotados pela ditadura que invalidam as eleições e fecham as possibilidades de uma saída eleitoral, com a participação e a vitória de candidatos da confiança do povo. E isto é evidente, desde que – como tal – não podem ser classificados senão os candidatos aceitos ou com ela comprometidos.<sup>154</sup>

Em sua *Carta à Executiva*, de 1º de dezembro de 1966, Marighella mais uma vez não poupa críticas ao “caminho eleitoral”:

A Executiva ainda pensa em inflingir (sic) à ditadura derrotas eleitorais capazes de debilitá-la. E dá grande importância ao MDB, apontado como capaz de permitir a aglutinação de amplas forças (sic) contra a ditadura. Ou então apóia a “frente ampla” do Lacerda. (...) Em vez de uma tática e estratégia revolucionárias, tudo é reduzido aberta ou veladamente – a uma impossível e inaceitável saída pacífica...<sup>155</sup>

Embora Marighella considerasse “esgotadas ou fechadas as possibilidades de *solução pacífica*”,<sup>156</sup> alguns pontos nas duas últimas obras citadas merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, Marighella admite a existência de espaços – mesmo que pequenos - de atuação política naquele período (1966) dentro do regime vigente, o

<sup>152</sup> Ibid., p. 61.

<sup>153</sup> Ibid., p. 61.

<sup>154</sup> Ibid., p. 75.

<sup>155</sup> Carta à Executiva. In: MARIGHELLA, Carlos. op. cit. pp. 92-93.

<sup>156</sup> A crise brasileira. In: MARIGHELLA, Carlos. op. cit. p. 65.

faz aceitando a possibilidade de se efetuar ações de oposição legal, porém sem negar a perspectiva armada:

Pelo fato de decorrer de uma estratégia revolucionária e estar a seu serviço, a tática atual não exclui que continuemos inseridos no processo político brasileiro. Não exclui a luta acirrada pela frente única antiditadura. E o aproveitamento das mínimas possibilidades legais.<sup>157</sup>

Pois para Marighella o princípio básico para o desenvolvimento das lutas contra a ditadura estaria na “combinação das formas de luta e organização legais e ilegais, no terreno das defesas das reivindicações nacionalistas e democráticas, no terreno da política interna ou externa, ou no terreno jurídico”.<sup>158</sup>

E quando atacou a Comissão Executiva acabou mostrando que além de existir possibilidade de atuação eleitoral, ainda admite que outros grupos vinham fazendo oposição não armada, mesmo porque - nos últimos dois textos analisados – Marighella parece não propor o caminho armado pela falta de espaços de atuação legal.

Um importante elemento da proposta de luta armada defendida por Marighella, viria da influência do projeto cubano de exportar seu modelo de revolução para o conjunto do continente.

O debate interno do PCB continuou, entre abril e junho de 1967 em Conferência realizada na cidade de Campinas, e com a presença de uma delegação chefiada por Luis Carlos Prestes, 33 dos 37 delegados presentes rejeitaram as Teses do Comitê Central e aprovaram o informe apresentado por Marighella, que foi reeleito primeiro secretário do Comitê Estadual de São Paulo. Em suas palavras já transparece escancaradamente a influência cubana:

A realidade Latino-Americana, em que a revolução cubana se projeta em verdadeira grandeza, com repercussões e implicações irreversíveis, é outro fator que impele à saída a luta armada, não podemos ser indiferentes às resoluções da Conferência Tricontinental de Havana (...) E quando, de 28 de julho a 5 de agosto próximo se realizar em Havana a Conferência de Solidariedade dos Povos da América Latina, então se verá que a luta armada e sua preparação vão avançando cada vez mais em nosso continente.<sup>159</sup>

---

<sup>157</sup> Ibid., p. 66.

<sup>158</sup> Ibid., p. 71.

<sup>159</sup> Apud MIR, op. cit. p. 211.

Entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, aconteceu em Cuba a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), quando se torna pública a intensão dos cubanos de exportarem seu modelo de revolução para o conjunto do continente e tornar-se um centro revolucionário, para além das influências chinesa e soviética.<sup>160</sup> Porém, vale lembrar que desde a primeira metade da década de 1960, Cuba apoiava claramente grupos que propunham o desencadeamento da luta armada no continente através da guerra de guerrilhas. Faziam isso, entre outros meios, através do treinamento guerrilheiro oferecido a diversos agrupamentos, como o caso já citado de um setor das Ligas camponesas, que após ter recebido treinamento em Cuba, foi responsável pela tentativa de criar um campo de treinamento de guerrilha no Brasil.

O PCB que havia saudado a realização da I Conferência Tricontinental de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina, realizada em Havana entre três e 15 de janeiro de 1966, negou-se a participar da I Conferência da OLAS. Os pontos de discordância do PCB estariam na tentativa sistemática dos cubanos em ditar diretivas para o movimento revolucionário nos diversos países do continente, desrespeitando os respectivos partidos comunistas nacionais, e a manifestação sistemática da luta armada como a única forma de luta revolucionária.<sup>161</sup>

Em junho de 1967, Marighella viajou para Cuba com a intensão de participar da conferência, porém permanece na ilha até dezembro. Enquanto isso no Brasil o Comitê Central surpreso não apenas com sua viagem, mas também com suas críticas à política adotada pelo partido no Brasil, resolve pela sua expulsão.

A viagem de Carlos Marighella a Cuba marca uma inovação em suas formulações teóricas, como bem apontou Jacob Gorender,<sup>162</sup> “seu pensamento sofreu uma flexão, para qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas”.

Em seu primeiro documento escrito em Cuba, *Carta ao Comitê Central*, encontra-se sintetizado um ponto fundamental de suas novas concepções, ao contrário do exposto em *A crise brasileira*, a guerrilha passa ser encarada como a *única* forma de conquista do poder:

---

<sup>160</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 48.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>162</sup> GORENDER, op. cit. p. 95.



...a luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais antiburocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um partido da cidade.<sup>163</sup>

No documento *Resposta ao Questionário do Pensamento Crítico* (1967), Marighella afirma a existência de condições objetivas para a luta armada no Brasil de forma similar à situação cubana pré-revolução tais como o controle do imperialismo norte-americano na produção, no poder político e militar, os problemas do campo e a miséria das massas populares. Seguindo a fórmula clássica do leninismo, restaria a necessidade da presença das condições subjetivas para desencadear a luta armada:

Cabe aos partidos, agrupamentos e organizações políticas *conduzir* as classes em oposição entre si. E *conduzir* tais classes à vitória contra o opressor é uma questão de adquirir *consciência revolucionária* e eleva-la cada vez mais.

A *consciência revolucionária*, sem dúvida não se adquire espontaneamente. Na dialética marxista, quando se trata do fenômeno social, um processo de desenvolvimento jamais se efetua por via espontânea. A *luta* (não espontânea) é um fator imprescindível e fundamental para que o processo de desenvolvimento chegue às últimas consequências.<sup>164</sup>

Marighella retorna ao Brasil no final de 1967 com sua expulsão do partido já consumada. Juntamente com outros dissidentes do PCB, participa e lidera a formação do *Agrupamento Comunista de São Paulo*, organização descrita em seu *Pronunciamento* como a de tipo mais adequado às tarefas da luta armada, “uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária”, exatamente o oposto das estruturas partidárias do PCB, “destinadas a alimentar a burocracia, a entravar a ação revolucionária e a impedir a iniciativa dos militantes da base”.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> Carta ao Comitê Central. In: CARONE, Edgard. **O movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo:

DIFEL, 1984, p. 51.

<sup>164</sup> Respostas ao questionário do Pensamento Crítico. In: CARONE, Edgard. op. cit. p. 45.

<sup>165</sup> Pronunciamento do Agrupamento comunista de São Pulo. In: **Escritos de Carlos Marighella**, op. cit., p. 133.

O posicionamento contrário à estrutura partidária provém do princípio fundamental da organização, expresso no novo nome assumido pelo grupo a partir de 1968 - *Ação Libertadora Nacional* – e que norteará toda sua atuação: *A Ação faz a Vanguarda. Ação que significa luta armada, guerrilha, e que faz a organização e a desenvolve.*<sup>166</sup>

Em dezembro de 1967 a ALN começa suas ações com um assalto a um carro transportador em São Paulo, mas foi no ano de 1968 que as atividades de *Guerrilha Urbana* da ALN deslancharam. Segundo o documento reservado ORVIL (livro ao contrário), produzido pelo exército na década de 1980:

São de autoria do AC/SP (agrupamento comunista) os seguintes assaltos: ao Banco Comércio e Indústria, Av. São Gabriel, 191, em julho de 1968; à agência Bradesco da Alameda Barros com a Av. Angélica; ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí em agosto; ao carro pagador da Massey Ferguson, no Alto de Pinheiros, em outubro; à indústria "Rochester - Armas e Explosivos", em Mogi das Cruzes (na Grande São Paulo) ,no dia 28 de dezembro de 1968; e à casa de um colecionador de armas, na Alameda Ribeirão Preto. A esses atos somam-se o atentado contra um carro pertencente a um elemento do DOPS de São Paulo, na Av. Marginal, e o atentado à bomba contra a casa de um diretor da Contel.<sup>167</sup>

A esta lista incompleta poderíamos acrescentar outras ações, mas o que importa aqui é ressaltar que ALN, em 1968, já se encontrava imersa na guerrilha urbana, pois embora considerasse a guerrilha rural como tarefa *estratégica*, o grupo não desprezava as ações urbanas consideradas como tarefas *táticas*.

O militarismo da ALN irá se acentuar cada vez mais, e em consequência disso qualquer referência a possibilidades de atuação legal vão desaparecer de seus discursos. O texto *olho por olho, dente por dente* publicado em *O Guerrilheiro* (1968) demonstra como a organização acreditava naquilo que Daniel Aarão Reis Filho denominou *Utopia do Impasse*, ou seja, a ideia de que o governo não tinha condições de oferecer alternativas políticas ao país, e de que as grandes massas populares, desiludidas com programas reformistas, tenderiam a passar para

<sup>166</sup> GORENDER, op. cit. p. 97.

<sup>167</sup> Ver também FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009. Nesta obra o jornalista Lucas Figueiredo, além de voltar a abordar a história do projeto "Brasil: nunca mais", também relatou como os militares produziram, durante o governo do Presidente Sarney, um livro de contraposição codificado como Orvil (livro ao contrário), sua publicação foi vetada pelo presidente. Atualmente, está disponível na internet em: <[http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf)> Acesso em: 20 dez. 2010.

expectativas e posições radicais de enfrentamento armado.<sup>168</sup> Segundo o documento da ALN:

A explosão de protestos desencadeada em todo Brasil pelo assassinato do estudante Edson Luis Lima Souto veio comprovar que o povo brasileiro já compreendeu o caráter de ditadura terrorista (ilegível) Costa e Silva, e também a necessidade de opor a violência revolucionária das massas contra a violência da reação... As ações contra a embaixada dos Estados Unidos e outras dependências norte-americanas em diversos pontos do país, bem como a queima da bandeira dos Estados Unidos diante da antiga sede da UNE, deixaram claro que o povo tem consciência de quem é seu maior inimigo. O fato de estudantes e o povo em (ilegível) oposto a justa violência das massas à violência da reação (ilegível) também que cresce em milhões de brasileiros a compreensão de que não se pode esperar que a situação se modifique através de eleições ou da ação dos homens do MDB ou da "Frente Ampla".<sup>169</sup>

O documento *Chamamento ao Povo Brasileiro* datado de dezembro de 1968, antes do AI-5 (não se faz referência ao ato), enfatiza ainda mais a guerrilha como única maneira de derrotar a ditadura e nega aos militantes qualquer forma de atuação legal:

Não derrubaremos a ditadura através de quarteladas, nem de eleições, redemocratizações ou outras panacéias da oposição burguesa consentida. Não acreditamos num parlamento conformado e submisso, mantido com o beneplácito da ditadura e disposto a ceder em tudo para que os deputados e senadores possam sobreviver com seus subsídios. Não cremos na solução pacífica. As condições para violência nada têm de artificiais e estão criadas no Brasil desde que a ditadura se impôs pela força. Violência contra violência. E a única saída é fazer o que estamos fazendo: utilizar violência contra os que tiveram a primazia em usá-la para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares... O princípio tático que devemos seguir agora é distribuir as forças revolucionárias para intensificar essas formas de luta. Mais adiante deveremos concentrar as forças revolucionárias para organizar planos e manobras. Na área rural ou urbana, dentro dos caminhos a serem escolhidos pelos revolucionários, existem três grandes opções: atuar na frente guerrilheira, na frente de massas ou na rede de sustentação. Em qualquer uma destas frentes, é necessário que o trabalho seja clandestino, é preciso organizar grupos secretos, manter a vigilância contra infiltração policial, castigar com a morte os delatores, espiões e batedores, não deixando filtrar nenhuma informação ao inimigo. Seja qual for a situação, é necessário ter armas e munições, aumentar a potência de fogo dos revolucionários e utilizá-la com acerto, decisão e rapidez, inclusive em pequenas ações como a distribuição de panfletos e pichações de muros.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> Cf. REIS FILHO. Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. op. cit.

<sup>169</sup> Anexo BNM n.º 59.

<sup>170</sup> Chamamento ao povo brasileiro. In: **Escritos de Carlos Marighella**, op. cit., pp. 140-142.

Podemos perceber neste documento que o discurso de Marighella já omite totalmente que até o AI-5 ainda havia certos espaços legais de atuação oposicionista, como demonstra parte da historiografia sobre o período. Sobre a atuação parlamentar, por exemplo, vale notar que esta não era tão conformada e submissa como afirmou Marighella, já que a crise entre a área política (parlamento) e a área militar (executivo) serviu de estopim para o “golpe dentro do golpe”.

Em uma mensagem intitulada *Quem samba fica, Quem não samba vai embora*, escrita logo após a decretação do AI-5, Marighella é claro na posição da organização após o ato: nada de discussões e continuar no mesmo caminho.

Não devemos dar trégua. Cada uma pequena ação e de vez em quando as grandes. Vocês têm carta branca na frente guerrilheira para desencadear a ação. Só não tem carta branca para coisa coisas burocráticas, isto é para impedir ações planejadas pelos grupos, sejam eles quais forem. Nem podem fazer discussões formais. É preciso ação e mais ação. Distribuir manifestos, pichar muros, sabotar, (...) tudo isto com o trabuco na cintura. (...) A ditadura tem medo e nós não vamos parar nem sair do ritmo porque os fascistas deram um golpe dentro do golpe.<sup>171</sup>

O fechamento ditatorial e aumento progressivo do cerco repressivo que se desencadeia em 1969, atingindo membros da própria ALN, também não modificam a postura militarista do grupo, em suas auto-avaliações a organização vê confirmado o acerto de suas estratégias e táticas, - “as organizações revolucionárias que se dedicaram ao proselitismo no transcurso de 1968 não conseguiram avançar”<sup>172</sup> - e o fechamento do regime é visto como condição favorável à luta armada:

Na tentativa de impedir os atos revolucionários com o auxílio de leis de extrema violência, o inimigo tornou-se mais cruel, desencadeando um terror policial que nada fica dever ao nazis. A crueldade dos fascistas que detêm o poder favoreceu o clima de guerra revolucionária, arrastando contra os militares brasileiros, e a atual ditadura um número cada vez maior de inimigos. Os gorilas vêm-se, por conseguinte, diante de um aumento considerável de descontentamento popular, defrontando-se com obstáculos cada vez maiores para justificar a política da ditadura. É dentro desse clima que a nossa organização vai ganhando terreno. O golpe fascista de dezembro não conseguiu deter a guerra revolucionária, nem paralisar o nosso avanço...<sup>173</sup>

<sup>171</sup> Anexo BNM n.º 403.

<sup>172</sup> O papel da ação revolucionária na organização. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2006. p. 269.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 269.

### 5.1.2 O PCBR entre a mobilização de massas e a luta armada

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) também teve a sua origem no processo de luta interna do o PCB entre 1965 e 1967, militantes como Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho que criaram o PCBR estiveram integrados juntamente com os futuros membros da ALN na oposição organizada contra o Comitê Central denominada *Corrente Revolucionária*, porém a crítica aos métodos e avaliações do C.C. não significaram a unificação dos dissidentes em único agrupamento.

A decisão de fundação de um novo partido pelo grupo acima citado, e sua não incorporação em organizações já existentes foi resultado de profundas divergências doutrinárias que dividiam os ex-militantes do PCB, a principal contestação do núcleo de fundadores do PCBR à Marighella e Câmara Ferreira provinha da natureza organizacional que eles se propunham a assumir. Enquanto os primeiros defendiam a condução da guerrilha por um partido de vanguarda, os últimos propunham o abandono da estrutura do partido comunista de molde bolchevique. Em relação à adesão ao PC do B, o principal ponto de atrito parece ter sido a “submissão” deste aos PCs chinês e albanês, situação intolerável para uma grupo que havia recentemente se livrado de um partido “subserviente” a União Soviética.<sup>174</sup>

Em meados de Abril de 1968, numa conferência marcada por divergências, foi fundado o PCBR tendo como primeiro secretário-geral Mario Alves, também principal autor da *Linha Política* aprovada neste mesmo evento. Em relação às características da sociedade brasileira, o caráter da revolução e o tipo de governo pós-revolucionário. Cabe aqui registrar a análise superiormente conduzida por Gorender:

O programa partiu da caracterização do Brasil como país capitalista dependente, subordinado ao sistema imperialista mundial. Aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, a burguesia nacional era carente de qualquer potencial revolucionário. [...] A contradição antagônica entre a classe dominante burguesa e o proletariado tinha peso fundamental. Nestas condições, a revolução à vista não mais podia ser democrático-burguesa. Devia ser uma revolução popular, destinada a destruir o estado burguês (imperante sob formas de democracia representativa ou de ditadura militar) e a conquistar um governo popular revolucionário. Dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas

---

<sup>174</sup> GORENDER, op. cit. p. 102.

empobrecidas, a revolução popular conduziria a transformações profundas [...] Por sua natureza radical, tais transformações teriam de abrir passagem à revolução socialista. Apesar de ainda ele intermediário, a revolução popular era concebida como a maior aproximação possível à revolução socialista.<sup>175</sup>

Esclarecidos estes pontos do documento citado, podemos partir agora para a análise das propostas das formas de luta defendidas pelo PCBR, as argumentações utilizadas em sua defesa, além das possíveis relações de suas opções com o golpe e a ditadura militar.

Quanto às formas de luta, o documento é claro ao afirmar que “a tomada do poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês latifundiário” só poderiam ser realizadas através da luta armada, esta por sua vez, indicada pelas “condições concretas do Brasil”, deveria começar a se desenvolver sob a forma de guerra de guerrilhas. Assim como em outras propostas da esquerda radical, a guerra revolucionária, segundo o PCBR, deveria ter início no campo, isto se devia ao fato da imensa extensão territorial do país e seu desigual desenvolvimento, porém não se descartavam as ações urbanas, pois seria “possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, desde ações de autodefesa de massas até guerrilhas urbanas e suburbanas”.<sup>176</sup>

Sobre a inviabilidade da revolução pacífica, o documento argumenta que:

Em vista do emprego sistemático da violência pela minoria dominante e da agressividade do imperialismo yanque na América, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>176</sup> Linha Política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. pp. 219-220.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 219.

Deste pequeno trecho podemos concluir que a inviabilidade do caminho pacífico se justificou pela perspectiva de um impasse futuro das formas legais de atuação na medida em que estas avançassem para uma forma revolucionária, ou seja, a repressão imposta pela ditadura militar e o exemplo do golpe de 1964 serviram como argumento da idéia de limitação do avanço revolucionário dos modos não armados de enfrentamento.

Entretanto, a perspectiva de limitação das formas de atuação legal ou pacíficas não significa que nas concepções do PCBR estas mesmas formas estivessem totalmente impedidas de ocorrer por um bloqueio institucional, pelo contrário, por diversas vezes o documento *Linha Política* demonstra a viabilidade e a utilidade desta atuação em plena ditadura militar, pois no “curso do processo revolucionário” seria preciso “coordenar várias formas de luta de massas, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais”, ressaltando porém em relação as ações legais ou pacíficas que “com o emprego exclusivo de tais meios” a revolução não poderia ser vitoriosa.<sup>178</sup>

Para confirmar definitivamente que opção do PCBR pela luta armada não foi determinada pela falta de espaços legais de oposição vale citar interessantíssimo trecho de sua *Linha Política* em que se afirma a necessidade da luta armada com ou sem ditadura militar:

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, têm ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo antipopular do novo regime, prosseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o Estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista.<sup>179</sup>

No início de sua formação, o PCBR contava com a adesão da maior parte Corrente Revolucionária do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara com bastante

---

<sup>178</sup> Ibid., p. 219.

<sup>179</sup> Ibid., p. 224.

influência no meio estudantil e em diversas categorias profissionais, no Nordeste o partido possuía bases de apoio muito superiores a qualquer outra dissidência do PCB, porém em São Paulo só tinham uma base pequena, incapaz de competir com a influência da ALN.<sup>180</sup>

O PCBR esteve bastante presente nas manifestações estudantis de 1968, mas só viria a participar de ações armadas em 1969 após o fechamento ditatorial. Isto não significa que o bloqueio institucional pós-AI-5 tenha causado a adesão do partido à luta armada, pois esta opção já estava decidida desde sua fundação e preparativos neste sentido estavam sendo feitos durante o ano de 1968. O fechamento ditatorial *acelerou* o processo de imersão do PCBR na luta armada, provocando inquietação na militância que pressionava a direção para a ação imediata.

## 5.2 CONSIDERAÇÕES

Pretendemos demonstrar nesse capítulo que a definição de luta armada da ALN e do PCBR não foi um simples reflexo do bloqueio institucional da ditadura militar. Afirma-se aqui que os projetos de ação armada destas organizações foram *opções* resultantes da reflexão e da procura de respostas de setores do PCB ao problema da derrota sofrida em 1964 e de como prosseguir a revolução sob a sombra de um novo regime instalado a partir desse momento.

A confirmação disso vem do fato de que a opção pela luta armada ocorre em um momento em que ainda havia certo espaço de atuação legal, expressa pelo próprio Marighella em seus textos iniciais e também na *Linha Política* do PCBR de abril de 1968, essa opção foi radicalizando-se com tempo, motivada em grande parte, no caso da ALN, pela influência cubana e sua estratégia de exportação da revolução. Radicalização que leva a ALN a uma imersão geral na luta armada antes mesmo do AI-5, prova disso foi o impacto quase nulo do ato e do sequente cerco repressivo as organizações clandestinas nos discursos e práticas da organização, e quanto ao PCBR, o processo de fechamento ditatorial apenas acelerou uma opção já consolidada anteriormente.

---

<sup>180</sup> GORENDER, op. cit. pp.154-155.



As interpretações que colocam a luta armada como reflexo ou consequência da ditadura militar reduzem os sujeitos históricos a fantoches unilateralmente determinados em suas posições e práticas por rígidas estruturas sociais e políticas e negam a relação dialética entre sujeitos e estruturas. E como lembra o historiador mexicano Aguirre Rojas:

Os sujeitos da história não apenas criam e dão vida às estruturas sociais como fruto de suas ações e relações, mas também desfrutam de certa margem de liberdade em sua ação cotidiana, constantemente escolhendo entre diversas alternativas e modificando com suas alternativas as próprias estruturas sociais que sem dúvida estabelecem os limites concretos de sua ação a cada momento.<sup>181</sup>

---

<sup>181</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual do mau historiador**. Ou como fazer uma boa história crítica? Londrina: EDUEL, 2007. p. 69.

## 6. O PC DO B SOB A DITADURA MILITAR: DISSIDÊNCIAS E LUTA ARMADA

Como vimos em capítulo anterior, o Partido Comunista do Brasil desde seu *Manifesto-Programa* de 1962, defendia uma alternativa revolucionária de enfrentamento armado, embora a apresentasse de forma não explícita e hesitante. A proposta de luta armada será definitivamente explicitada no documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos* de agosto de 1964, no qual abordaremos a avaliação que o partido fez da intervenção militar, suas conclusões sobre a nova situação política e quais propostas defendiam em tal conjuntura.

Particularmente procuraremos encontrar neste e em outros documentos as possíveis inter-relações entre a gênese/consolidação da ditadura militar e o desenvolvimento das propostas de luta armada na conjuntura pós-golpe defendidas pelo PC do B e sua principal dissidência a Ala Vermelha (AV), mantendo evidente distância das concepções que explicam os dois processos por relações causa/efeito.

Em *O golpe de 1964 e seus ensinamentos* o PC do B interpreta a intervenção militar como resultado de uma conspiração de “reacionários do país e dos Estados Unidos” sob o temor das “ações independentes das massas e os seus anseios de transformações revolucionárias”<sup>182</sup>, e simultaneamente atribui ao governo Goulart sua parcela de culpa:

A tudo isso assistia o governo passivamente. Superestimava as suas forças e subestimava as de seus adversários. Confiava nos oficiais que ocupavam os principais comandos das Forças Armadas. Entre as massas populares predominava a idéia de que o Exército era a favor da legalidade e de que qualquer tentativa golpista seria imediatamente esmagada. Somente algumas vezes alertavam para o perigo das ilusões pacifistas. O povo estava despreparado para enfrentar a ação combinada dos imperialistas e dos reacionários.<sup>183</sup>

É interessante neste ponto notar que o PC do B, declaradamente adversário do governo Goulart, tenha que forçosamente reconhecer no documento pontos positivos de seu governo, mesmo que de forma tímida:

<sup>182</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O golpe de 1964 e seus ensinamentos. Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=123](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=123)> Acesso em: 12 dez. 2010.

<sup>183</sup> Ibidem.

Ainda há poucos meses, o povo usufruía de **relativa** liberdade. Os trabalhadores da cidade e do campo podiam legalmente organizar e levantar suas reivindicações. As massas populares, os estudantes e a intelectualidade travavam intensos debates em torno dos problemas nacionais e apresentavam suas soluções. Sargentos e marinheiros reclamavam que se pusesse fim às discriminações de que eram alvo. Jornais de todas as tendências circulavam livremente. Espraia-se no país um movimento em favor de mudanças radicais na sociedade brasileira. A reforma agrária era exigida vigorosamente. Erguiam-se protestos contra a desenfreada espoliação imperialista. Esse clima de **certas liberdades** e o avanço do movimento democrático e antiimperialista preocupava seriamente os reacionários do país e dos Estados Unidos.<sup>184</sup>

Segundo Jean Rodrigues Sales, a análise da ditadura militar contida no documento não se diferenciava das concepções da maior parte das esquerdas do período que colocavam o regime como instrumento dos interesses das “classes reacionárias” e do imperialismo norte-americanos.<sup>185</sup> Porém é interessante ressaltar a percepção das precoces contradições na frente que liderou o golpe:

O rumo adotado pelo governo, ainda que reacionário, vem gerando desacordos entre as próprias forças que participaram da quartelada do 1º de abril, muitas das quais se julgam frustradas. São claras já as divergências dos elementos mais direitistas da União Democrática Nacional, representadas por Carlos Lacerda; de alguns círculos mais extremados; e de diversos setores políticos, em relação ao governo Castelo Branco.<sup>186</sup>

No que se refere à tática política empregada pelo partido na nova situação, cabe observar que, embora saibamos que o PC do B a defendia desde 1962, é neste documento que aparece de forma explícita e clara afirmação da luta armada como forma principal de ação,:

A idéia de que o povo brasileiro necessita responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a **luta armada**, de que precisa estar preparado para isso, é hoje a questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários.<sup>187</sup>

Poderia se concluir a partir daí que a proposta de luta armada deriva diretamente da falta de espaços para atuação não armada imposta pelo bloqueio institucional da nova conjuntura, mas esta razão não aparece em nenhum lugar do

<sup>184</sup> Ibidem. (grifo nosso)

<sup>185</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. p. 161.

<sup>186</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O golpe de 1964 e seus ensinamentos. op. cit.

<sup>187</sup> Ibidem.

documento, muito pelo contrário, o texto do partido por diversas vezes defende e propõe a utilização de outros modos de atuação necessários para “aumentar suas forças e conquistar novas posições”:

Problema comum a todos os trabalhadores, funcionários públicos, donas de casa, profissionais liberais, etc., é a defesa de seu nível de vida, gravemente atingido pela política econômico-financeira do governo. Essa política vem acarretando diminuição violenta do salário real, brutal carestia de vida e desemprego em massa, determina a redução dos proventos dos que trabalham por conta própria e abala seriamente o orçamento doméstico das famílias de poucos recursos. Diante disso, é preciso organizar a luta contra essa situação calamitosa. Por **meio de greves, manifestações de rua e outras formas de atuação**, é necessário fazer ouvir o protesto das massas populares contra aquela nefasta política governamental.<sup>188</sup>

Está claro que o partido reconhece a ausência de liberdades, mas em sua concepção este dado não impede, mas *favorece* a atuação política junto às massas:

Desenvolvendo intensa atividade política de massas em torno de tais reivindicações ou de outras que possam surgir a cada instante, o movimento democrático e antiimperialista se ampliará e adquirirá novas energias. Essa atividade defronta-se, hoje, com maiores restrições, em virtude da ausência de liberdades. **No entanto, elevou-se o ódio aos imperialistas norte-americanos e aos que oprimem o povo, ampliou-se o número de pessoas que, com o golpe, foram despertadas para a vida política. Tudo isso permite intensificar as lutas de massa que, nas condições de ditadura militar, por mais simples que sejam, tendem a adquirir mais acentuado conteúdo político e alcançar maior ressonância.**<sup>189</sup>

O que o partido efetivamente propõe como tática é a difícil conciliação entre enfrentamento armado e ação política de massas e “saber empregar as formas legais e ilegais de luta”. A contradição principal não se dava entre ações armadas/pacíficas, mas na afirmação da *inviabilidade de um caminho pacífico para a revolução*, o que é diferente. A argumentação central do partido está na constatação de que se a frente única estivesse despreparada para “responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada” todas as conquistas parciais efetuadas por outros meios seriam fatalmente golpeadas em determinado momento, pois como interpreta o documento, tais forças com a instalação da ditadura teriam se apoderado da máquina governamental e de seu principal meio de coação contra as lutas populares: o exército. Portanto, não é

---

<sup>188</sup> Ibidem. (grifo nosso)

<sup>189</sup> Ibid. (grifo nosso)

considerada a inviabilidade das formas legais de luta e sim a sua *limitação* se não acompanhada por uma preparação da luta armada.

Percebe-se também que neste mesmo documento encontra-se o que podemos denominar como uma inter-relação entre a definição de uma proposta de luta armada e a evolução do regime: *O golpe de 1964, a derrota dos movimentos sociais e a instauração da ditadura militar se transformaram em argumentos contrários ao caminho pacífico e, provas do acerto do caminho armado.*

Como expressa o documento:

Os acontecimentos de março-abril vieram demonstrar o quanto era ilusória a orientação do caminho pacífico. É inegável que o movimento democrático e antiimperialista dispunha de bastante força. Contava com os sindicatos, com as organizações estudantis, possuía apoio no campo e regular influência nas corporações militares. Contudo, não foi capaz de organizar a luta para enfrentar os golpistas. Imbuído de uma concepção pacífica, revelou completa falta de iniciativa para defender os interesses do povo. Hoje, quando as liberdades foram anuladas e sucedem-se as mais odiosas perseguições, não é difícil compreender o quanto foi criminosa a linha da transição pacífica. Os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais indagam por que não se resistiu ao golpe quando se tinha tão fortes posições. Os responsáveis principais são os que pregavam aquela orientação. Tivesse prevalecido a linha revolucionária, outro teria sido o curso dos acontecimentos.<sup>190</sup>

Ou ainda:

Em tais condições, como admitir o caminho pacífico? Os acontecimentos desse último período são bastante educativos. Mostram que por mais amplitude que adquira o movimento popular e por mais posições que detenha, se não contar com meios para enfrentar a violência das classes dominantes, acabará sendo batido. Sem desbaratar a máquina do Estado reacionário e derrotar o seu instrumento principal de coerção, as Forças Armadas, o povo brasileiro não poderá libertar-se da opressão e do atraso, nem da dependência ao estrangeiro. Todas as tentativas que o povo tem feito para usufruir de verdadeira liberdade, e para conquistar um regime mais humano e mais justo, utilizando outros caminhos, têm sido em vão. As armas dos dominadores esmagam sempre os anseios populares.<sup>191</sup>

As conclusões obtidas até agora nos respondem em grande parte às questões colocadas, mas devemos prosseguir no problema da definição tática do PC do B, pois poderia se alegar que o texto consultado foi produzido em um período

---

<sup>190</sup> Ibidem.

<sup>191</sup> Ibid.

precoce e pouco definido do longo ciclo de dominação castrense. Neste sentido podemos então analisar o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista* - preparado para VI Conferência do PC do B em julho de 1966<sup>192</sup> - em busca de novas táticas propostas diante da nova situação aberta em 1964.

Um primeiro ponto a observar neste documento é a permanência da dualidade tática presente em *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*, o partido continua a defender a importância do trabalho de massas:

Desenvolver o movimento político de massas tem de ser a preocupação dos verdadeiros patriotas. Sem a participação ativa do povo não se conseguirá modificar a atual situação, o país permanecerá sob a ditadura e continuará a sofrer as conseqüências de uma política de traição nacional. Por maior que seja o descontentamento, se as massas não forem mobilizadas para a luta não se derrotará o grupo que se apoderou do poder.<sup>193</sup>

E continua afirmando a existência de espaços possíveis a este mesmo trabalho:

Concentrando sua atividade contra a ditadura, as massas recorrem a várias formas de luta. Apesar de o regime atrabiliário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembléias sindicais, paralisações parciais de trabalho têm sido usados por estudantes, trabalhadores e donas de casa. O emprego desses meios de luta está relacionado à situação política e às condições concretas de cada lugar. Às vezes há ambiente mais favorável em um Estado do que em outros para desencadear ações populares. As massas podem ir forçando o uso dos direitos democráticos.<sup>194</sup>

Ao mesmo tempo, o partido prosseguia na ideia de que só a luta armada, sob a forma de guerra popular, concretizaria a revolução, utilizando a seu favor os mesmos argumentos do documento anterior:

O golpe de abril visou, entre outras coisas, a sufocar o sentimento em favor da luta armada que se apoderava das massas. Nada conseguiu.

A ditadura, ao tentar destruir pela força o movimento democrático e antiimperialista, contra a sua vontade, pôs em evidência a importância dessa luta. Muitos que antes acreditavam ser possível resolver os problemas fundamentais do país por meios pacíficos convenceram-se de que seria inevitável recorrer às armas para solucionar esses problemas. Boa parte dos que alimentavam ilusões

<sup>192</sup> O PC do B reivindicava a história do PCB, motivo de continuar enumerando os eventos na sequência histórica.

<sup>193</sup> *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. pp. 89-90

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 92.

numa pretensa tradição democrática do Exército, persuadiu-se do caráter reacionário das Forças Armadas.<sup>195</sup>

Como se vê, o golpe e a ditadura militar foram elementos importantes na opção dos grupos de esquerda pela luta armada, a derrota de 1964 contribuiu de forma drástica para a cisão dessas organizações em moderadas e radicais ao desacreditar a proposta de revolução pacífica, enquanto as primeiras, reduzidas praticamente ao PCB, empenharam-se na luta pela redemocratização do país à sombra das forças políticas que ainda podiam se articular de forma legal, as segundas desconfiavam cada vez mais dos meios políticos legais e, direcionavam-se gradativamente para uma ofensiva revolucionária contra a ditadura, através de insurreições de massa ou da luta armada.

Em um primeiro momento, o PC do B beneficiou-se com crise pós-golpe cooptando para suas fileiras membros descontentes de outras siglas, mas o processo de fracionamento e decantação das esquerdas viria abalar posteriormente essa situação. Em 1966, o partido sofreria duas cisões que dariam origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B – AV) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Contribuiria efetivamente para essas cisões a pressão colocada às esquerdas pela adesão imediata a luta armada, agravada pela aparente inação do PC do B nessa direção, já que este trabalho era feito pela Comissão Militar em total sigilo, sendo que nem a totalidade do Comitê Central tinha conhecimento do mesmo.<sup>196</sup> Pressões neste sentido podem ser já percebidas antes mesmo da conferência de 1966, em *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, o partido dá mostras dos descontentamentos em suas fileiras:

Manifestações sectárias têm constituído obstáculo à atividade do partido. Expressam-se na resistência em lutar pelas reivindicações elementares das massas sob a alegação de que se trata de reformismo; no desinteresse pelas questões políticas do movimento, pretextando que elas não têm importância para a revolução; em não aproveitar as contradições entre as classes dominantes, arguindo que isto conduz à perda da independência da classe operária; ***na recusa a atuar nas organizações de massa, com a desculpa de que não existem condições para tal atividade.*** Em geral, os portadores das manifestações sectárias argumentam, falsamente,

<sup>195</sup> Ibid. p. 94.

<sup>196</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 174.

que as ações cotidianas pelas pequenas reivindicações do povo não tem sentido revolucionário.<sup>197</sup>

O trecho destacado tem relevância por nos indicar que talvez as dissidências no interior do PC do B advogassem a luta armada por falta de espaço para ações legais, portanto devemos observar quais as propostas de tais grupos e que argumentos utilizaram para defender a luta armada.

A Ala Vermelha organizou-se em torno de militantes vindos de estágios e treinamentos na China e que estariam em oposição aos rumos e ao texto do partido para VI Conferência, participaram das lutas sociais entre 1967 e 1969 realizando também ações de expropriação de fundos<sup>198</sup>. O documento no qual farão uma crítica mais acabada em relação à estratégia e tática do PC do B,<sup>199</sup> é de dezembro de 1967, intitulado "Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento 'união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", porém, documentos anteriores do grupo que formaria a AV já demonstram alguns elementos dessa crítica:

"...a linha da 'União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' não define com clareza o caráter da revolução brasileira, não defende um governo popular revolucionário nem a destruição do aparelho de estado burguês e sua substituição por um novo estado dirigido pelo proletariado. Tampouco a luta armada como único meio de derrubar a contrarrevolução armada instalada no poder. Defende simplesmente a luta para livrar o país de uma chamada 'ameaça de recolonização' como se o país estivesse simplesmente 'ameaçado' e não em pleno processo de neocolonização. Advoga a conquista de um governo democrático, contentando-se em postular 'transformações progressistas' e a 'convocação de uma constituinte'. Esquecem que é necessário combinar a construção do partido com o desencadeamento da luta armada(...). Renegam do princípio de que *'todo o poder nasce do fuzil'* e que só uma revolução armada pode se opor a uma contrarrevolução armada."<sup>200</sup>

Entre os principais pontos de divergências encontrava-se a não definição da luta armada como único meio de derrubar a ditadura, tal proposição seria explicitamente defendida em "*Crítica ao oportunismo e subjetivismo do*

<sup>197</sup> União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. op. cit. pp. 105-106. (grifo nosso)

<sup>198</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op. cit. p. 149.

<sup>199</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 179.

<sup>200</sup> Apud SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 180.



*documento...*". Em sua argumentação, a AV considerava "o exército burguês transformado em força de ocupação interna" como "principal instrumento de dominação da contra-revolução" e que, portanto "exerce uma repressão preventiva contra qualquer movimento de massa ou armado que assuma ou possa assumir um caráter revolucionário"<sup>201</sup>, daí a defesa da luta armada como principal forma de ação para que as "forças revolucionárias" obtivessem êxito.

Embora estas considerações possam aparentemente indicar que a AV atribuía ao bloqueio institucional a razão para o desencadeamento da luta armada, não cremos que essa conclusão seja válida e, no intuito de entender melhor a questão, devemos observar alguns pontos de "*Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento...*".

Em relação a tática da AV, deve-se primeiro ressaltar a predominância da luta armada em relação a outras formas de luta e, ao mesmo tempo, a mistura entre as formas de Guerra Popular com aspectos do Focismo.<sup>202</sup> Para a AV, a luta armada poderia assumir o caráter de guerra insurrecional ou de guerra popular, sendo a última possível sob diversas circunstâncias: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão no exército inimigo; ou através da formação de um foco revolucionário.

Segundo o documento, a análise da realidade brasileira indicaria a Guerra Popular iniciada pelo foco revolucionário como táticas mais adequadas à situação, porém alguns elementos do texto nos indicam a percepção de espaços legais de atuação política, pelo menos nas cidades:

A luta nas cidades vai desde a utilização de **formas legais** até as ações armadas de guerrilha urbana. Neste processo se desenvolve o movimento de massas e a sua combinação com a luta armada no campo permitirá a desintegração das forças do inimigo.<sup>203</sup> (grifo nosso, in REIS FILHO e SÁ, 2006, p.162)

Para a AV, o trabalho de massas legal ou clandestino não seria impossível, mas limitado pela "repressão preventiva" se este não fosse feito paralelamente e de forma subordinada à luta armada, ou seja, sem o acompanhamento da guerra popular o movimento de massas não poderia se desenvolver e atingir seu auge:

<sup>201</sup> In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. p. 157.

<sup>202</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 234.

<sup>203</sup> In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. p. 162. (grifo nosso)

A ditadura militar neocolonialista não está em decomposição, os comandos do exército estão coesos e o contingente principal da revolução é o campesinato. Além disso, a concentração do poderio militar do inimigo nos grandes centros urbano impede o surgimento de um *auge* do movimento de massas nas cidades.<sup>204</sup>

Mais uma vez, devemos ressaltar que o fato das esquerdas radicais afirmarem que a revolução não pudesse ser alcançada tão somente por ações não armadas, não indica que inexistiam espaços para a ocorrência das mesmas. O programa do Partido Comunista Revolucionário, outra dissidência militarista do PC do B, também revela a possibilidade de ações não armadas, porém ressaltando a sua limitação revolucionária:

...somente através de uma guerra popular e prolongada se solucionará a contradição principal da sociedade brasileira. Isto quer dizer que somente adotando a luta armada como forma principal de luta é que a ditadura será derrubada. Isto não quer dizer que o proletariado e sua vanguarda desprezem outras formas não-principais de luta. Ao contrário, o proletariado e sua vanguarda desenvolvem sua política de massa a partir das formas secundárias de luta, esgotam-se pela sua utilização ao máximo, para depois encaminhar os elementos mais conseqüentes das lutas de massa para sua forma principal de luta: a guerra popular.<sup>205</sup>

Resta-nos ainda entender o impacto do AI-5 e do fechamento ditatorial subsequente nas propostas táticas do PC do B e da Ala Vermelha buscando, como já assinalado anteriormente as inter-relações ocorridas entre um processo e outro.

Em relação ao PC do B, devemos primeiramente notar que mesmo após a expulsão dos descontentes, o partido ainda teria uma falta de coesão em torno das questões táticas e continuaria sofrendo a pressão de setores da militância descontentes com a demora em lançar-se as ações armadas.<sup>206</sup> Embora tentasse responder as críticas e pressões através de vários documentos, o PC do B manteria até janeiro de 1969, sua dualidade tático-estratégica, como afirma Gorender:

Da tática centrada na perspectiva de eleições democrático-burguesas, a Resolução passa, sem mediações, ao pólo oposto da proposta revolucionária via guerra popular prolongada. Estabelecido que o cenário principal da luta armada será o campo, segue-se a recomendação de deslocar o centro de gravidade para as regiões rurais e nelas concentrar o esforço de construção do partido. Recomendação repetida em documentos posteriores. Motivado pela

<sup>204</sup> Ibidem, (grifo nosso).

<sup>205</sup> Apud SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 187.

<sup>206</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 197.

imitação PCCh e inspirado em Mao, o PC do B reduzirá sua atividade nos centros urbanos e se fará ausente nas aglomerações operárias. Diante do recrudescimento das manifestações de massa das grandes cidades em 1968, o PC do B se limitou a sublinhar que tais ações nos centros urbanos não podiam ter maiores consequências, se desacompanhadas de movimentos armados no campo.

O dualismo tático-estratégico, foi rompido pela Resolução do Comitê Central de janeiro de 1969, intitulada Guerra Popular – *Caminho da Luta Armada no Brasil*. Não se fala mais em lutas legais e em saída pela via eleitoral.<sup>207</sup>

Como indica Gorender, o rompimento do dualismo tático-estratégico indica certamente um reflexo do fechamento do regime na trajetória do partido em relação à luta armada, porém tal conjuntura traria outros efeitos nesse sentido, será a partir desse momento que se aceleraram os preparativos da guerrilha por parte de sua direção,<sup>208</sup> preparação esta auxiliada pela intensa perseguição empreendida pelos órgãos de repressão aos militantes do partido, os quais abandonando o movimento estudantil se deslocariam para a região do Araguaia. Tal movimentação pode ser atestada pelo depoimento de Luzia Reis Ribeiro, ex-combatente da guerrilha:

Por ser da direção estudantil passei a ser perseguida. Chegaram a ir na casa dos meus pais em Jequié e ficaram de vigia na porta de nossa casa meses a fio. Meu pai se contactou comigo e disse que tinha elementos estranhos observando, agente federais que vigiavam a saída deles. Aí, tive que contar a eles que era do movimento estudantil, mas não cheguei a dizer que era do Partido Comunista do Brasil. Meu pai era empresário, tinha um curtume, cinco lojas no interior da Bahia. A partir dessas perseguições, comecei a me afastar das minhas atividades. Já não podia ir para a faculdade, pois meus colegas diziam que tinham ido lá me procurar. Não podia mais trabalhar, não podia mais ir na casa dos meus pais. Foi quando o partido propôs que eu conversasse com o companheiro do comitê central chamado Carlos Nicolau Danielli, para ver o que poderia ser feito com relação a minha atividade e a minha própria vida.<sup>209</sup>

O processo de fechamento ditatorial seria usado ainda como reforço à idéia de que as condições objetivas para a revolução estariam prontas, pois como indica a análise do PC do B sobre o AI-5, uma crise econômica insanável teria aumentado os problemas do país e levado a ditadura a um isolamento político, recorrendo então ao ato para se manter no poder. Em relação à situação política que emergia no país após o AI-5, dizia o PC do B:

<sup>207</sup> GORENDER, op. cit. p. 108.

<sup>208</sup> SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 202.

<sup>209</sup> Disponível em: <[http://www.diariosdaditadura.com.br/tcc\\_mat\\_ver.asp?cod\\_col=80](http://www.diariosdaditadura.com.br/tcc_mat_ver.asp?cod_col=80)> Acesso em: 22 nov. 2010.

Germina no país uma nova crise política, ainda mais séria que as anteriores. A ditadura isola-se cada vez mais e está cercada pelo ódio da esmagadora maioria da nação. Personifica o que há de pior e mais retrogrado na sociedade brasileira. As violências que cometem são sinal de fraqueza. Sua base política tornou-se demasiadamente estreita. Não terá forças para impedir explosões populares que serão inevitáveis, tanto nas cidades como no campo. O governo ditatorial é forte na aparência, mas na realidade é um poder precário e bastante débil.<sup>210</sup>

Surpreendentemente o fechamento do regime militar teve um efeito diferenciado os membros da Ala Vermelha, em vez de se aprofundarem no militarismo como o PC do B os integrantes da AV se tornaram pioneiros no processo autocrítico das esquerdas radicais. Embora se mantivesse na visão imediatista da luta armada a Resolução da Ala Vermelha de novembro de 1969 (*16 pontos*) já apontava alguns problemas dela decorrentes.

É interessante notar que enquanto outras organizações viam suas teses serem “confirmadas”, a edição do AI-5, o refluxo dos movimentos de massa e o isolamento dos grupos da esquerda revolucionária levaram a Ala Vermelha a fazer uma crítica de sua atuação política e reorientar a sua estratégia revolucionária, sobretudo no que diz respeito ao foquismo e o seu afastamento das massas.<sup>211</sup> Segundo os *16 Pontos*, o foco não asseguraria de forma alguma o apoio das massas à sua ação, não garantiria a sua integração à luta armada, permanecendo isolado. O foco se constituiria mesmo no “maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto da luta armada no país”.<sup>212</sup>

O fato da AV ter feito as reflexões acima não significa que ele tenha conseguido escapar da dinâmica militarista que tomou conta da esquerda revolucionária brasileira nos anos sessenta. Pelo contrário, mesmo tendo sido pioneiro na crítica a tal tendência, o partido continuou a praticar ações armadas urbanas até ser atingido e aniquilado pela repressão policial.<sup>213</sup> O importante a reter

<sup>210</sup> Apud SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 203

<sup>211</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de doutorado (História). Campinas, IFCH-UNICAMP. 2005. p. 238

<sup>212</sup> Apud SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. op. cit. p. 210.

<sup>213</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. p. 238.

é que essa autocrítica pode ser tomada como um dos exemplos mais claros de que a luta armada não foi um simples reflexo do fechamento ditatorial.

## 7. DA POLOP AOS COLINA

### 7.1 INSURREIÇÃO DE MASSAS E GUERRA DE GUERRILHAS NA TRAJETÓRIA DA POLOP

Em janeiro de 1961 fundava-se na cidade paulista de Jundiaí a *Organização Revolucionária Marxista*, editora do periódico *Política Operária*, daí o surgimento de uma nova sigla - ORM-Polop - no universo das esquerdas brasileiras. Da fundação da nova organização, tomaram parte grupos variados que englobavam, de dissidentes do trabalhismo a egressos da Juventude Socialista do PSB, além de um grupo que reivindicava a herança intelectual de Rosa Luxemburgo.<sup>214</sup> Como amálgama destes grupos estava a crítica a “Nova Política” do PCB e a busca da construção de uma alternativa aos partidos políticos de esquerda atuantes no período.

De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, algumas idéias-força, que teriam longo fôlego na trajetória da Polop, já se faziam presentes na *Convocatória para o 1º Congresso*, documento datado de junho de 1960 e redigido pelo veterano comunista austríaco e futura liderança da Polop, Eric Sachs ou Ernesto Martins.<sup>215</sup>

Já ressaltamos aqui a perspectiva diretamente socialista do caráter da revolução defendido pela Polop, porém, alguns outros pontos devem ser observados nos primeiros documentos da organização. Entre eles, podemos destacar a defesa da formação de um partido da classe operária *independente* e *oposto* aos partidos burgueses, pois de acordo com a *Convocatória*, o PCB teria falhado “na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro,” o PSB nunca tivera essa preocupação e o PTB não passaria de uma “agência da burguesia no meio dos trabalhadores”. Para Ernesto Martins, o surgimento de tal partido se daria da seguinte maneira:

O surgimento de um partido do proletariado brasileiro será um acontecimento de alcance tão profundo, que mudará não só o panorama político do país como toda a sua história futura. Tal

<sup>214</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. (As esquerdas no Brasil; vol. 3). p. 56.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 56.

acontecimento não se dará por um ato meramente formal, que não tenha outra base do que a vontade subjetiva de revolucionários. Um partido é um organismo vivo, com problemas mais complexos. Ele consiste não somente de nome, estatutos e de um programa adotado. Ele existe na medida em que disponha de órgãos de base, que levem a luta para adiante, e essas bases são compostas de quadros. E já que pretendemos romper com a tradição de um partido burocrático, constituído de cima para baixo, dividido numa direção que pensa (ou recebe ordens de fora) e uma base que executa, devemos colocar a premissa da existência de um mínimo de quadros com experiência revolucionária, para que o novo partido possa funcionar democraticamente e para que a base possa de fato determinar a "linha". Pressupõe isso ainda que esses quadros falem uma linguagem comum, que encarem os fenômenos da luta de classes sob um ângulo comum e que tenham pelo menos tanto em comum, para que uma minoria possa se submeter à decisão da maioria, sem que isso se choque com as suas concepções revolucionárias de princípio.<sup>216</sup>

Provavelmente guiado pela consciência da predominância de elementos provenientes de meios intelectuais na organização, o documento citado ainda revela a preocupação dos polopistas em formar um partido com membros majoritariamente operários e a necessidade da vinculação partidária com o movimento dos trabalhadores:

No Brasil de hoje, (...) não é mais possível levar a sério um "partido operário", composto principalmente por elementos da pequena-burguesia. Mas quando falamos da necessidade da presença do proletariado no partido, não nos referimos a simples adesões na periferia da organização, mas sim à criação de quadros políticos da classe operária. Num organismo democrático, esses dirigentes operários farão sentir a sua presença ao lado dos intelectuais e estudantes revolucionários, sendo indispensável a sua colaboração ativa na elaboração tática da luta; e num organismo que se intitula de "partido" esses quadros políticos operários terão de estar na maioria. Um partido desse gênero requer uma base material para a sua existência. Requer que os grupos de revolucionários se liguem ao movimento operário existente e que este movimento amadureça o bastante para fornecer os necessários quadros políticos a um partido.

Uma segunda idéia-força presente na *Convocatória*, também seria a defesa de uma classe operária *independente*, organizada em torno dos próprios interesses e livre das tutelas do Estado e de alianças com a burguesia, pois o proletariado brasileiro se encontraria em “pleno processo de formação como classe política” e

---

<sup>216</sup> SACHS, Erich. Convocatória para o primeiro congresso da Polop. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100\\_Convocatoria%20do%20Primeiro%20Congresso.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100_Convocatoria%20do%20Primeiro%20Congresso.pdf)> Acesso em: 04 jan. 2010

seu “atraso” se devia em parte a “causas objetivas”, como “a sua juventude, o contínuo afluxo de elementos do campo”, e em parte a “causas subjetivas” como “a renúncia dos partidos tradicionais (...) em despertar a sua consciência de classe e em dar-lhe uma educação socialista”. Por trás destas ideias estariam as concepções marxistas de “classe em si” e “classe para si”, sendo que esta seria “a classe política, que revela consciência de seu papel social e que apresenta reivindicações e objetivos próprios”, e a outra existiria somente como “fator econômico e social”, mas não teria despertado ainda “para um papel político independente”.

Diante destas considerações, o documento citado propõe como uma das tarefas principais da nova organização:

Procurar influir, em cada momento da luta e com os meios que temos à disposição, sobre o desenrolar das lutas de classes no país. No presente momento isso significa que temos de encontrar meios de propagar as nossas opiniões sobre os setores mais avançados e de maior importância do proletariado. E temos de fazer isso, independentemente do fato deles já aceitarem ou ainda rejeitarem as conclusões do marxismo revolucionário. O que importa é que eles tomem conhecimento e que se lembrem delas em todas as crises, que virão.<sup>217</sup>

Tais proposições revelam a centralidade da ação política no meio operário, contida nas propostas da Polop, esta ideia se perpetuará na trajetória política da organização. Como exemplo dessa centralidade, podemos citar trecho do jornal *Política Operária* de janeiro de 1962:

Uma renovação da esquerda no país só poderá se dar quando for apoiada, conscientemente, na classe operária. Num país como o Brasil, com três milhões de operários industriais, nenhum movimento de esquerda poderá viver e crescer à margem da classe operária. É esta que fornece o campo de ação e os objetivos de luta a milhares de jovens do movimento estudantil que hoje procuram imprimir novos rumos à política nacional. É ela capaz de agrupar em torno de si os milhões de camponeses que despertam para a vida política, e dar consciência à sua luta. É igualmente o movimento operário o único capaz de mobilizar as camadas mais radicais da pequena burguesia, como as desorientadas massas de eleitores de Quadros, abandonadas pelo seu Presidente.<sup>218</sup>

No conturbado período entre a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e a queda de João Goulart, em abril de 1964, a Polop se dedicou à divulgação das ideias aqui expostas e destacou a inviabilidade das reformas de base fora de um

---

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> Ibid.



contexto revolucionário, denunciou as políticas do PCB e PTB como reformistas e conciliadoras, prevendo para elas derrotas inevitáveis, em seu lugar propôs uma Frente Revolucionária de Esquerda e uma Frente Única dos Trabalhadores da Cidade do Campo.<sup>219</sup>

A ORM-Polop realizou três congressos antes do golpe militar e conseguiu efetuar um trabalho considerável na divulgação de ideias, porém acabou limitada à atuação nos meios intelectuais sem conseguir penetração nos movimentos de massa.<sup>220</sup> Segundo Jacob Gorender, a incapacidade da Polop em elaborar uma alternativa tática viável aos partidos que criticava resultava dos seguintes problemas:

Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, afinal de contas reiterando o obreirismo trotskista.

A luta democrática pela reforma agrária era condenada porque do seu triunfo teria origem inevitável um campesinato conservador e anti-socialista. A luta pelo socialismo também se desvinculava da luta nacional antiimperialista, cuja inspiração se atribuía a burguesia. Segundo os teóricos da Polop, as diferenças nacionais entre os países integrados no sistema capitalista mundial se tornavam secundárias diante do amadurecimento geral do sistema para a transição direta ao socialismo. Quanto mais se expandia a influência do PCB entre as massas, mais este amálgama de idéias trotskistas e luxemburguesas parecia valorizar-se para os polopistas, apesar da insignificante repercussão na ação concreta. Ernesto Martins reconheceu o isolamento da Polop e justificou pela intoxicação reformista do movimento operário. Estranha justificativa: a culpa não era do doutrinário impotente, mas do PCB e das massas que aceitavam seu engodo.<sup>221</sup>

Com a derrota das esquerdas em 1964, a Polop, que havia “semeado” idéias, imaginou ter chegado o tempo de “colheita”. Voltou-se para os membros inquietos dos partidos comunistas e militantes de organizações nacionalistas revolucionárias como o MNR, continuando desta forma o trabalho de agitação no seio das esquerdas.<sup>222</sup> Mas como a Polop se posicionaria diante da derrota de 1964 e da nova situação que emergiu após o golpe? De que maneira a organização

<sup>219</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). op. cit. pp. 57-58.

<sup>220</sup> GORENDER, op. cit. p. 36.

<sup>221</sup> Ibidem, p.36.

<sup>222</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). op. cit. pp. 58-59.

incorporaria os debates provocados pelo descrédito do caminho pacífico e pelas propostas de luta armada colocadas na ordem do dia?

No documento *Teses de Tiradentes*, de abril de 1966, a Polop entendia que o fracasso de 1964 foi possibilitado pela “ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena-burguesia” no intuito de oferecer resistência ao golpe, tal fato teria ocorrido devido ao:

...populismo reinante no movimento das massas trabalhadoras, que diluiu as fronteiras de uma política de classe mediante a penetração das concepções e ilusões pequeno-burguesas no proletariado, permitiu que este ficasse a reboque de uma das facções da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando a proteção da sociedade burguesa-latifundiária às Forças Armadas e escolhendo o acerto com o imperialismo norte-americano.<sup>223</sup>

A culpa da derrocada recairia assim na “prolongada política reformista e revisionista das esquerdas” presente nos movimentos sociais antes do golpe. A partir desta premissa a Polop continuaria afirmando a necessidade de formação de uma classe operária independente, tarefa fundamental “de qualquer movimento revolucionário consequente no país”. O proletariado era visto como força hegemônica de uma aliança revolucionária de classes desde que se libertasse das “tradições nacional-reformistas” e, sob bandeira própria, se lançasse “conscientemente no caminho da luta de classes”.

Seguindo o mesmo documento, percebemos o reconhecimento da Polop de que, na nova situação política criada a partir do golpe, “todas as condições objetivas para uma conscientização da classe operária” estariam dadas. Fazia-se necessário, no entanto, “a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários”, que definiriam para o proletariado os seus interesses, despertassem a sua “solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força”. Essas tarefas só poderiam ser preenchidas pelas “vanguardas marxista-leninistas existentes”, e que, no decorrer da luta, se transformassem em “partido revolucionário da classe operária”.

Embora as “Teses de Tiradentes” contenham muitas das ideias-força já expostas aqui, é possível perceber um elemento ausente no período pré-golpe: a

---

<sup>223</sup> Teses de Tiradentes. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100\\_Teses%20de%20Tiradentes.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100_Teses%20de%20Tiradentes.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2011.

aceitação por parte da Polop da guerra de guerrilhas como catalisadora da luta revolucionária. Como expressa o documento:

Não devemos perder de vista que a luta pela Esquerda Revolucionária e pelo próprio Partido Operário, que atualmente ainda é travada sob a forma de luta ideológica, principalmente, não abrange mais do que uma parcela da Esquerda e atinge uma parte menor ainda do nosso proletariado. Para despertar a classe para a ação revolucionária é necessário mais. É preciso o exemplo da luta aberta contra a ditadura e o regime. Uma das formas de ação que se impõe no nosso país e que, conforme as circunstâncias, pode se tornar a predominante, é a luta de guerrilha. **Depois do golpe militar e o esgotamento das possibilidades de atuação política legal, por parte do proletariado e de seus aliados no campo, a guerrilha, quando enquadrada numa estratégia geral de luta revolucionária, tornar-se-á o catalisador da classe operária e o instrumento prático da aliança operário-camponesa no país.**<sup>224</sup>

O trecho destacado demonstra não só a aparente adesão da Polop a proposta da Guerra de Guerrilhas, como também a utilização, como argumento favorável a esta tática, da ideia de esgotamento das possibilidades de atuação política legal. Seria então, a falta de espaços de atuação legal imposta pela ditadura, o elemento motivador da adesão da Polop a um projeto guerrilheiro?

Para melhor analisarmos a questão, devemos nos ater ao desenvolvimento da proposta de luta armada da Polop presente também em outros documentos. Na verdade, a ideia de luta armada já se fazia presente nos escritos polopistas antes mesmo do golpe. Isto é o que nos diz Jacob Gorenader em *Combate nas Trevas*:

No livro *O caminho da revolução brasileira*, escrito no final de 1962, o dirigente polopista Moniz Bandeira afirmou que o dever das vanguardas era o de preparar as massas, para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. No seu contexto teórico e em termos práticos, naquela conjuntura, a palavra de ordem só podia ganhar a forma concreta de derrubada do Governo Goulart. Exatamente neste sentido já se orientavam os golpistas de direita.<sup>225</sup>

Jean Rodrigues Sales em sua tese de doutorado também aponta a ideia de insurreição de massas presente no início da Polop:

...os jovens intelectuais da POLOP partiam de uma análise segundo a qual o capitalismo estava plenamente desenvolvido no país e a luta contra os elementos pré-capitalistas da sociedade, como a estrutura agrária, “contra o imperialismo e pela implantação da democracia não poderiam se dar nos marcos de um capitalismo democrático, tal como o PCB e o ISEB defendiam”. Nesse caminho, a revolução

<sup>224</sup> Ibidem, (grifo nosso).

<sup>225</sup> GORENDER, op. cit. p. 50.

socialista aparecia como necessidade inadiável para resolução do problema da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária, por sua vez, retomava claramente o modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo.<sup>226</sup>

Embora possamos visualizar até aqui uma proposta de ação armada via insurreição de massas, no período anterior ao golpe, a Polop ainda não vê a guerra de guerrilhas e o exemplo da luta armada cubana como caminho viável para países como o Brasil. A organização apresentará a importância cubana para as lutas no Brasil em termos amplos, ou seja, a tônica da relação estabelecida com as idéias cubanas estaria no apoio ao projeto revolucionário cubano em seus aspectos mais amplos de luta contra o imperialismo.<sup>227</sup>

Com o golpe de 1964, a Polop modifica sua atenção ao foquismo e a guerrilha, tomando estes como caminhos necessários na luta pelo socialismo nas condições impostas pela ditadura militar. A partir daí, tentou-se mesclar duas táticas revolucionárias distintas: a insurreição de massa e o foco guerrilheiro.<sup>228</sup>

Esta colagem de propostas já aparece claramente no denominado *Manifesto Programa* de abril de 1965. Neste documento, a Polop define como seu objetivo de luta “a derrubada da ditadura e sua substituição por uma democracia revolucionária exercida pelas classes trabalhadoras”, para isto, seria necessária a utilização do “mesmo método de que se serviram as classes dominantes: a violência”. E “por se travar contra militares”, a luta contra a ditadura seria, antes de tudo, uma luta armada, sendo que esta seria conduzida como insurreição:

Através de seu aparelho policial-militar, as classes dominantes levam o país à guerra civil. Ao proletariado e as massas exploradas compete responder a altura travando a luta até as últimas conseqüências. Nem compromisso nem submissão. O que lhes cabe é engajar-se na luta insurrecional, que fará saltar pelos ares a estrutura de dominação e privilégios que os esmaga e criará o instrumento capaz de efetivar suas reivindicações. Este instrumento será um governo revolucionário, nascido da insurreição e sustentado pela força armada dos trabalhadores da cidade e do campo, dos marinheiros, sargentos e soldados: o Governo Revolucionário dos Trabalhadores.<sup>229</sup>

<sup>226</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. op. cit. pp. 181-182.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>228</sup> Cf. Ibid., pp. 179-186

<sup>229</sup> Manifesto-Programa. Disponível em:

<[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100\\_Manifesto%20Programa.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/100_Manifesto%20Programa.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2011.

Ao mesmo tempo, o documento colocava a guerra de guerrilhas como centelha e elemento fundamental da ação revolucionária:

A luta de guerrilhas, que se inicia com as reduzidas forças de uma vanguarda combatente e que se fortalece enquanto se identifica com as reivindicações da massa e enfraquece o poder militar das classes dominantes, é o método revolucionário capaz de iniciar a destruição do poder político consagrado em abril. Como polarizador e como centelha da revolução, a guerrilha só se compreende, pois, dentro de um trabalho político de massa, mostrando-se como consequência e solução natural deste. Por isso, a guerrilha tem que aparecer aos olhos da massa como a frente avançada da guerra de classes, como o braço armado das classes trabalhadoras. Em outras palavras, a luta armada será sempre um aspecto da luta política; mas no Brasil de hoje a luta política não terá sentido, para os trabalhadores, se não conduzir à luta armada.<sup>230</sup>

Notamos no *Manifesto Programa* que a Polop já se decidira neste documento, por uma proposta de luta armada pelo socialismo e contra a ditadura. O que interessa particularmente a nossas reflexões é fato de existir neste documento, ao contrário das *Teses de Tiradentes*, uma série de alusões ao trabalho político legal e o consequente reconhecimento de espaços de atuação não-armada apesar das limitações da ditadura militar:

É porque visa à constituição de tal governo que a luta dos trabalhadores contra a ditadura militar é uma luta revolucionária e uma luta de classe. Não contem, assim, no quadro da ação legal, quadro que as classes dominantes tornaram por demais estreito depois de abril. **É certo que a luta contra a ditadura não pode desprezar as oportunidades que se apresentam para exercer-se à luz do dia: nas agitações eleitorais e nas greves, no movimento sindical e estudantil, as posições revolucionárias têm de estar presentes, disputando palmo a palmo o terreno à reação.** Mas nas condições em que se trava a luta, a capacidade de resistir, enfrentar e derrotar a ditadura requer da massa outros meios de ação que a capacitem a responder a repressão policial-militar. A organização dos comitês de empresa e das ligas camponesas, a organização clandestina de estudantes e os comandos de sargentos, marinheiros e soldados, são os instrumentos capazes de levar o movimento de massa a uma luta revolucionária. E, na medida em que protege o trabalho e lhe dá continuidade, é essa organização clandestina que garante a sustentação dos próprios organismos legais da massa. Elas serão a base em que se apoiará prioritariamente a vanguarda proletária, no momento da insurreição, para constituir e sustentar o seu governo revolucionário.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> Ibid., (grifo nosso).

A partir deste documento, podemos observar que a Polop adotou a guerra de guerrilhas como tática utilizando primeiramente o argumento de limitação e não a impossibilidade, imposta pela ditadura militar, das formas de atuação legal e/ou não-armadas. Ao contrário das *Teses de Tiradentes*, o *Manifesto Programa* aponta a viabilidade do trabalho legal de massas, porém destaca a sua limitação e insuficiência, em um processo revolucionário, se desvinculado da preparação e desencadeamento da luta armada:

O trabalho de massa legal e clandestino não esgota, entretanto as tarefas colocadas pela insurreição. Elas se concentram, sobretudo, neste momento, na ação conspirativa, de preparação e efetivação da luta armada. Uma insurreição não se provoca apenas pela agitação e propaganda, por maior que seja o papel que estas desempenham: ela exige fatos. Preparar e conduzir a luta armada, na cidade e no campo, e vinculá-la estreitamente a luta diária das massas - esta é a tarefa básica que a luta de classe coloca, hoje, à vanguarda proletária. **É que a luta de massa, nos nossos dias, só tem condições de sucesso na medida em que se armar para por abaixo o aparelho de repressão feito para sufocá-la.** A luta de guerrilhas, que se inicia com as reduzidas forças de uma vanguarda combatente e que se fortalece enquanto se identifica com as reivindicações da massa e enfraquece o poder militar das classes dominantes, é o método revolucionário capaz de iniciar a destruição do poder político consagrado em abril.<sup>232</sup> (grifo nosso)

É interessante notar que a ideia de possibilidade de ações legais, dentro do quadro ditatorial, volta a aparecer em um texto de Ernesto Martins escrito em resposta as considerações de um militante denominado Fernando Machado. Neste documento de maio de 1967, Martins responde a acusação de que a Organização “nem sequer pensa em dar forma conseqüente à luta política legal”, da seguinte maneira:

Temos de confessar que inicialmente estranhamos. A afirmação é tão descabida que qualquer operário da Organização que entra num sindicato, qualquer estudante atuante no movimento estudantil, qualquer militante atuante em organismo de massa poderia desmenti-la na hora, por experiência própria. **O que há, e tem de haver, é a discussão, em cada caso concreto, de como ligar as atividades legais com as ilegais e vice-versa. A necessidade das duas formas de ação combinada, nunca foi questionada na Organização.**<sup>233</sup>

<sup>232</sup> Ibid., (grifo nosso)

<sup>233</sup> MARTINS, Ernesto. Mais uma vez a pequena burguesia. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101\\_Mais%20uma%20vez%20a%20pequena%20burguesia.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/101_Mais%20uma%20vez%20a%20pequena%20burguesia.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2010. (grifo nosso).

Em setembro de 1967, a Polop realizou seu IV Congresso, no qual foi apresentado e aprovado o documento *Programa socialista para o Brasil*, em que se sistematizaram formulações anteriores e posteriores a 1964. O documento praticamente não se refere a viabilidade ou inviabilidade de ações políticas legais, a única alusão a respeito parece sugerir timidamente a possibilidade destas ocorrerem:

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve uma resistência contra a exploração capitalista, há disposição para a luta, mas é o partido quem dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista. (...) Caberá ao partido coordenar **todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas**, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária.<sup>234</sup>

Malgrado a aparente contradição, exposta nos documentos polopistas em relação à existência de espaços de atuação legal sob a primeira fase da ditadura militar, podemos afirmar com segurança que a Polop reconheceu a existência de espaços de atuação política legal em determinados momentos da ditadura militar, e esse reconhecimento esteve pressuposto em alguns de seus documentos que também preconizavam a luta armada como tática do processo revolucionário.

Penso que a partir destas constatações seria exagerado concluir que o projeto de luta armada da Polop, sob forma de guerra de guerrilhas, tenha se originado da ausência de espaços de atuação política legal. Mais uma vez, o que encontramos aqui foi argumentação de que a repressão política da ditadura militar *limitava* a ação política legal no processo revolucionário, daí a necessidade da preparação e desencadeamento da luta armada para a finalização deste processo. No entanto também devemos concluir que o advento da ditadura militar influenciou nas propostas polopistas de luta armada, pois foi neste período que ocorreu a adição de concepções foquistas aos programas da Polop.

---

<sup>234</sup> Programa socialista para o Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. p.144. (grifo nosso)

## 7.2 OS COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E A LUTA ARMADA

O processo de fragmentação das esquerdas que afetou o PCB e o PC do B também atingiu a POLOP que, num primeiro momento, pareceu ilesa e até mesmo favorecida pelo fenômeno, sobretudo pela influência que suas propostas exerceram sobre algumas dissidências do PCB. No entanto, somente a Dissidência do Rio Grande do Sul e um pequeno núcleo da Dissidência Secundarista da Guanabara se aglutinariam com os integrantes da Polop, dando origem em 1968 ao POC (Partido Operário Comunista).

No interior da Polop começaram a aparecer questionamentos que levaram às cisões, situadas principalmente em Minas Gerais e São Paulo. Enquanto se processavam as elaborações teóricas que aqui abordamos em parte, estudantes e intelectuais polopistas aderiam decididamente ao foquismo e reformularam suas posições no espírito das concepções cubanas. No terreno prático, estreitaram as suas relações com ex-militares ligados ao “brizolismo”. O processo se desenvolveu de maneira independente em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, e em setembro de 1967, quando realizou seu IV Congresso, a Polop já se encontrava às bordas de um racha de alto a baixo.<sup>235</sup>

As dissidências polopistas acusavam, principalmente, a direção da organização, de burocratismo, inércia, obreirismo, de desvios teoricistas, e de ser incapaz de implementar suas propostas na prática.<sup>236</sup> Todas estas críticas se reforçavam no fato de que o único feito prático, no sentido da luta armada, em que a Polop se empenhara depois da vitória da ditadura, não passara de uma conspiração efetuada com graduados das forças armadas.<sup>237</sup> Articulava-se, nesta conspiração, a criação de um foco guerrilheiro a eclodir numa região de Minas Gerais, porém, o movimento foi desbaratado por agentes do CENIMAR infiltrados entre os participantes. Ocorrida em apartamentos de Copacabana, a conspiração acabou batizada com o nome de “Foco de Copacabana”, o episódio provocaria ainda uma

---

<sup>235</sup> Cf. GORENDER, op. cit. p. 128.

<sup>236</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – Polop (1961-1986). op. cit. p. 60.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 60.



crise interna e acentuaria a “exigência da definição de caminhos para a ação concreta”.<sup>238</sup>

Desde 1966, as dissidências paulistas do Polop estabeleciam contatos com ex-militares liderados por Onofre Pinto, antigo militante do MNR. Com o tempo estes contatos viriam a dar origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que também receberia adesões de militantes do movimento operário e estudantil de Osasco além de grupos egressos do PCB.<sup>239</sup> A VPR, assim como a ALN, iniciou-se prontamente em ações armadas, entre as primeiras, que viriam a ter grande repercussão, podemos citar:

Em 1968, os militantes da VPR participariam das lutas estudantis e da greve operária de Osasco. Ao mesmo tempo desencadeariam ações de repercussão: ataques a bomba ao serviço de informações e propaganda dos Estados Unidos em São Paulo (Usis) e ao Quartel General do II Exército, em São Paulo, justicamento do major estadunidense Charles Chandler (com a ALN), captura de fuzis e armas no Hospital de Cambuci e no quartel do Exército em São Caetano do Sul.<sup>240</sup>

Processo semelhante ao ocorrido em São Paulo viria a acontecer em Minas Gerais, onde dissidentes do Polop e ex-militares formariam um agrupamento denominado inicialmente “Organização” ou simplesmente O. Em 1968 tomará o nome de Comandos de Libertação Nacional (COLINA), que no início serviu apenas para efeitos propagandísticos, e que, mais tarde, acabou impondo-se e identificando a organização.<sup>241</sup>

Em 1968, os COLINA começaram a se envolver em ações armadas como assaltos a agências bancárias e capturas de armas, além disso, participam da realização de ações de “propaganda armada” e, a exemplo da VPR, também cometeram neste ano um “justicamento”:

O ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves obteve a informação de que o capitão boliviano Gary Prado fazia o curso da Escola de Estado-Maior do Exército brasileiro, no Rio. Gary Prado ganhou citações na imprensa internacional por ter sido o oficial que aprisionou Che Guevara, ferido e incapaz de reação. Também recaíam sobre ele acusações de cumplicidade no assassinato do herói argentino-cubano. O justicamento do oficial boliviano desafrentaria o movimento revolucionário de toda a América Latina.

<sup>238</sup> GORENDER, op. cit. p. 127.

<sup>239</sup> Ibidem, pp. 131-132.

<sup>240</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. p. 283.

<sup>241</sup> Ibidem, p. 171.

No começo da noite de 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Colon (ex-sargento da Polícia Militar da Guanabara) e mais um terceiro integrante do grupo de fogo dirigiram-se, num fusca cor gelo, à rua Engenheiro Duarte, na Gávea. Ali interceptaram o oficial, abateram-no com dez tiros e levaram sua pasta. Ao abri-la, surpresa esmagadora: o oficial justicado não era Gary Prado, mas Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen, major do Exército da Alemanha Ocidental. O COLINA não podia assumir o terrível engano e silenciou. O episódio permaneceu misterioso, mas hoje não há razão para deixar de esclarecê-lo. Ao erro do militante responsável pela identificação deveu Gary Prado sua sobrevivência.<sup>242</sup>

Além destas ações armadas, os Colinas também estiveram envolvidos com “trabalhos de massa”. Em Belo Horizonte a organização chegou a disputar a hegemonia do movimento estudantil com a AP, e também mantiveram uma atuação política durante as greves operárias de Contagem, ocorridas em abril de 1968.<sup>243</sup> A descrição deste fato, contida em *Combate nas Trevas*, é bastante elucidativa:

Nas eleições de 1968 para o Sindicato dos Metalúrgicos, o Ministério do Trabalho vetou o presidente eleito, Ênio Seabra, mas as organizações conservaram o controle do sindicato. AP, Corrente Revolucionária e COLINA uniram esforços e multiplicaram a agitação dentro das fábricas, editaram pequenos jornais e panfletos e criaram “grupos de cinco”, que mesmo precariamente conseguem certa penetração. Com habilidade, as organizações de esquerda utilizaram os recursos organizativos do Sindicato dos Metalúrgicos, sempre evitando expô-lo em atos ostensivos que pudessem dar pretexto à intervenção do Ministério do Trabalho.<sup>244</sup>

Esta citação de Gorender nos faz notar algo interessante: embora as greves operárias de Contagem fossem declaradas ilegais, as organizações de esquerda radical, como os COLINA, souberam se movimentar e utilizar elementos contidos nos marcos legais da ditadura para efetuarem ações políticas. Fizeram isto quando prepararam e dirigiram as greves utilizando o próprio aparelho sindical e ocultaram, deliberadamente, sua atuação neste meio com “o propósito de evitar pretextos para a intervenção ministerialista nos sindicatos”.<sup>245</sup>

Podemos notar até agora que os COLINA estiveram ligados à ações armadas e não-armadas, contudo, as relações e considerações sobre estas duas formas de atuação política também estiveram presentes nos textos produzidos pela

<sup>242</sup> GORENDER, op. cit. p. 130.

<sup>243</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op. cit. p. 172.

<sup>244</sup> GORENDER, op. cit. p. 143.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 145.

organização. O documento básico da organização foi redigido para uma conferência em abril de 1968, e pode nos fornecer importantes elementos para a compreensão destas questões e também das relações entre a ditadura militar e a opção pela luta armada deste grupo.

Em *Concepção da luta revolucionária*, a defesa da luta armada imediata é explícita e criticam-se, abertamente, aqueles que defendiam a necessidade de “radicalizar” o movimento de massa até se chegar ao caminho armado ou ainda os que afirmavam que falar em lutar armada imediata seria se aventurar e se isolar das massas, pois para os COLINA:

Hoje no Brasil estão maduras as condições para o desencadeamento da luta armada. Isto porque – ao contrário dos espontaneístas – acreditamos que a luta armada não se acha na ordem do dia apenas na etapa da tomada do poder. Ao contrário, esta etapa final é o coroamento, é a ruptura provocada pela acumulação de forças pelo proletariado e demais classes exploradas durante todo o processo da luta revolucionária.<sup>246</sup>

Nas condições políticas e sociais brasileiras, a luta armada deveria ser no campo (o “elo fraco da cadeia”) e deveria assumir a “forma de foco guerrilheiro como força móvel estratégica, embrião do exército popular e vanguarda política” (p.183). Esta vanguarda seria o “pequeno motor dirigente” do processo revolucionário, impulsionando todo o movimento de massa para a construção de um poder alternativo “que sustentará o governo popular revolucionário”.<sup>247</sup>

No mesmo documento, podemos também encontrar a defesa da luta armada apoiada no argumento das “condições” impostas pela ditadura militar:

A ditadura militar implantada em 1964, pelo seu significado histórico, implica em que a luta armada é a única forma consequente de dar continuidade à luta política do povo brasileiro, no nível que ela atingiu hoje no Brasil. Não porque chegamos à etapa final da luta e devemos partir, agora para a insurreição – golpe final ao poder destruído, a fim de instalar um novo poder, que ainda não existe. E sim porque devemos construí-lo. A etapa que a luta atingiu, ao mesmo tempo que o exige, indica o único método capaz de criá-lo, pois extravasa os limites da política burguesa e coloca a necessidade de uma organização independente, fora dos marcos do regime. Ora, o nível de luta permitido pela ditadura (insistimos em que a ditadura, pela sua significação histórica concreta, tende a adquirir um caráter permanente) está muito aquém disso. **Isto não quer dizer que as**

---

<sup>246</sup> *Concepção da luta revolucionária*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. op.. cit. p. 175.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 192

**formas legais de luta não devam ser utilizadas, mas que assumem, agora, o aspecto secundário.**<sup>248</sup>

Esta citação por si só seria suficiente para demonstrar que, de forma similar as outras organizações estudadas, os COLINA não se decidiram pela luta armada sob o argumento da falta de espaços legais, e sim pela limitação destes espaços para o processo revolucionário, porém este documento também se destaca pela afirmação explícita da existência de condições para atuação política legal nos marcos do regime, e chega mesmo a apontá-las como entraves ao projeto guerrilheiro:

Um foco guerrilheiro não pode surgir em qualquer ocasião. O mais importante – como tentamos demonstrar – é que ele tenha oportunidade de inserir em uma contradição determinada, ser a expressão de uma reivindicação social na região que vai atingir fisicamente. Todavia, além disso, para ter a oportunidade de se converter mais rapidamente em um processo nacional, deve surgir numa situação política propícia. No Brasil, após o golpe de 1964 e pela crise que ela expressa, estão formadas, há quatro anos, as precondições (naquela ocasião estavam formadas as próprias condições) desta situação política. A promulgação dos Atos Institucionais, as eleições indiretas para a presidência, a última crise estudantil, poderiam constituir essas condições.

**O governo não foi eleito pelo “sufrágio universal”, governa segundo uma constituição que garante alguns direitos individuais; há alguns sindicatos sem intervenção direta; o movimento estudantil tem suas organizações de base na legalidade; há uma imprensa que faz certa oposição; existem partidos políticos, Congresso e Assembléias legislativas em funcionamento. É claro que tudo isto desmoralizado perante o povo (sic). Mas, contudo, todo esse funcionamento “normal” das instituições foram condições desfavoráveis ao surgimento da guerrilha.**<sup>249</sup>

De forma similar a análise de outras organizações, podemos observar que no documento base dos COLINA, a ditadura militar aparece como fator de descrédito para com as formas legais de atuação política. A ditadura também é vista como elemento que fornece condições favoráveis ao desencadeamento da luta armada por sugerir a inviabilidade do processo revolucionário por vias legais, contudo, repete-se aqui a mesma constatação de que o documento não coloca a adesão da luta armada como consequência da impossibilidade deste tipo de atuação.

<sup>248</sup> Ibid., p. 182 (grifo nosso).

<sup>249</sup> Ibid., pp. 198-199. (grifo nosso)

## 8. CONCLUSÃO

No princípio deste trabalho colocamos a questão da relação entre o fechamento ditatorial e a opção por parte das esquerdas brasileiras pelo desencadeamento da luta armada como forma de transformação da realidade política e social do Brasil. Embora as análises acerca da ditadura militar e das organizações que protagonizaram ações armadas nesse período, tenham notado o problema aqui colocado, poucas têm se debruçado especificamente sobre a questão.

Nota-se ainda uma discrepância entre a produção acadêmica que abordou o tema que, aliás, se encontra bem adiantada, e as obras destinadas a um público maior, como é o caso dos livros didáticos para a educação básica. Estas últimas têm reproduzido o que chamei de explicações reflexivas, ou seja, trata-se de encarar a opção pela luta armada como simples reflexo ou consequência do fechamento dos canais legais de oposição política pela consolidação do regime militar. Um dos objetivos desta pesquisa foi exatamente o de ter tentado refutar documentalmente tais explicações reflexivas, e propor, por outro lado, uma visão que permitisse perceber a complexidade dos processos em questão.

Na tentativa de concretizar estes objetivos, procurou-se primeiramente retomar e enfatizar a divisão do período de dominação castrense em algumas fases principais, particularmente as duas primeiras, que aqui nos interessavam. Essa divisão mostrou-se importante por demonstrar a mutabilidade e as diferenças do regime militar nas duas décadas de sua existência, e também como elemento chave nas avaliações sobre a atuação da oposição política durante a ditadura.

Em relação à luta armada, que aqui mais nos interessa, foi importante demonstrar que o recurso às armas para fazer a revolução já fazia parte do ideário de certos grupos de esquerda na conjuntura de 1961-1964, o projeto guerrilheiro esboçado por setores das Ligas Camponesas foi o exemplo mais claro do desenvolvimento de propostas de luta armada inspirados pela Revolução Cubana antes de 1964; ele permitiu demonstrar a possibilidade da ocorrência de propostas guerrilheiras mesmo sob um regime formalmente democrático.

No entanto, este mesmo exemplo permite-nos enxergar a importante relação entre a conjuntura política do período e o desenvolvimento de propostas revolucionárias. O fracasso da experiência das Ligas e a atuação pouco efetiva da POLOP e PC do B no terreno armado, demonstram que a intensa mobilização social em torno das reformas de base favoreceu a hegemonia do PCB e de sua proposta de revolução pacífica. Sob determinado ângulo, parecia acertado o conteúdo programático pecebista em relação à realidade brasileira.

Com o golpe de 1964 e o advento da ditadura militar, o projeto de revolução dentro da ordem institucional se tornou intensamente contestado. O aparecimento de novos grupos que efetivamente pegaram em armas após 1964 deu margem à interpretação de que a falta de espaços legais de atuação política, especialmente após o AI-5, teria levado ao aparecimento da luta armada no Brasil. Na verdade, as principais organizações guerrilheiras apareceram já no período entre 1964 e 1968, quando a ditadura militar apresentava ainda um comportamento cíclico, em que se alternavam momentos de intensificação repressiva e outros de “liberalização”. A manutenção de resquícios liberais democráticos e as autolimitações do poder arbitrário com o intuito de manter uma fachada democrática, permitiram a abertura de brechas para articulação oposicionista, cujo ápice se apresentou no primeiro semestre de 1968.

A análise dos documentos produzidos pela esquerda radical no período em questão, também demonstrou a existência de possíveis espaços de atuação legal, mesmo sob o autoritarismo do regime militar. Deve-se ainda destacar a escassez de documentos, entre os produzidos entre 1964 e 1968, que justificam a luta armada pela falta de espaços de atuação legal, na maioria, não foi possível encontrar elementos que corroborem esta tese.

O que a análise das fontes escolhidas nos mostra, é que a partir de abril de 1964, as formas de luta política não armadas sofreram um severo descrédito por parte da esquerda brasileira frustrada com a derrota de 1964. A esquerda radical começou, a partir daí, a pautar seus programas de ação na necessidade de desencadeamento da luta armada, baseando-se na ideia de que qualquer trabalho político desvinculado de uma preparação armada, fatalmente seria sufocado antes de atingir seu objetivo, que para esses grupos, seria o de revolucionar o país.

Uma breve análise da situação política pós-1964, nos revela que os debates em que se envolveram as esquerdas radicais são perfeitamente compreensíveis.

Depois do fracasso das esquerdas em 1964 e sob a tutela de uma ditadura militar, que não se privava de mudar as regras do jogo político quando assim lhe conviesse, ficava difícil para qualquer grupo defender uma revolução dirigida unicamente dentro das regras institucionais. A principal influência da ditadura militar sobre a opção de parte das esquerdas em lançarem-se na luta armada, e isto é perceptível nos documentos pesquisados, foi a de desacreditar a proposta até então hegemônica de uma revolução pacífica.

O fechamento ditatorial pós-AI-5 também forneceu combustível a luta armada, pois “a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar”,<sup>250</sup> além do mais, o bloqueio às massas e o prestígio alcançado pelas organizações já engajadas em ações, fizeram “subir a pressão pelo imediato engajamento na luta armada dentro das organizações da esquerda radical até o final de 68 ainda dedicadas ao trabalho direto com os movimentos de massa”. Podemos destacar ainda a adesão à luta armada dos jovens frustrados com o refluxo do movimento estudantil exemplificados pela trajetória de Franklin Martins e Alfredo Sirkis, porém é bem provável que muitos dos “milhares” apontados por Martins, tenham aderido à luta armada muito antes do fechamento ditatorial. Todo este processo de imersão geral na luta armada de que nos fala Gorender esteve inegavelmente relacionado ao “golpe dentro do golpe”, porém ele não significa origem, pois como bem sabemos, o combate armado nas trevas da clandestinidade havia começado antes disso.

---

<sup>250</sup> GORENDER, op. cit. p. 153

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual do mau historiador**. Ou como fazer uma boa história crítica? Londrina: EDUEL, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANTUNES, Ricardo.; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**. v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3319/2719>> Acesso em 14 dez. 2010.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.

CODATO, Adriano Nervo O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**. Curitiba-PR, v. 40, p. 7-30, 2004.

DIAS, Reginaldo B. **Sob o signo da revolução brasileira: A experiência da Ação Popular no Paraná (1962-1973)**. Maringá: Eduem, 2003.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964, *in*: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de Almeida Neves (org.), **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47 - 2004. p. 181 – 212.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por que resisti à prisão**. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995 (1ª ed. de 1965, Rio de Janeiro, Edições Contemporâneas).

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2006.

MIR, Luís. **A Revolução Impossível**. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 1989.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)**. São Paulo: Editora Atual, 1998.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Comunistas e o Golpe. In: SOARES, Gláucio Ary Dilton e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.) **21 Anos de Regime Militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_.; SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, Editora da Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_. Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio. (orgs) **Rebeldes e contestadores**. 1968. Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. p. 161.

\_\_\_\_\_. O PC do B nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL/Tempo de ditadura: do golpe aos anos 70**. Campinas, Unicamp, vol 8, no 14/15, p. 13-49, 2001.

\_\_\_\_\_. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de doutorado (História). Campinas, IFCH-UNICAMP. 2005

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Revista Política e Sociedade**. Nº13, UFSC. 2008

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil republicano v. 3).

SERIACOPI, Gislaine Azevedo. **História – Volume único**. São Paulo: Ática, 2007.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 13-28, 2004.

VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (orgs). **Rebeldes e contestadores**. 1968. Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.